

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 18 DE ABRIL DE 2008

NÚMERO 5.879

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1891
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 027ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 10/04/2008.....2
Ata da 009ª Sessão Solene da
16ª realizada em 10/04/2008, às
18h18
Ata da 010ª Sessão Solene da
16ª realizada em 10/04/2008, às
19h22

Atos da Mesa

Atos da Mesa26

Publicações Diversas

Avisos de Licitação.....29
Aviso de Resultado.....29
Extratos29
Portarias30
Redações Finais.....30

PLENÁRIO

ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Darci de Matos - Edson Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Parabeniza o deputado Genésio Goulart pelo aniversário.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Deseja felicidade ao deputado Genésio Goulart pela passagem do seu aniversário.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Genésio Goulart pela passagem de sua data natalícia.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Agradece as manifestações de apreço recebidas no transcurso do seu aniversário.

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Alerta que a prevenção é o melhor caminho em relação à dengue.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença de várias personalidades; tece comentários sobre o Programa da Redução do Déficit Habitacional de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Ressalta a recuperação da Cohab no governo Luiz Henrique.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (pela ordem) - Registra a presença da professora Hilda Soares Bicca.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda o sistema de vigilância eletrônica em Santa Catarina; reporta-se ao conjunto de obras que estão sendo realizadas em Blumenau.

DEPUTADO ELIZEU MATOS (aparte) - Sugere que o estudo do deputado Jean Kuhlmann seja levado ao governo do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Jean Kuhlmann pelo estudo e solidariza-se com sua proposta.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Manifesta-se sobre a nota do *Diário Catarinense* com relação à votação do Prêmio Educar.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Reporta-se à Efaics, em Seara, e à Femi/2008, em Xanxerê; comenta viagem a Brasília para tratar de interesses dos municípios oestinos, principalmente da área indígena de Toldo Pinhal.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Manifesta sua contrariedade com a falta de solução referente à área indígena de Toldo Pinhal.

Partidos Políticos

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Esclarece sua posição na votação do Prêmio Educar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Externa a certeza da correção de sua posição quanto ao Prêmio Educar.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Reafirma sua posição contra a aprovação do Prêmio Educar.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Expõe sua posição em relação ao Prêmio Educar; critica o senador Álvaro Dias, do PSDB.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Cumprimenta a deputada Ana Paula Lima pelo pronunciamento.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Exalta a importância dos partidos políticos.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Reporta-se a projeto a ser enviado pelo governo do estado para contemplar os aposentados com o Prêmio Educar; critica o imposto sindical.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a postura de alguns deputados da Situação com relação à votação do Prêmio Educar.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Analisa o problema do trânsito e o transporte coletivo da capital.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Afirma ser o transporte marítimo uma boa solução para o transporte coletivo em Florianópolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Rebate as críticas do deputado Joares Ponticelli e coloca sua posição quanto ao Prêmio Educar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Elogia o deputado Professor Grando; critica o deputado Joares Ponticelli e defende a posição da bancada do governo quanto ao Prêmio Educar.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Comenta o envio, pelo governo Luiz Henrique, de projeto beneficiando os aposentados com o Prêmio Educar.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Defende o governador Luiz Henrique dos ataques da Oposição.

Ordem do Dia

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Defende a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Confirma seu posicionamento correto no dia da votação do Prêmio Educar.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Sauda a presença de várias personalidades.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Discute a Indicação n. 0106/08, de autoria do deputado Darci de Matos, referente ao Prêmio Educar para os aposentados.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita inscrever indicação de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao governador e ao secretário da Educação, solicitando conceder aos professores aposentados o Prêmio Educar.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Reporta-se à indicação de sua autoria, a ser enviada ao governador e ao secretário da Agricultura, solicitando a construção de cisternas para captação de água da chuva nas regiões oeste e meio-oeste.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede aos deputados da base do governo que permaneçam em plenário.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Apela ao líder do PMDB que não retire os deputados da bancada do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, hoje a Assembléia Legislativa está em festa porque temos um colega, talvez no ano que vem um prefeito, o deputado Genésio Goulart, que faz aniversário. Quero desejar-lhe muita felicidade nesta data tão importante que é o seu aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A manifestação de v.exa. é a manifestação de todo o Poder Legislativo catarinense.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SR. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Da mesma forma, sr. presidente, estamos muito feliz porque o futuro prefeito de Tubarão está completando mais um ano de existência com toda essa capacidade, como presidente da comissão de Saúde, onde tem feito um trabalho magnífico.

Queremos parabenizá-lo, desejando-lhe muito sucesso. E vamos aguardar para saborear uma fatia de bolo.

Que Deus o abençoe!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Queremos parabenizar o deputado Genésio Goulart, desejando-lhe muita saúde e felicidade e que a sua eleição para prefeito seja o presente que durante este ano estará buscando.

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Quero agradecer de coração ao nosso querido presidente, à nossa querida secretária, a todos os nossos queridos colegas, deputados e deputadas, a todos os meus queridos amigos, aos meus assessores que fizeram uma festa muito linda no gabinete e por essa consideração que todos estão tendo por mim.

Muito obrigado pelas palavras lindas proferidas pelas deputadas Odete de Jesus e Ana Paula Lima, pelos deputados Elizeu Mattos e Antônio Aguiar. Agradeço a todos os meus colegas deputados pelo carinho e pela consideração de v.exas. Fico muito feliz com essa manifestação.

Que Deus abençoe a todos e dê bastante saúde e paz para todos nós em nossa vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, demais integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, imprensa falada escrita e televisada, tenho acompanhado toda a divulgação sobre o problema da dengue no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro.

Esta deputada, preocupada com toda essa problemática, fez a solicitação da realização de uma audiência pública à comissão de Saúde, da qual é integrante, e ao presidente, que é o deputado Genésio Goulart, que hoje está completando mais uma pedrinha preciosa na sua vida pública, porque é um homem público bem sucedido, graças a Deus, já foi prefeito em Tubarão e provavelmente o será mais uma vez.

Quero dizer que foi colocada para apreciação de todos os integrantes da comissão de Saúde e foi aprovada a solicitação desta deputada para uma audiência pública que será realizada hoje aqui, no salão nobre Antonieta de Barros, às 14h, para a qual lanço o convite a toda população catarinense e para todos os colegas parlamentares.

Nós enviamos o convite para todos os cantos dos 293 municípios, porque, afinal de contas, nós, catarinenses, temos uma arma poderosíssima nas mãos, graças a Deus, que é a prevenção. Se no Rio de Janeiro tivessem feito a prevenção tudo estaria diferente agora. Eu tenho várias matérias aqui na revista *IstoÉ*, do dia 2 de abril; há também outra matéria na revista *Veja*, sobre a qual já fiz um pronunciamento; e tenho outra matéria do dia 9 de abril, na *IstoÉ*.

A matéria da revista *IstoÉ*, do dia 2 de abril, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Em junho do ano passado, por exemplo, uma auditoria do Tribunal de Contas da União constatou que a quantidade de imóveis na capital, não visitadas pelos agentes incumbidos de acabar com os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, o transmissor do vírus da dengue, era muito maior que o aceitável. Aquela altura, eles somavam 40% das residências. O tolerado é no máximo 10%. Era uma bomba em gestação. Mas, como mostra a realidade, pouco se fez para desarmá-la." [sic]

Srs. deputados, aí fica aquele jogo de empurra-empurra para saber de quem é a culpa. De quem é a culpa? É do fulano, é do sicrano? Não! Toda população deve estar de mãos dadas.

Por favor, coloquem no telão o mapa, pois quero mostrar para v.exas. que temos no estado de Santa Catarina aproximadamente 738 focos distribuídos. Podem observar ali.

(Procede-se à projeção de um mapa.)

Vamos citar alguns exemplos, para não tomar muito tempo. Em Criciúma temos oito focos; em Navegantes, um foco; em Itajaí, 14 focos; em Biguaçu (nosso município vizinho), 16 focos; em São Miguel d'Oeste, 104 focos; em Dionísio Cerqueira, 57 focos; em São Lourenço do Oeste, sete focos; em Concórdia, oito focos e assim por diante.

Então, temos distribuídos no estado 738 focos, srs. deputados e sras. deputadas! Se porventura vier uma pessoa contaminada aqui para o nosso estado e essa pessoa não for socorrida e isolada imediatamente, perdoem-me a franqueza, mas ela vai infectar Santa Catarina.

Eu procuro trabalhar na prevenção, como fazemos com as nossas crianças quando nascem, com os nossos bebês, com os nossos filhos, ensinando-os e prevenindo-os contra inúmeros fatos que não preciso citar ou entrar em detalhes agora.

Então, nós temos que trabalhar com a prevenção, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico. Então, hoje nós temos oportunidade de trabalhar na prevenção. Já fizemos uma audiência pública em novembro, inclusive temos o relatório. E queremos agora que aquelas pessoas que aqui estiveram, como os representantes da Vigilância Sanitária, do Ministério Público e de outros órgãos, relatem-nos, digam-nos, deputado Julio Garcia, v.exa. que tem sempre acompanhado esse trabalho com muita dedicação, o que podemos fazer para prevenir essa doença.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Ouço agora o meu colega, dr. Antônio Aguiar, lá da minha região de Porto União. V.Exa. sabe que esta deputada está com a razão, porque é médico e sabe que se trata de prevenção. Quando queremos que a criança tenha uma dentição boa, nós cuidamos dos seus dentinhos desde bebê, desde pequeno, levando-a para fazer aplicação de flúor e assim por diante.

Mas ouço o deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizá-la pelo tema e dizer que a audiência pública que v.exa. está realizando é muito pertinente. Achamos importante que o povo catarinense comece a tomar conhecimento de como a Assembléia Legislativa está vendo a dengue no estado de Santa Catarina, uma vez que nós temos notícias do Rio de Janeiro.

Mas só pelo mapa que v.exa. mostrou, já demonstra a capacidade e o grande trabalho que a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina está realizando, ou seja, que nós temos hoje todos esses focos identificados, mas não temos nenhuma doença acometida no estado de Santa Catarina. As pessoas com dengue em nosso estado, graças a Deus, vieram de fora. E vamos ter essa dengue na mão no estado de Santa Catarina, como v.exa. citou, de maneira preventiva. É isto que se está fazendo, a prevenção. Nós temos o mapeamento, e é sinal de que a secretária da Saúde do estado de Santa Catarina está com a dengue nas mãos. Mas por quê? Porque fez a lição de casa anteriormente.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Antônio Aguiar.

Mas quero dizer a v.exas. que já ocorreram no Rio de Janeiro, hoje, pela *Folha S. Paulo*, 79 mortes, atingindo mais os jovens com idade de até 15 anos.

Então, convido v.exas. para participar conosco, hoje, dessa audiência.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, saudamos também todos que participam desta sessão através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero pedir permissão a v.exa. para saudar, de forma especial, o sr. Valdir Linhares Martins, presidente do PSDB de Garopaba; o presidente do PSDB de Ibituba; o prefeito José Roberto Martins; o presidente do nosso partido em Imaruí, Amarildo da Silva, e o presidente do PSDB de Laguna, Sandro Matias da Cunha, que estão participando desta sessão legislativa.

Quero saudar aquela que preside uma instituição que realiza um trabalho que é o motivo de meu pronunciamento de hoje, a diretora presidente da Cohab, sra. Maria Darci Mota Beck, que tem atuado de forma extraordinária no desenvolvimento do Programa da Redução do Déficit Habitacional.

Santa Catarina tem, aproximadamente, seis milhões de habitantes e três milhões e meio a quatro milhões de residências, de casas. Diante desses números podemos afirmar que o déficit habitacional do estado está em torno de, pelo menos, 60 mil casas. E apesar de todos os governos, tenho consciência disso, investirem em casas populares, a redução do déficit em si nunca é maior do que aquilo que se acrescenta vegetativamente. O déficit de residências, se não fosse essa luta permanente de fazer algumas casas populares, certamente cresceria sempre. Não cresce muito porque todos os governos executam certo número de casas.

Por exemplo, em 2007, estão sendo construídas e planejadas para serem entregues em breve especificamente 7.200 residências, que foram construídas gradativamente, atendendo programas de prefeitos, do próprio governo, mas atendendo, principalmente, uma necessidade da sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Serafim Venzon, pelo seu pronunciamento.

Quando o governo Luiz Henrique da Silveira, assumiu o governo, na primeira reforma administrativa estava incluída a extinção da Cohab, porque estava sem condições de operar, estava inadimplente em todos os setores e muito complicada.

Aí eu falei que em seis meses a Maria Darci daria jeito. Conheço-a, foi diretora de saneamento da Caixa Econômica Federal e, evidentemente, tem um conhecimento tremendo da área. Ela foi da Cohab, trabalhou no Banco Mundial, nos Estados Unidos, é uma pessoa que tem certa visão e hoje a Cohab de Santa Catarina é um modelo para as Cohabs do Brasil. E como já chegaram a sete mil casas, esse novo planejamento já estendeu para 10 mil moradias definidas.

Agora, nós temos que reconhecer também a abertura do governo Lula, porque muitos desses recursos ela consegue captar nos leilões. O governo Lula, em parceria com o governo do estado, dá condições às pessoas que não têm endereço de terem uma casa, porque quem não tem casa, não tem endereço. Hoje mora aqui, amanhã mora numa casa de aluguel.

Então, a Cohab está fazendo um papel fundamental ao construir casas em todo o estado de Santa Catarina, para todas as prefeituras que se credenciarem. Também deu condições à Fetaesc, que é uma grande parceira, de construir, como nunca na história, casas no interior para manter no campo o filho do agricultor.

Enfim, é um avanço tremendo. Por isso queremos aqui fazer um apelo àquelas pessoas que pediram vista na comissão de Justiça: há um projeto para se criar um fundo para a Cohab, fundo esse que seria uma contrapartida permanente, que não foi tirado ainda do papel. Então, que ele seja tirado do papel e aprovado, dando condições à Cohab de operacionalizar com toda a força, atendendo as pessoas mais pobres no estado de Santa Catarina.

Quero cumprimentá-lo, deputado, e cumprimentar a Maria Darci e toda a equipe pelo papel fundamental e importante que vêm fazendo na construção de casas no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O primeiro trabalho que se fez neste governo foi justamente recuperar o conceito da Cohab, o conceito administrativo, o crédito financeiro e, principalmente, o crédito popular, o crédito social. Casa da Cohab não significa casa marginalizada! É casa especial, é casa como qualquer outra casa. O segundo grande trabalho que aconteceu neste governo, coordenado pela presidente Maria Darci, foram as parcerias entre o governo do estado e as iniciativas das prefeituras, das cooperativas de habitação, dos sindicatos. Temos, inclusive, programas em que empresários doam certa gleba de terra, na qual cabem 40, 50 casas, viabilizando assim um bloco de casas populares, de acordo com o projeto que cada um quer. Naturalmente que será limitada uma área da casa, mas isso faz com que a empresa possa ajudar a construir a casa do seu funcionário.

Esse programa ainda é um programa que está em evolução. Nós temos que ganhar mais crédito por parte dos empresários para que cada um, empenhando-se em tentar resolver, em dar a casa, além do salário, possa ajudar o funcionário. Não é a empresa que vai dar a casa, ela vai meramente viabilizar a sua construção através de terrenos ou formando um consórcio e desse consórcio a Cohab absorve tudo e o funcionário paga a casa com parte do salário diretamente à Cohab, mas sem ter uma outra relação financeira com a empresa.

Esse é um grande programa que está começando e isso decorre, digamos, da recuperação do conceito da Cohab perante a população, perante todos os níveis sociais de Santa Catarina.

Mas eu queria enfatizar aqui, e esse é o objetivo, de que neste governo foram construídas e estão sendo entregues mais de sete mil casas, com a participação do governo federal em mais de R\$ 40 milhões e com a participação do governo do estado, além da participação da própria sociedade, do mutuário, aquele que vai ganhar a casa.

Mas tramita nesta Casa um projeto de lei do governo do estado que cria o programa de habitação popular Nova Casa. Esse projeto, que ainda está na comissão de Constituição e Justiça, visa, entre várias outras coisas, à construção, aquisição, reforma, recuperação de casas, obras de infra-estrutura em equipamentos comunitários, aquisição de terrenos destinados à construção de moradias, produção de lotes urbanizados, urbanização e produção de equipamentos comunitários, aquisição de materiais para construção, enfim, cria um fundo permanente para o governo do estado, através da Cohab, com a participação do governo federal, com a participação dos municípios, com a participação dos empresários, dos sindicatos, das cooperativas, para resolver a grande questão do déficit habitacional no estado, que seguramente ainda passa de 50 mil residências. No entanto, se nós nos empenharmos, construindo mais de 20 mil casas por ano, certamente conseguiremos atingir o nosso ideal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença, nas galerias desta Casa, da professora Hilda Soares Bicca, que tem uma bela história na Educação e que foi vice-prefeita da cidade de Laguna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, o próximo orador inscrito é o deputado Jean Kuhlmann, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero, nesta manhã, utilizar esta tribuna para falar de um assunto sobre o qual já tive a oportunidade de falar por duas vezes: a questão do sistema de vigilância eletrônica, que é implantado em parceria com algumas prefeituras, com a Polícia Militar, no estado de Santa Catarina.

Srs. parlamentares, depois de um pronunciamento nesta Casa pedindo a renovação do contrato de Blumenau, comecei a me aprofundar sobre esse tema, juntamente com outros deputados desta Casa, para tentar uma solução uniforme para todo o estado. Porque hoje, em Santa Catarina, temos esse sistema instalado no município de Blumenau de uma forma, no município de Joinville de outra, em Florianópolis de outra, em Criciúma de outra, ou seja, cada município tem uma sistemática, conforme a situação do prefeito, do governo do estado.

Sr. presidente, não existe uma estrutura uniforme e nós entendemos que deva haver uma análise a respeito desse assunto. E quero trazer alguns números, srs. parlamentares, que justificam o pensamento deste deputado.

O município de Blumenau, que possui, hoje, 32 câmeras de vigilância, gera um custo para o estado, nobres deputados, só para a transmissão das imagens captadas nas câmeras até a central de monitoramento, de R\$ 27 mil/mês. A manutenção das câmeras custa em torno de R\$ 12 mil. Se pegarmos o município de Balneário Camboriú, veremos que lá a transmissão custa em torno de R\$ 32 mil e a manutenção, em torno de R\$ 16 mil.

Existe uma média estatística por câmera instalada. Mas o que eu quero mostrar aos srs. parlamentares é que isso pode ser barateado. E citando o exemplo de Criciúma, deputado Julio Garcia, v.exa. que é daquela cidade, lá não há custo algum na transmissão dos dados captados pelas câmeras até a central de monitoramento. Por quê? Porque a transmissão é feita pela rede do Ciasc e não pela rede da Brasil Telecom. E é feita de forma muito inteligente em Criciúma!

Agora, quanto custa para instalar essa rede do Ciasc? Fazendo um comparativo, por exemplo, com o município de Balneário Camboriú, sr. presidente, onde há cerca de 40 câmeras de vigilância, haveria um custo da parte do Ciasc em torno de R\$ 580 mil para instalar a rede para evitar o pagamento à Brasil Telecom da transmissão dos dados.

Quanto é pago por mês em Balneário Camboriú? Cerca de R\$ 32 mil. Ou seja, em 18 meses, após a instalação da rede do Ciasc, o estado estaria com a rede totalmente paga e o resto do tempo não teria mais custo. Além disso, não é só essa questão do custo direto, o próprio Ciasc poderia utilizar a rede para local à iniciativa privada ou a outros órgãos do governo, gerando até renda para o próprio Ciasc.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ouço v.exa., deputado Elizeu Mattos, com muito prazer.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Jean Kuhlmann, esse assunto, esse estudo que v.exa. apresenta aqui na Assembléia Legislativa é importante, porque traz dados, traz custos e eu acho que este é o momento de visitarmos o secretário da Segurança Pública e o próprio governador, com uma proposta clara de uniformizar o sistema de monitoramento eletrônico no estado de Santa Catarina.

Dessa maneira, o tratamento seria igual para todas as cidades catarinenses na questão do monitoramento eletrônico, que é de vital importância para a segurança das nossas cidades. Como se trata de uma bandeira, de um compromisso político do governador implantar esse sistema, talvez sejamos a única unidade da federação em que o governo toma a frente nesse processo.

Eu sugiro que esse estudo tão bem elaborado por v.exa. seja levado ao conhecimento do governador Luiz Henrique da Silveira e do secretário Ronaldo Benedet, porque assim, de uma vez por todas, acabaríamos com aquela história de o município "a" dizer que o outro ganhou mais e ele ganhou menos; haveria a uniformização do sistema, o que seria muito bom para o nosso estado.

Portanto, parabeno v.exa. pelo pronunciamento e pelo estudo realizado.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Quero parabenizar v.exa. pelo seu trabalho e pelo que fez em Blumenau quando vereador daquela cidade, conseguindo padronizar, através da Câmara Municipal, a velocidade máxima permitida nas lombadas eletrônicas.

Nós tivemos iniciativas dessa natureza aqui no Poder Legislativo estadual, no ano passado, mas infelizmente o projeto foi considerado inconstitucional, o que já me fez pensar várias vezes que, no âmbito municipal, as Câmaras de Vereadores muitas vezes têm mais poder do que a Assembléia Legislativa no âmbito estadual.

Sabemos que são razões políticas que existem por trás disso, mas somos solidário e trabalharemos juntos para que possamos efetivamente implementar projetos nesse sentido.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço, deputado Sargento Amauri Soares.

Eu quero aqui concluir esse assunto, srs. parlamentares, dizendo que sou favorável e vou lutar para isso. Vou conversar com o presidente do Ciasc para que nas grandes cidades possamos dar o exemplo implantando essa rede de fibra ótica, através do Ciasc ou através da Celesc, numa parceria, mas que essa rede de fibra ótica possa permitir que o estado não seja mais refém da Brasil Telecom na transmissão de dados das câmeras de vigilância até a central de monitoramento. Porque se nós temos, srs. deputados, essa rede do Ciasc instalada, como eu falei anteriormente, ele próprio poderá ceder essa rede para o poder público municipal, para o poder público estadual, para o poder público federal; poderá ceder para outras

instituições, outras autarquias; poderá local essa rede para a iniciativa privada, justamente para pagar o custo da manutenção da rede e, consequentemente, a secretaria da Segurança Pública não terá mais a despesa mensal com a transmissão dos dados, permitindo-lhe utilizar esse dinheiro, que é do Fundo Estadual de Segurança, para reequipar o seu policial, para reequipar o Instituto da Polícia Militar. Entendo que nós temos que lutar nesse sentido e vou, srs. parlamentares, entrar em contato com o presidente do Ciasc, para que possamos realmente implantar essa rede em todo o estado e ser, como o município de Criciúma, um exemplo para Santa Catarina.

Eu espero realmente que o secretário da Segurança Pública possa envolver-se também nos outros municípios como se envolveu em Criciúma, gerando uma solução para esse problema não só operacional, mas também de custo cada vez maior na Segurança Pública. E nós temos certeza de que se conseguirmos reduzir os custos da transmissão dos dados, poderemos utilizar esse dinheiro também para aumentar o número de câmeras de vigilância e fazer com que o estado tenha cada vez mais monitoramento, mais análise sobre esses dados e realmente permitir um estado mais seguro, não só para o catarinense, como também para o turista que visita Santa Catarina.

Outro assunto, sr. presidente, que eu gostaria de trazer nesta manhã e que entendo ser de muita importância diz respeito ao município de Blumenau. O prefeito João Paulo Kleinübing, de forma muito inteligente, conseguiu reunir um conjunto de obras que estão sendo realizadas pelo governo municipal neste ano e que serão realizadas até o final deste ano, ou seja, cerca de 156 obras, totalizando aproximadamente R\$ 100 milhões do governo do estado, de recursos próprios do governo municipal, de recursos do governo federal, que vão envolver toda a comunidade num único projeto de desenvolvimento para Blumenau, para a nossa comunidade.

São 74 obras na área da infraestrutura, na implantação da rede de esgoto, passando do índice de 2,12%, em 2005, para mais de 25%; ampliação da própria rede de água tratada no município de Blumenau; ampliação, na área da saúde, do número de PSF, passando de 32% para cerca de 70%; implantação, srs. deputados, da bilhetagem eletrônica no transporte coletivo, garantindo, além disso, a reurbanização de áreas carentes do município, o que mostra o envolvimento do governo municipal com a área social do município, com a pessoa que mais precisa, mostrando que a cidade vem se desenvolvendo não apenas no centro, mas em todos os bairros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu admiro muito o *Diário Catarinense*, mas aqui há uma nota que levanta dúvida sobre os professores.

Nós, a bancada do PRB, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Progressista e o deputado Sargento Amauri Soares, apresentamos as emendas. Na votação do projeto original nós nos abstivemos. Eu, o

deputado Kennedy Nunes e o deputado Reno Caramori. E não vamos aceitar que sejamos detonados pela minha classe. Não! Nós nos abstermos, eu, o deputado Reno Caramori e o deputado Kennedy Nunes, na votação do projeto original discriminatório da classe do magistério!

Creio que no jornal desta Casa vai sair bem explicadinho isso. E se v.exa. pudesse dar uma cópia da votação para o *Diário Catarinense*, que é um jornal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Flavio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses, nós estivemos, nestes últimos dias, em Brasília, acompanhado dos deputados Odacir Zonta e Angela Amin, verificando pleitos de toda a região oeste de Santa Catarina.

Mas eu quero fazer um registro aqui sobre o município de Seara, que está completando 54 anos, pela realização da Efaics - Exposição Feira Comercial e Industrial de Seara -, na qual estiveram presentes em torno de 25 mil pessoas. Quero parabenizar o prefeito, a comissão organizadora e os vereadores pela belíssima organização.

Também tivemos a oportunidade de participar da Femi/2008, no município de Xanxerê, que nos impressionou também pela organização, pelo público, trazendo-nos um quadro bonito de desenvolvimento, de criatividade, de organização do pessoal do oeste de Santa Catarina.

Também estivemos em Galvão, e quero cumprimentar o presidente do CTG, o sr. Paulino, pela brilhante organização daquele rodeio. É uma comunidade pequena que fez um rodeio muito organizado e interessante.

Nós também queremos saudar os aposentados do Sintesp, que estão presentes reivindicando que analisemos com carinho a sua questão no fundo previdenciário. Tenho certeza de que os deputados desta Casa irão analisar com muito vagar, com muito cuidado, pois mesmo conhecendo-os há pouco tempo, sei da sensibilidade que têm para que ninguém seja prejudicado.

Salientamos aqui a viagem e os contatos que fizemos em Brasília. Analisando os fatos que nos preocupam aqui, pois vejo os deputados comentando e falando nesta Casa, lá verificamos a questão da área indígena, que atinge grande parte de muitas regiões. Assim, mais especificamente falo da área indígena de Toldo Pinhal, que abrange os municípios de Seara, Arvoredo e Paial.

Vi, naturalmente, uma preocupação de todos os deputados da bancada catarinense nesse sentido. Nossa posição é no sentido de que se faça justiça, tanto com os índios quanto com os agricultores, mas é necessário que se observe a Constituição, pois quem tem escritura é dono. Lá, as escrituras vêm de longa data, de muitas décadas, e acho que se essa área efetivamente tiver que ser concretizada, que sejam indenizadas tanto as terras quanto as benfeitorias, para que se faça justiça com aqueles agricultores, em número de 300, mas cujo número total chega a 1.200 pessoas.

Sr. presidente, em princípio é preciso que se defina, que se decida de uma vez por todas, porque isso se arrasta há mais de dez anos e o pequeno agricultor não sabe o que fazer com sua propriedade. Deputado Reno Caramori, isso é muito preocupante, v.exa. tem conhecimento dos fatos. Nós sentimos no nosso dia-a-dia, pois cada vez que se vai à região o tema das conversas é a área indígena.

Percebi a sensibilidade dos deputados federais da bancada catarinense com respeito a esse tema e fiquei até aliviado, porque todos os partidos, os da base do governo e os de oposição ao governo, estão sensibilizados com essa questão.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Flávio Ragagnin, v.exa. que convive mais próximo daquela região, que tem assistido e sentido na carne o problema das áreas indígenas, que conhece a tradição da nossa gente do oeste, sabe que aquelas terras vêm de bisavô para avô, de pai para filho, de neto para bisneto; além disso, sabe também que são propriedades trabalhadas, melhoradas, com investimentos grandes. Assim, não é justo com o nosso pequeno agricultor, que está dando de comer para o homem da cidade, que por força de uma cultura que não produz nada, meu Deus, eles percam suas propriedades.

A cultura indígena eu respeito, mas existem muitas áreas para eles em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, áreas que estão virgens, áreas só de mata. Por que não os colocam lá onde há cipó, onde há taquara?

Então, eu vejo que existe muita politicagem em cima disso, deputado. E v.exa. está de parabéns porque conhece mais do que nós, a realidade daquela região.

Eu penso que é importante que os governos, de um modo geral, entendam que o indígena precisa de mais proteção, a fim de que não morram mais crianças abandonadas, porque só se fala em colocá-los no matão, e a assistência onde está? Então não adianta.

Penso que o importante é mantermos as áreas existentes, que são suficientes para que eles trabalhem, e que os governos procurem, através de seus órgãos competentes, dar assistência médica, educação, cultura e uma série de coisas para que realmente eles mantenham a sua cultura, mas com vida sadia.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Muito obrigado, deputado Reno Caramori. Eu quero fazer aqui um registro importante na minha maneira de entender. Vi a bancada catarinense, pude participar do fórum da bancada e em todos os partidos vi a preocupação dos deputados com o estado de Santa Catarina. E eu aqui quero parabenizá-los. Sentimo, de certa forma, orgulhoso ao ver os deputados que lá estavam reunidos, mas saliento a participação e o trabalho do deputado Odacir Zonta e da deputada Angela Amin. Impressionou-me a desenvoltura do deputado Odacir Zonta com relação às emendas com recursos do governo federal, porque há de se convir que existem recursos bastante acentuados para as emendas catarinenses. Inclusive, o deputado Odacir Zonta conseguirá, até o dia 22 de maio, a liberação de mais de R\$ 8 milhões só para as regiões do Alto Uruguai e do Alto Irani.

Deputado Silvío Dreveck, impressionou-me também a postura e o trabalho do ministro Márcio Fortes, a quem tivemos a oportunidade de visitar juntamente com o ex-deputado Leodegar Tiscoski, que nos deu informações para que pudéssemos repassar aos prefeitos do estado de Santa Catarina, sobre a maneira de captar recursos. E existem recursos polpidos nesses ministérios.

Então, quero dizer aqui da satisfação de ver a bancada catarinense unida e, principalmente, o trabalho dos deputados Odacir Zonta e Angela Amin.

Também aproveito a oportunidade para convidar os nossos deputados para a audiência pública sobre as questões do desenvolvimento tecnológico, da distribuição espacial da suinocultura e do aproveitamento de dejetos suínos, no dia 17 de abril, no município de Seara. Eu gostaria que os deputados nos prestassem para resolvermos ou tentarmos encontrar soluções para essas questões, porque nós não podemos poluir, mas precisamos produzir.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, na mesma esteira da deputada Odete de Jesus, que se manifestou neste microfone de aparte, cabe aqui também uma reclamação, em absoluto, mas um pequeno esclarecimento.

Nós votamos favorável a todas as emendas que foram apresentadas para beneficiar todos os educadores. As emendas eram das bancadas do PT e do PRB, portanto nós votamos e nos abstermos da votação do projeto original por não concordarmos com ele, porque não foram contempladas as emendas. Portanto, não somos...

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente!

Da mesma forma, eu creio que os professores e os trabalhadores em geral são inteligentes o suficiente para saber o que aconteceu aqui na terça-feira. De forma que sabem quem tentou contemplar o conjunto da classe, o conjunto dos servidores, e quem se posicionou contrário. Então, quem se posicionou a favor de todos os professores, todo mundo sabe. Nós, junto com outros dez srs. deputados, perdemos todas as votações no sentido de tirar da MP n. 145 o que ela tinha de perverso. Não conseguimos, perdemos todas! Eu e mais dez srs. deputados e a sra. deputada.

Mas não tenho preocupação com relação a isso, porque os professores e as professoras estão informados do que foi votado nesta Assembléia. Eu votei contra o signo da maldade, que enfim foi aprovado e que virou projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência esclarece que, de posse da folha de votação, consta a abstenção da deputada Odete de Jesus, a abstenção do deputado Reno Caramori e, ainda, a abstenção do deputado Kennedy Nunes.

Está registrado, e a Presidência passa a folha de votação a v.exa. e ao deputado Reno Caramori.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Quero agradecer a v.exa., que está sempre pronto a nos auxiliar, porque o esclarecimento é muito bom.

O *Diário Catarinense* é um excelente jornal. A primeira leitura que eu faço sempre é a do *Diário Catarinense*, porque vem notícia em primeira mão.

Mas quero esclarecer que nós nos abstivemos de votar o projeto original porque não concordávamos com a discriminação: ou é para todos ou não é para ninguém.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Agora sim, agradeço a compreensão da deputada Ana Paula Lima, vice-presidente da Assembléia.

Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, também cumprimento quem nos acompanha pela nossa TVAL, que futuramente, graças a Deus, sr. presidente, irá trabalhar em canal aberto para que toda a população do estado de Santa Catarina possa acompanhar os trabalhos realizados pelos parlamentares que têm a missão de representar o povo catarinense e também fazer as leis para a melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Mas, sr. presidente, também gostaria de cumprimentar esses valorosos servidores que toda quinta-feira vêm a este plenário falar com diversos deputados e deputadas sobre o Instituto da Previdência. São os professores da Associação Catarinense, que estão com a camiseta verde em que consta o *slogan* "Educação é Investimento", e também os servidores que estão identificados com a camiseta azul, que são da união de todos os sindicatos dos diversos setores de servidores do estado de Santa Catarina.

Faço aqui um apelo para que esses mesmos servidores e outros servidores possam acompanhar as audiências públicas já marcadas por esta Casa. A primeira irá acontecer na próxima segunda-feira, dia 14, às 8h30, no Auditório Antonieta de Barros, na cidade de Florianópolis, ocasião em que os presidentes das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público ouvirão, juntamente com os demais parlamentares, os anseios dos servidores e discutirão esse projeto do governo.

Acho imprescindível a participação de todos os servidores, da população, dos seus familiares, para que esse debate seja enriquecido pela experiência que esses servidores têm e pelo que têm contribuído com o estado de Santa Catarina.

Também quero lamentar, sr. presidente, e dizer que a nossa sociedade está doente, cada vez mais doente. Temos que fazer uma interrogação, fazer uma reflexão, por que isso está acontecendo.

Esta semana nós tivemos a presença nesta Casa dos professores - infelizmente, eu estava em viagem a Brasília e não pude estar presente - e vários alunos que reivindicavam melhorias nas condições da Escola Aderbal Ramos da Silva, aqui de Florianópolis.

Gostaria de dizer que antigamente, srs. parlamentares - minha mãe e minha sogra são professoras -, o professor era uma autoridade no município, deputada Odete de Jesus, era respeitado!

Quero aqui fazer um questionamento aos srs. deputados e às sras. deputadas: quem não se lembra do seu professor na época do primário, do ginásio e do científico? Quem não se lembra do seu professor? Tanto do professor que era mais exigente, deputada Odete de Jesus, quanto do professor que era mais carinhoso. Quem não se lembra? Se hoje nós estamos sentados nessas cadeiras é porque passamos pelas mãos de professores, de excelentes professores.

E hoje, deputada Odete de Jesus, nós vemos esses valorosos professores vindo a este plenário, deputado Elizeu Mattos, pedir àqueles que passaram pelas suas aulas clemência, aumento salarial, condições dignas de trabalho!

Por isso nós não podemos dar as costas, porque eles são os responsáveis pela educação em nosso estado, eles são os responsáveis pela formação da nossa criança e do nosso adolescente. Como é que nós não vamos valorizar uma categoria tão importante como a dos professores, com todo o respeito a todas as categorias funcionais? Como nós podemos deixar sem os benefícios do Prêmio Educar justamente, deputada Odete de Jesus, professores aposentados como minha mãe, como minha sogra, como v.exa., como diversas mulheres e homens de nosso estado que deram a vida pela educação catarinense.

O que eles ganham, deputada Odete de Jesus? A minha mãe passou mais tempo na sala de aula do que conosco. A minha mãe passou mais tempo com os filhos de outras mulheres e de outros homens do que conosco. E nós, deputada Odete de Jesus, que somos uma família de sete irmãos, fomos educados por outras professoras e outros professores, como a minha mãe também educou os filhos de outras famílias. Ela está aposentada hoje, como milhares e milhares de professores também estão. Ela não vai ganhar. Por que ela não vai ganhar? Não só a minha mãe, eu digo toda essa categoria, os inativos, por que eles não vão ganhar? Eles não contribuíram para eu estar aqui? Para a senhora estar aqui? Para os senhores estarem aqui? O que é que eles vão ganhar do governo do estado? E também votaram no governador.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte a v.exa. rapidamente.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Eu quero parabenizar v.exa., deputada Ana Paula Lima, que está trazendo assuntos de suma importância para a população catarinense e para a família também.

Quero dizer para v.exa. que esses professores ativos e inativos não deveriam estar pedindo, eles nem deveriam vir aqui. O correto, o certo, o direito deles é ter todo ano o seu aumento, a sua correção salarial. A cesta básica está subindo todos os dias, o combustível também, porque eles vão gastar no transporte.

Então, deputada Ana Paula Lima, v.exa. falou que nós passamos - os professores, e eu me incluo, é verdade - a maior parte do tempo educando os filhos dos outros e muitas vezes abandonamos os nossos filhos.

Deputada Ana Paula Lima, parabéns pelo pronunciamento que traz esta manhã.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputada Odete de Jesus.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é com muito tristeza que eu vi ser aprovado nesta Casa o Prêmio Educar descartando os professores inativos. Infelizmente isso aconteceu. Eles, que ao longo de 25 anos de serviço educaram e formaram cidadãos e cidadãs de nosso estado, foram excluídos.

É por isso que eu digo, deputada Odete de Jesus, que a nossa sociedade está doente. Está doente por quê? Porque o professor já vai para a sala de aula cansado, o professor já não é mais respeitado! Mas da minha parte, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o professor sempre vai ter consideração, porque ele é o responsável pela educação das nossas crianças e adolescentes; da minha parte sempre vou aprovar leis de interesse dessa categoria maravilhosa, que tem a responsabilidade de educar os nossos filhos.

Mas, sr. presidente, ocupo a tribuna hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, para fazer uma análise de conjuntura; vou começar hoje, mas certamente não vou ter o tempo necessário para concluir o meu pronunciamento.

(Passa a ler.)

"Na quinta-feira passada, srs. deputados e sra. deputada, no dia 3 de abril, o *site* Terra Magazine divulgou em sua página uma entrevista com o senador tucano Álvaro Dias, do Paraná. E pasmem, senhoras, senhores e público que está-nos acompanhando, o senador do PSDB, Álvaro Dias, admitiu que foi uma das fontes de informação da revista *Veja* para a matéria que denunciou um levantamento do governo federal sobre os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, sra. Ruth Cardoso. Disse Álvaro Dias: 'Uma das fontes é natural que eu tenha sido...' Ele confessou, deputado Reno Caramori, que foi fonte da quebra do sigilo dos gastos do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador tucano, srs. deputados e sras. deputadas, é réu confesso, porque vazar dados sigilosos, além de ser ilícito, é também um crime! Ninguém quebra sigilo, o sigilo se transfere e a autoridade que o recebe legalmente tem por obrigação constitucional preservá-lo. O parlamentar, senador da República, não pode abrir um sigilo pelo qual ele é responsável."

Deputada Odete de Jesus, o ex-ministro Palocci saiu do ministério porque quebrou o sigilo do caseiro. José Dirceu saiu do ministério e foi cassado na Câmara dos Deputados porque quebrou o sigilo; Renan Calheiros saiu. Eu pergunto o que vai acontecer com o senador Álvaro Dias, do PSDB, deputado Serafim Venzon? Ele quebrou um sigilo! Eu defendo, srs. parlamentares, que a imprensa dê o mesmo troco: cassação para o senador Álvaro Dias porque ele quebrou um sigilo. Quebrar sigilo é crime e ele não pode estar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu queria fazer uma saudação, hoje, especial a todos os presidentes, aos diretórios dos diversos partidos que compõem todo o sistema partidário de Santa Catarina, naturalmente com uma saudação muito especial aos membros do PSDB. O PSDB, aliás, hoje está organizado em 290 municípios. Em apenas três municípios nós não temos uma comissão permanente, uma comissão provisória ou um diretório formado, organizado.

Sr. presidente, tanto o nosso partido, como todos os demais cumprem este ano uma tarefa, um dever de casa muito importante, qual seja o de organizar-se para as eleições de outubro, assegurando, assim, o preenchimento das vagas de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos.

Hoje, aproximadamente 40% de todo o dinheiro que circula vira imposto, e esse imposto, na hora em que passa pelo governo, além de construir alguns equipamentos sociais, tem que, principalmente, gerar equilíbrio social. Quando o governo constrói pontes, estradas, prédios para uma utilidade pública, gera, no mínimo, dois grandes benefícios. Um é o benefício da própria obra, da estrada, da ponte, do edifício. O segundo benefício é aquele dinheiro que recolheu através de imposto voltar para a sociedade: ao pedreiro, ao encanador, ao pintor, enfim, àqueles que executaram a obra. E esse retorno do nosso dinheiro passa pela vontade política.

O Brasil tem 500 anos e, certamente, cada geração teve os seus sonhos. As atuais gerações sonham e almejam que todos tenham uma qualidade de vida pelo menos razoável. Essa qualidade de vida é conseguida através do trabalho de todos, através da participação da sociedade, mas é coordenada pelos entes políticos, é coordenada pelo vereador, pelo prefeito, pelos deputados, pelo governador, pelo presidente, enfim, por toda a estrutura.

Sr. presidente, cada um dos que aqui estão certamente já foram vereadores, já foram vice-prefeitos, já foram prefeitos, já foram deputados federais ou ocuparam um outro cargo, mas com certeza já passaram pelo aprendizado, pela formação do dia a dia, pelo contato com as pessoas, pelo contato com novas realidades, o que resultou no compromisso de tentar solucionar os problemas da população. Esse compromisso cria, em cada um de nós, um sentimento de responsabilidade com a sociedade de tentar ajudar todos nós, os nossos filhos e as futuras gerações a conseguir uma melhor qualidade vida.

E tudo isso, srs. parlamentares, passa pelo partido político, que é tão importante, talvez, quanto uma escola, quanto uma entidade religiosa, quanto a nossa família. Ele é importante porque dele nascem e formam-se os vereadores, os prefeitos, os deputados. Enfim, todos nós passamos por essa escada, por esses degraus da política, que são os partidos políticos.

Dessa forma, sr. presidente, quero aqui saudá-los e chamar a atenção para essa grande responsabilidade que cada um de nós tem. Certamente, nesses 500 anos de Brasil, nós tivemos a participação importante de muitas gerações. Mas eu quero aqui destacar alguns homens, como Getúlio Vargas, como Juscelino Kubitschek, como Fernando Henrique Cardoso e como o presidente Lula.

Ouvia há pouco a deputada Ana Paula Lima. O governo Fernando Henrique, além de ter feito um grande número de reformas, realizou aquelas que colocaram o país no ritmo em que hoje está. Cada um de nós continuou trabalhando. Certamente, décadas atrás o povo trabalhava ainda mais. Mas por que o país está melhor hoje? Porque passou por um processo de organização, processo esse que deveria ter sido feito há muito tempo, mas que só a Constituição de 1988 deu as condições para tanto. Os governos que antecederam FHC tentaram, mas o presidente Fernando Henrique fez um grande número de reformas, reformas essas que deram a condição para o país caminhar melhor.

Quero destacar ainda que, além de realizar as reformas, o governo Fernando Henrique sempre agiu sem maldade no coração, sem marginalizar prefeito algum, porque os prefeitos atendidos eram do PT, do PSDB, do PMDB! Agora também, diga-se de passagem, várias prefeituras, cujos prefeitos não têm nada a ver com o partido do governo federal, recebem a parceria da União, justamente porque o compromisso de uma administração, seja federal, estadual ou municipal, não é com o partido, mas com a população.

Devemos um respeito muito grande ao partido porque é através dele que aprendemos! Juntamente com os militantes do partido, assumimos compromissos e na hora em que temos um mandato, temos que resolver as questões. Contudo, no momento em que ocupamos um mandato, não podemos fazer diferença entre as pessoas em função do partido.

Lembro-me, deputada Ana Paula Lima, que quando Décio Lima era prefeito, o maior volume de recursos liberados para uma cidade catarinense pelo governo federal foi para Blumenau, para o Projeto Século XXI, projeto do qual os blumenauenses se orgulham ainda hoje. E orgulham-se do prefeito que carrou aqueles recursos e certamente se orgulham do governo Fernando Henrique, que não discriminou o prefeito Décio Lima porque era de outro partido.

Mas é este sentimento que nós precisamos ter: de compromisso com o partido, a quem nós devemos muito, e de respeito com a sociedade e com as lideranças de todos os partidos, justamente porque a eleição é um momento muito importante em que a sociedade escolhe esse ou aquele para usar aquele dinheiro sobre o qual falávamos, os 40%, advindos dos impostos e que passam pelo governo. A sociedade destaca alguns: os vereadores, os prefeitos, os vice-prefeitos, os governadores e o presidente para responderem durante um período por aquele dinheiro. Mas a sociedade também nos diz que não cabe agir com maldade no coração, usar a discriminação, enfim, usar mal esse grande volume de dinheiro.

Por isso que, ao saudar todos os partidos, quero chamar, mais uma vez, a atenção para esse grande momento. Se o país vai bem é porque pouco a pouco as pessoas boas, que estão na sociedade espalhadas, estão vindo para a política. Se você acha que o país pode ficar melhor, que o estado e o seu município podem ser melhores, então venha e some-se ao seu partido, some-se ao nosso partido, use esse instrumento social e através dele leve as suas boas idéias transforme-as em ações e faça a modificação dentro da sociedade para que todos possamos ter uma vida melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, Partido Popular Socialista!

No horário partidário, pela coerência e pela firmeza, gostaríamos de conchamar todos os deputados da Situação e da Oposição para aprovarem a indicação apresentada pelo deputado Darci de Matos, que será votada hoje e pede ao sr. governador e ao secretário de Educação que estendam o Prêmio Educar a todos os professores aposentados. Com isso estamos fazendo justiça na nossa luta, num projeto específico, para que realmente a paridade continue existindo.

Essa é a luta da construção, até porque o projeto anterior era para os professores que estavam na ativa, e qualquer emenda que gerasse despesa seria inconstitucional, como as comissões determinaram.

É claro, sempre há o interesse da fulanização do jogo, pois já se sabia que não poderia ser aprovado o substitutivo porque era inconstitucional. Então, de forma coerente agora e pela nossa luta, coerência e manutenção da palavra, o companheiro Darci de Matos soube perfeitamente conduzir todas as aspirações dos deputados através dessa indicação, num projeto específico, sim, que virá a esta Casa.

Portanto, peço permissão ao deputado Darci de Matos para assinar a indicação - e todos os partidos da Situação e da Oposição também deveriam fazê-lo. Com isso estaremos fazendo, de forma constitucional e de forma correta, justiça para que possamos continuar ainda mais na nossa luta. Estendendo-a, ela se torna mais do que paridade, porque estendendo o Prêmio Educar aos aposentados, nós estaremos aumentando mais para quem ganha menos e fazendo com que haja isonomia entre as diferenças do maior e o menor salário. Com isso, além da paridade, estaremos fazendo justiça.

E como já foi determinado um grupo de trabalho, temos certeza de que essa indicação irá acontecer através do governo do estado e do secretário da Educação. E a nossa luta continuará sempre para que aqueles professores - que também podem ser contemplados num projeto específico - que ficarem doentes e tirarem licença-prêmio não sejam prejudicados e continuem ganhando o Prêmio Educar, inclusive na questão da maternidade, porque caso contrário seria uma injustiça muito grande.

Com relação a tudo aquilo que nós afirmamos ontem, estamos lutando e mantendo essa coerência. Nós não queremos o sectarismo de uma minoria, mas, sim, a conquista da maioria dos professores. E é nisso que nós nos colocamos, votando favorável aos que estão em sala de aula e também aos aposentados para que haja paridade.

Parabéns ao deputado Darci de Matos, porque essa é uma aspiração e é desta forma que se faz a verdadeira política: com transparência, unidade, coerência e de forma constitucional.

Sr. presidente, na semana passada, eu falei desta tribuna que o imposto sindical, após o veto do presidente Lula, não seria submetido ao Tribunal de Contas da União, apesar de ser o imposto de todo trabalhador, menos do servidor público, que não desconta o imposto sindical, que corresponde a um dia de trabalho descontado de todos os trabalhadores. Esse recurso é repassado aos sindicatos, sendo que uma proporção vai à federação e às confederações.

Ontem à noite, assisti na televisão a algo que me escandalizou. Hoje os jornais estão noticiando e aqui está: "Centrais fazem festa regada a uísque". Isso representa a luta dos trabalhadores, que é secular? Que tipo de centrais são essas? O que está acontecendo com a luta dos trabalhadores? O que está acontecendo com toda a história que os trabalhadores construíram? Quer dizer, fazendo festas por causa do quê? O que significa isso? Às vezes, na política, eu até me pergunto o que está acontecendo com alguns partidos que tiveram uma história e hoje assumem comportamentos de unidade com partidos que estavam lá do outro lado ideologicamente, tentando nivelar tudo por baixo?

Então, nessa questão preocupa-me a coerência, preocupa-me a firmeza! Trata-se de um momento de muita reflexão, no qual temos que fazer o correto.

Era isso o que nós tínhamos a registrar, srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu tenho um profundo respeito pelo deputado Professor Grandó, mas eu não sei se foi a nota da Juventude Socialista, porque ontem a reclamação era do deputado Pedro Uczai e de outros deputados da Oposição. Mas me parece que até a juventude do partido que o deputado Professor Grandó integra não compreendeu o seu voto com relação ao projeto dos professores aqui na última semana.

Deputado Professor Grandó, uma coisa é o discurso, outra coisa é a prática. Eu fico estarelecido com o discurso que acabo de ouvir.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - V.Exa. cumprimenta o deputado por ter feito a indicação, mas votou contra. V.Exa. e o autor da indicação! Quando nós tivemos a oportunidade real de votar a favor do professor, não foi dado o voto.

O Sr. Deputado Professor Grandó (Intervindo) - Deputado, era inconstitucional! Implica em despesa! Peço um aparte!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado, eu não lhe concedi um aparte! Acalme-se, deputado Professor Grandó, seja educado, honre o nome "professor" que v.exa. usa em frente ao seu nome parlamentar! Na terça-feira v.exa. não honrou o nome "professor" que usa diante do seu nome parlamentar!

Eu não lhe concedi um aparte. Na terça-feira v.exa. poderia ter votado a favor das emendas. Aliás, a maioria dos cartazes dos professores que estavam aqui eram exatamente para v.exa., não compreendendo o seu voto! A juventude do seu partido também não compreende! E agora vir aqui fazer esse discurso mole, demagogo?! Indicação não resolve porcaria nenhuma! Resolveria votar aqui dizendo "não" ao que o governo determinou e a sua maioria cumpriu sem reagir.

Nós fizemos aqui uma discussão democrática, deputado Flavio Ragagnin. Apresentamos alternativas, como o substitutivo e várias emendas. Não votaram, o governador não deixou, mandou votar do jeito que queria e agora devem estar sentindo a reação dos professores, dos aposentados que foram vergonhosamente discriminados nesta Casa. Nunca se viu um governo maltratar tanto o servidor público, o aposentado, especialmente. Está deixando o servidor aposentado morrer à mingua. É claro, eles devem também estar sentindo a reação dos eleitores da terceira idade! Por isso, agora, vem indicação, vem discurso fácil, mas na hora de votar, votaram contra os professores!

Deve ser a lista de votação que está correndo em cada escola, em cada grupo de terceira idade, que está fazendo vir esse tipo de discurso agora, fácil, sem consequência, porque o governador recebe as indicações e coloca-as no lixo, nem resposta dá às indicações, deputado Silvio Dreveck. Não responde nem pedido de informação! Aliás, o líder do PMDB não deixa mais nem a base votar pedidos de informação. Desde que veio a resposta de uma informação sobre uma verba do Fundo Social suspeita lá para a cidade dele, bem no período da eleição, agora não deixa mais votar pedido de informação, porque não querem responder sobre aquela dinheirama para o sobrinho do Ivo Carminati, pois foi R\$ 1,2 milhão para o sobrinho do Ivo Carminati. Não querem responder a informação de outra entidade que o deputado líder do PMDB conhece lá do Rincão, de uma sociedade de amigos do líder do governo, que foram R\$ 250 mil para uma coisa particular. Tudo em época de eleição!

Eu acho, deputado Silvio Dreveck, que não querem mais responder porque a coisa está começando a apertar muito. Eu acho que estamos chegando ao balaio do siri! Podem ver que a reação do líder do governo de não deixar mais se votar pedidos de informação foi depois que começou a bater lá na cidade dele, numa entidade particular, a prestação de contas produzida de R\$ 300 mil de subvenção social. Foi quando aprovamos o pedido de informação do primeiro-ministro Ivo Carminati, que liberou subvenção social para o seu sobrinho; R\$ 500 mil para a Vera Fisher e por aí afora. Foi quando começamos a questionar o contrato que o presidente estadual do PMDB, Eduardo Moreira, fez com a empresa do prefeito da capital, que também é do PMDB, de quase meio milhão por mês sem licitação. Isso é favorecimento partidário, pessoal! Isso é negócio!

Então, agora que estamos conseguindo mostrar que esse governo está sendo transformado num grande negócio, aí eles não querem mais aprovar os pedidos de informação! O que está na lista de pedidos de informação? É o pedido de informação dos fantasmas da Epagri, da sindicância da Epagri, e não querem deixar votar! São R\$ 6,5 milhões, conforme denunciou o presidente da Epagri. O que mais não querem deixar votar? O pedido de informação desse negócio da Engepasa, que inclusive o dono desse grande negócio recebeu o governador e o seu candidato em Joinville numa janta para apresentá-lo como candidato, essa empresa que o governador quer pagar R\$ 1 bilhão por 13 quilômetros, praticamente o custo de toda a duplicação da BR-101. Isso também está na lista dos pedidos de informação, deputado Silvio Dreveck!

O que mais está na lista, deputado Silvio Dreveck? Essa operação triangular e suspeita, segundo o próprio secretário Sérgio Alves, entre a Fazenda, a Casan e a Celesc. E o Moacir Pereira está dizendo, hoje, que esse secretário, deputada Ada De Luca, disse que não assinaria isso, que não aprovaria e foi para o exterior. Agora, nesse período em que ele está fora, parece-me que acertaram e acharam alguém para assinar. Os membros da SC Parcerias disseram que não assinariam, que tinham visto e não queriam, mas agora disseram que não viram o documento.

Tem cheiro de negócio nisso, deputado Silvio Dreveck! Por isso eles não querem deixar votar! Por isso na semana que vem não querem sessão! Eu li que na semana que vem também não vai haver sessão! Vai haver sessão, sim! Não vai haver sessão é na outra semana! E aí fica o líder do PMDB querendo intimidar-nos, cassar mandato! O que é isso?! Estou tremendo de medo das ameaças do líder do PMDB! Ele pode ameaçar professor, como ameaçou bater aqui na terça-feira; agora, ameaçar o meu mandato?! O líder do PMDB não me assusta! Se ele quer calar-me tentando sacar o meu mandato, ah, líder do PMDB, eu sei que quem serviu ao Dops, como o seu chefe Luiz Henrique, deve ter determinado isso! Só quem serviu ao Dops durante oito anos, como o Luiz Henrique, poderia mandar a sua base fazer isso! Só quem serviu ao Dops! E o pior é que

peças aqui que não serviram ao Dops, mas que o combateram, ficam sujeitando-se a isso! E depois vem aqui fazer discurso fácil: "porque a minha história, porque eu tenho uma história de luta", e na hora de votar a favor do professor, é lambada no professor, no aposentado, como quase foi dado aqui por um deputado desta Casa, líder do PMDB.

Então, são essas coisas que vamos continuar contestando. Eles podem, deputado Silvio Dreveck, impedir-nos de ter acesso às informações porque não querem votar os pedidos de informação aqui. E o líder do PMDB já esvaziou o plenário por três vezes na hora de votar os pedidos de informação! E deve esvaziar hoje de novo. Ontem chegou ao ridículo de colocar os deputados do governo aqui dentro na hora de votar os projetos que interessavam ao governo, mas assim que terminou a votação, retirou-os do plenário para impedir que as informações fossem solicitadas ao governo. Ficou o deputado Romildo Titon, a quem quero cumprimentar, porque não obedeceu ao comando do deputado líder do PMDB. O deputado Professor Grando também ficou, mas porque sabia que não iria dar quórum, pois se o líder do PMDB tivesse mandado votar, votaria como votou na terça-feira. Mas não saiu daqui, deputado Professor Grando, é verdade, v.exa. ficou aqui. O deputado Romildo Titon se recusou a sair. Nós estávamos aqui no plenário em 27 deputados e só ficamos em 13, porque o líder do PMDB, realmente, parece que assumiu a liderança do governo e está, de forma truculenta, como jamais visto, sistematicamente, todos os dias, impedindo a transparência, impedindo que a Assembléia possa cumprir o seu papel constitucional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra, em nome do partido, o deputado Cesar Souza Júnior, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o que me traz à tribuna é um tema que toca diretamente a vida de mais de um milhão de pessoas na região da Grande Florianópolis.

Hoje, a cidade de Florianópolis e todo o seu entorno, toda a Grande Florianópolis, sofrem, e sofrem muito, com o acaso do seu sistema de trânsito. Não raro, trabalhadores levam duas horas e meia, três horas, para ir trabalhar, e mais duas horas e meia, três horas para retornar. Aqui não é São Paulo, nós estamos em Florianópolis. E todos assustados, hoje, vêem, que no ritmo atual, com tantos emplacements, com tanta compra de automóvel, facilitada recentemente pela explosão do crédito - e é legítimo que as classes que não tinham antes o seu automóvel queiram comprar, é justo -, tem levado, aliada à decadência do transporte coletivo e à falta de alternativas, a um acaso urbano na região da Grande Florianópolis.

Implantou-se, nesta cidade, um sistema integrado que funcionou em muitas capitais brasileiras e mundiais, com estação de transbordo, mas Florianópolis, especificamente, vive hoje uma grande dificuldade na sua implantação. E com certeza isso se deve a que esses sistemas implantados em várias cidades brasileiras, Curitiba é um exemplo, previram vias exclusivas para os ônibus. Assim você garante previsibilidade nos horários e o sistema passa a funcionar.

Sem dúvida que a alternativa para que se faça um transporte que sustente a cidade no decorrer da sua história, é a opção pelo transporte coletivo. Capitais mundiais, cidades que optaram pelo transporte individual, hoje, mesmo com pesados investimentos, vivem um caos urbano. Um exemplo notório é a cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, o caso terrível, que já inviabiliza a cidade com a aglomeração urbana, é o caso de São Paulo.

Mas para isso acontecer, o transporte tem que ser eficiente e as ações têm que ser voltadas na direção de melhorar o transporte coletivo, preparando a cidade para as vias exclusivas para ônibus, preparando a cidade para novas opções de transporte coletivo.

Há muitos anos que se fala em Florianópolis - e quem fez algo de prático até hoje, neste sentido, foi o ex-prefeito Sérgio Grando - sobre o transporte marítimo. Mas desde as primeiras iniciativas até hoje, deputado Sérgio Grando, não houve uma decisão firme de apostar na sua utilização. Não há sequer estabelecido e claro um plano de negócios para essa nova opção de transporte coletivo, que em cidades com a geografia parecida com a da Grande Florianópolis funcionam perfeitamente bem.

Mas é preciso saber que volume de pessoas transportar, qual o custo do sistema, como ele vai manter-se e isso até hoje não está claro. Então, essas novas opções como transporte coletivo e também o metrô de superfície têm que ser perseguidas de maneira obsessiva, assim como um transporte de ônibus mais moderno, mais eficiente e com vias exclusivas.

Construir elevados, fazer terceira, quarta, quinta, sexta, sétima ponte, não vai livrar a cidade do caos. Essa é uma maneira arcaica, canhestra de se administrar essa grande dificuldade das aglomerações urbanas modernas, que é o transporte coletivo. Tem que haver mais inteligência, enfocar de maneira obsessiva o transporte coletivo, buscar alternativas, e elas existem. Além do metrô de superfície, que é uma alternativa que não é barata, mas é limpa, é prática, é eficiente e é adotada ao redor do mundo, também existe a facilidade que a natureza nos deu de ter o mar como uma pista livre, mas que até hoje não foi explorado, apesar de tanto discurso.

Srs. deputados, a cidade precisa planejar-se para buscar no transporte coletivo uma solução, mas se insistirmos no atual sistema, no atual modelo de carros individuais, logo, logo a cidade estará inviabilizada. Não só inviabilizada do ponto de vista humano, mas também do ponto de vista econômico. Cidades que têm um transporte coletivo complicado, difícil, são menos visitadas, atraem menos negócios. Esse fenômeno já acontece ao redor do mundo, mas é preciso uma decisão clara. É bonito, é agradável inaugurar obras viárias; inauguram-se elevados que exigem novas pistas de rodagem; projetam-se novas pontes, isso é algo que costuma funcionar muito bem eleitoralmente. Agora, do ponto de vista do futuro da cidade, tem que haver mais sofisticação nas propostas de futuro.

Além de facilitar o transporte coletivo, o trânsito das pessoas, é preciso também criar mecanismos para que os empregos sejam gerados onde moram as pessoas, nos bairros. Isso hoje não existe. Várias cidades, ao redor do mundo, encontraram essa solução operando com incentivos tributários para que as pessoas possam ter o seu emprego perto do lugar onde residem.

Deputada Ada De Luca, em nossa ilha por si só já é difícil o transporte das pessoas. Ela é geograficamente complicada. O que nós temos que fazer é atrair empresas e o município pode fazer isso através de programas tributários, a fim de que elas se instalem, por exemplo, nos Ingleses ou na Tapera para que as pessoas não precisem transitar tanto.

Hoje, os empregos estão colocados exclusivamente no centro da cidade e essa é uma das causas do grande transtorno do transporte coletivo.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Ouço, em aparte, v.exa.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Parabéns, deputado Cesar Souza Júnior, pelo pronunciamento de v.exa. Mas gostaria de dizer que uma grande saída para a nossa tão querida Florianópolis é o transporte marítimo entre o continente e a ilha, onde há o maior fluxo de carros. Esse é um caso a ser estudado e esta deputada também já está estudando.

Muito obrigada e parabéns!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Perfeito, deputada Ada De Luca, muito obrigado.

Como vinha colocando, é algo que precisa sair do papel, mas para que isso aconteça tem que haver decididamente algo que funcione e que seja economicamente sustentável. Temos que saber: o transporte se mantém? O transporte é deficitário? E se é deficitário, em que grau? Pode ser também um transporte deficitário, mas que seja um investimento público, necessário a semear o futuro.

Mas se o transporte marítimo for implantado, tem que ser integrado a meios de transporte que levem as pessoas da beira do mar para o centro da cidade. Tem que haver outra modalidade. Não adianta nós jogarmos as pessoas aqui nos aterros da baía norte e baía sul e não haver essa interligação.

Porém, sem dúvida, as alternativas de transporte coletivo são fundamentais. Com o atual modelo persistindo e cada vez mais todos buscando o transporte individual para irem e voltarem do trabalho, com as alternativas de trabalho concentradas quase que exclusivamente no centro da cidade, Florianópolis pode, em médio prazo, inviabilizar-se como aglomeração humana e sofrer grandes reveses na sua economia. Mas ainda é possível reverter a atual situação.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, em nome do partido, por até 17 minutos.

A Presidência, antes de conceder a palavra ao deputado Elizeu Mattos, registra com muita satisfação a visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Gallotti, cujo progenitor, que faz parte da bela história da Justiça brasileira, será homenageado, por iniciativa do deputado Professor Grando, nesta Assembléia Legislativa, na próxima segunda-feira.

O Sr. Deputado Professor Grando - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, com a compreensão do deputado Elizeu Mattos, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu, deputado Professor Grando, não sou professor, sou economista, mas pela pessoa, pelo seu jeito, pela pessoa de bem que nos passa, é de verdade o deputado Professor Grando. Não sou educador, mas tenho educação suficiente para dar um aparte, no início de minha fala, para essa grande figura, esse grande deputado que tanto orgulha este Parlamento.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Elizeu Mattos, o deputado Joares Ponticelli nos negou o aparte, pois além de ser mal educado, antidemocrático, passou a ser fofoqueiro, porque vejamos bem, falar da questão da juventude, do *blog*, já foi respondido, explicado, sem problema nenhum.

Mas também explicarei a ele que nós votamos favorável porque nos posicionamos pelo abono aos 36 mil professores que estão em sala de aula, que formam a absoluta maioria. Isso mostra a nossa responsabilidade! E agora vamos lutar, porque é prático, objetivo e oportuno, para que o Executivo envie um projeto a esta Casa para que seja estendido o Prêmio Educar aos aposentados.

Nós somos pela Constituição, somos pela legalidade. Não se pode fazer jogo de cena, jogar para a torcida, para a platéia, inclusive enganando-a, pois nós sabemos e quem acompanha em nível federal, a Câmara e o Senado, sabe que não pode haver emendas que gerem despesas que não estejam previstas. É inconstitucional! Nós temos que ser honestos conosco mesmos!

Eu sei que o deputado Joares Ponticelli não está aqui agora, mas como depois vou me pronunciar novamente, eu lhe darei um aparte se ele pedir. Mas esse bravatismo de querer fulanizar, de querer achar que está acima do bem e do mal, esse verdadeiro maniqueísmo não é a nossa prática. É a prática daqueles que conviveram no passado com os cargos de confiança em governos que apoiavam o regime de exceção e que reprimiam os professores, sim!

Nós estamos agora sendo coerente com a prática legislativa e é desta forma que eu repito constantemente que votamos favoravelmente à maioria dos 36 mil professores que estão em sala de aula, continuaremos lutando pela licença-maternidade, pelo Prêmio Educar, pois também sabemos que vai ser construída uma nova proposta. Nada melhor do que o tempo, pois o tempo vai provar e o professor sabe disso.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço o aparte, deputado Professor Grando, e quero fazer um registro aqui: não fui seu aluno, mas teria o maior prazer de tê-lo como professor, pela dignidade, pela seriedade e pela postura como homem público.

Mas ao mesmo tempo em que eu queria que o Professor Grando tivesse sido o meu professor, deputado José Natal, eu tenho dó daqueles que foram alunos desse que é deputado e que se diz professor! Que educação eles receberam lá em Tubarão, em sala de aula?! Eu tenho dó desses alunos, ao mesmo tempo em que teria a alegria ter sido aluno do deputado Professor Grando. Estaria eu triste nesta tribuna se o deputado Joares Ponticelli tivesse sido meu professor numa escola, pela falta de educação, pelo jogo da platéia, pela mentira, pela confusão que faz aqui neste plenário!

Ontem, eu não consegui falar, mas foi feito um jogo para a platéia na votação da medida provisória, deputado Romildo Titon! É inconstitucional, sim, aumentar despesas com emenda substitutiva global, deputado Edson Andriano, v.exa. que foi deputado federal! Se o deputado está duvidando, se alguém está duvidando, que leia a Constituição Estadual, no seu art. 52, e verá que está claro o que nós poderíamos ter votado. Foi um jogo para a platéia, para agradar quem estava aqui, foi só um jogo de cena! Foi um ato demagógico, de cena, para a platéia que estava aqui para nos aplaudir, que de nada valeria, porque era inconstitucional.

Vamos arrumar os pingos nos *ii* e não vamos chamar nem nos referir ao deputado Professor Grando como um demagogo, porque ele é uma grande figura, um grande professor, que não fez demagogia com a sua classe que aqui estava! Ao contrário do outro, que se diz representante da classe e joga para a platéia com atos de demagogia!

Você, professor, que está em casa, que nos está assistindo, troque de representante aqui nesta Casa, porque esse não representa você, esse joga para a platéia, quer ver o circo pegar fogo, quer ver as coisas explodirem. Talvez ele não lembre ou tenha esquecido o que aconteceu no governo que ele defendia no passado, no ano de 2000. Está no jornal *A Notícia*, se eu não me engano, de junho de 2000, o que fizeram com os professores. Será que ele esqueceu? Que memória curta! Pimenta nos olhos dos outros não arde!

Ora, nós estamos tentando achar um caminho com educação para a Educação. Mas não é com má educação e com pessoas deseducadas que vamos achar o caminho para engrandecer e fazer crescer cada vez mais a Educação em Santa Catarina. Há meios para isso e eles têm de ser legais. O meio é a educação de todos, a educação da platéia, a educação dos parlamentares e o respeito mútuo entre nós.

Eu não vim aqui para desrespeitar os colegas, desrespeitar as pessoas ou enganar alguém. Eu vim aqui para representar a minha serra, o meu estado, com a minha consciência. Mas não com a mentira, com a inverdade que todos os dias ouvimos aqui!

É uma pena o deputado Joares Ponticelli não estar no plenário. Mas quando eu assomo à tribuna, todas as vezes ele corre, foge, não fica aqui para escutar as verdades e para, com educação, eu ceder-lhe um aparte para ele me questionar. Porque eu tenho educação e cedo um aparte para aqueles que têm educação e são do bem.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo, rapidamente, um aparte ao meu líder, deputado Manoel Mota, porque logo em seguida o deputado Moacir Sopelsa fará uso da palavra.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Elizeu Mattos, e parabenizá-lo pelo pronunciamento.

Eu ouvi o deputado Joares Ponticelli, presidente do PP, dizer que não aprovamos os pedidos de informação por desespero; dizer que pediam informações de subvenções. Onde é que há pedido de subvenção? Quer dizer, o povo está cansado de ouvir essas balelas, essas inverdades.

Quero dizer o seguinte: qual é o desespero? O desespero, deputado Moacir Sopelsa, é porque sabe que o governo já estudou e está encaminhando um projeto para votarmos a solução para os professores aposentados de Santa Catarina. Esse é o desespero. Outro desespero é com relação à presidência do partido. Está sendo incompetente, pois em Tubarão o PP nem tem candidato a prefeito porque ele acabou com o partido! Em Criciúma também não tem candidato, porque não conseguiu a liminar para o seu partido! Então, é incompetente, não sabe conduzir o partido e aí fica jogando para a população aquilo que não é verdade, assim como joga para a imprensa. Mas a imprensa também cansou de ouvir aquilo que não é verdadeiro.

Enfim, é preciso aqui corrigir os fatos, trazer a verdade! Eu não pedi a cassação! Eu disse que um professor preparado não pode dizer palavrão, não pode dizer que o governador tem que sair de camburão! Um professor tem que estar mais preparado e usar um vocabulário que condiga com um homem preparado que ele diz que é. Infelizmente, na verdade, aqui não é.

Vou ficar por aqui em função do tempo e vai ser um prazer ouvir o deputado Moacir Sopelsa na tribuna, pois com certeza fará um grande papel como sempre fez nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, sr. deputado Manoel Mota, v.exa. é um líder que tem o respeito da nossa bancada. A democracia nos dá a oportunidade de votar ou não votar, de obstruir ou não obstruir o quórum. V.Exa. tem-se pautado como um deputado que nos orgulha e que merece o nosso respeito.

Eu gostaria de abordar, no dia de hoje, a audiência pública que ocorreu, ontem à noite, na comissão de Agricultura; gostaria de falar sobre mais uma ida do governador à região de Concórdia. Antes, porém, tenho que dizer que são levantadas muitas questões que precisam ser esclarecidas e uma delas refere-se à senadora Ideli Salvatti - e não vejo aqui nenhum deputado do PT -, que, na terça-feira à noite, se pronunciou no Senado Federal.

Lá em Brasília, não é novidade para ninguém, o PMDB e o PP, partido do deputado Joares Ponticelli, partido dos deputados Flavio Ragagnin e Kennedy Nunes, dão sustentação ao governo Lula. E a senadora, mencionando os partidos que não fazem parte da base de sustentação do governo federal, dizia que quem perdeu a eleição não pode mandar, que manda quem ganha a eleição. E dizia mais: "A Oposição quer tomar conta da CPI, mas não tem voto suficiente no Congresso"! A líder do PT no Senado disse isso!

Portanto, aqui em Santa Catarina não é diferente: quem deve governar é quem foi eleito e não quem perdeu a eleição! Quem perdeu a eleição teve tempo para governar e tem que dizer o que fez naquela época.

Aliás, não sou contra os pedidos de informação. Não sou contra! Acho, deputado Manoel Mota, meu líder, que já conversamos sobre isso com a bancada. Nós temos que aprovar os pedidos de informação, até porque quando falam sobre o pedido de informação da Epagri, quero dizer que essa ação que foi levantada na Epagri já está no Ministério Público, para que ele faça os encaminhamentos, e quero que as respostas venham para esta Casa.

Mas também há pedido de informação que não é necessário, como um que queria saber como o governador havia se deslocado para Criciúma há duas semanas. A pé ele não foi! O governador é governador 24 horas por dia! Ele participa de ações administrativas e políticas. E não foi o governador Luiz Henrique que teve a sensibilidade, a condição de deixar o seu mandato, de renunciar o seu mandato quando candidato para não usar a máquina administrativa?

Nós precisamos colocar as coisas de forma coerente, porque quando se fala que o governador quer pagar R\$ 1 bilhão para a Engepasa, não é verdade! O governador não quer pagar nada! O governador quer pagar o que a empresa tem para

receber, o que a Justiça vai determinar para pagar! Não é verdade quando se diz que o governador quer pagar R\$ 1 bilhão! Aliás, essa dívida começou no governo passado, não foi o governo do PMDB que fez essa dívida. Quem deixou de pagar essa dívida, de cumpri-la, e quem sabe não estaríamos na situação que estamos hoje, não foi o governador Luiz Henrique da Silveira!

Então, eu quero, desta forma, deixar registrado nesta Casa que nós temos muitas ações que não podemos ficar jogando para a plateia quando as galerias estão cheias. Claro que sei que precisamos reconhecer o trabalho dos professores aposentados, deputado Professor Grandó. V.Exa. votou com a maioria, e a mesma coisa eu digo: votei com a grande maioria.

Entendo que precisamos valorizar, sim, aqueles que estão na sala de aula. Em contrapartida, precisamos buscar juntos aqui uma solução para aqueles que não receberam esse aumento, para aqueles que não receberam esse reajuste, para aqueles que não receberam esse abono! Precisamos construir essa proposta e nós, da base do governo, temos a responsabilidade ainda maior do que a da Oposição de buscar esse encaminhamento, essa proposta. Mas muitas coisas são jogadas aqui de uma forma para que a população acredite que seja verdade, quando elas não são verdadeiras.

Eu quero também deixar aqui a proposta. Vamos fazer, deputados Edison Andriano e Romildo Titon, um pedido de informação solicitando que respondam pelas 21 Regionais da Fecam sobre os investimentos que foram feitos neste governo, no mandato passado de Luiz Henrique da Silveira, e do governo anterior. Vamos ver quanto foram os investimentos do primeiro mandato do governador Luiz Henrique da Silveira e vamos ver quais foram os investimentos do governo passado. Ao mesmo tempo em que se coloca dúvida de que há desvio, de que há corrupção, os investimentos estão acontecendo em todas as áreas!

O governador estará em Concórdia, no dia de amanhã, para inaugurar ações em todas as áreas, na área da agricultura, na área da saúde, na área da educação, na área de transporte, nos acessos aos nossos municípios. Qual foi o governador que propôs e empenhou-se para que todos os municípios pudessem ter uma via de acesso asfaltada? Foi o governador Luiz Henrique da Silveira.

Eu quero fazer aqui também um desafio às indústrias. Deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é lá no planalto norte, por que a Sadia e a Cooperativa Aurora investem no estado de Santa Catarina? Porque têm respaldo do governo. Essa é uma obrigação do governo, é uma obrigação nossa desenvolver o estado.

Nós não podemos admitir que muitas vezes a inverdade seja dita, deixando, em contrapartida, manchada a verdade. É isso que precisamos fazer: reconhecer quando necessitamos fazer os ajustes. Quando erramos, temos que reconhecer o nosso erro, mas quando acertamos, precisamos mostrar como as coisas estão acontecendo e da forma como acontecem.

Por isso eu quero dizer que esta Casa tem o direito da crítica da Oposição, mas não o ataque pessoal, o ataque à pessoa. Temos que ter respeito um pelo outro. Eu tenho esse respeito porque acho que todos devemos ter. Eu tenho isso de berço e quero dizer que respeito todos os parlamentares que estão aqui, que nós não nos acusemos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência dá por recebida a Mensagem Governamental n. 602, que encaminha projeto de lei complementar que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, Agesc, e encaminha-a à Primeira-Secretaria para providências regimentais.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0105/2008, de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, 0106/2008, de autoria do deputado Darci de Matos...

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de discutir a indicação de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para defender a indicação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, srs. deputadas e srs. deputados, hoje nós temos condições de falar com liberdade, com tranquilidade e externar aquilo que realmente aconteceu na sessão desta semana no que diz respeito à votação do Prêmio Educar. Mas precisamos aqui esclarecer algumas questões que foram colocadas com uma boa dose de má intenção, no meu entendimento.

Primeiro, sr. presidente, eu observei hoje, na parte da manhã, que deputados da Oposição estavam preocupados com o jornal *Diário Catarinense* - não sei por quê -, questionando uma página desse jornal, na qual está o seguinte: "Prêmio Educar sob protesto". E na outra página relata com extrema precisão o voto de quem foi a favor do Prêmio Educar, deputado Reno Caramori, de quem votou contra e de quem se absteve de votar. Não sei por que essa preocupação com o *Diário Catarinense*. O *Diário Catarinense* publicou exatamente o acontecido na sessão! Nós não pudemos falar porque não tivemos condições de nos pronunciar naquela sessão.

Então, eu senti aqui uma preocupação extrema em criticar o jornal, que as coisas foram colocadas de maneira distorcidas, que nós não estamos contra os 35 mil professores nas salas de aula. O deputado Joares Ponticelli chegou um pouquinho atrasado e talvez não tenha verificado que alguns deputados foram para a tribuna quase que tremendo não sei se de medo ou de preocupação. "Pois é, o *Diário Catarinense* distorceu as coisas". "Eu não sou contra os 35 mil professores. Eu sempre fui favorável à educação, sim".

Agora estão preocupados? Votaram contra, abstiveram-se e estão preocupados, deputado Kennedy Nunes? V.Exa., que usou o meu nome no dia da sessão, tentando, de forma enganosa, jogar-me contra os aposentados e inativos, absteve-se. Abstenção significa o quê? Lavar as mãos, não concordar com o Prêmio Educar para os 35 mil professores que estão em sala de aula! Essa é a verdade! É isso que está no *Diário Catarinense* de hoje. Contra fatos não há argumentos! Está aqui! Está estampado quem foi contra o Prêmio Educar, quem se absteve e quem votou favoravelmente.

Eu votei favorável juntamente com a maioria desta Casa, porque entendo que nós temos que apoiar aqueles professores que estão em sala de aula, temos que estar ao lado dos educadores, porque também fui professor durante muitos anos.

Agora, também sou favorável ao Prêmio Educar, ao abono para os professores inativos. Dizer que somos contra os aposentados? Eu não votei contra, votei favoravelmente. As emendas inconstitucionais eram para fazer média com os professores que aqui estavam, essa é a grande verdade! E o secretário Gavazzoni me informou que está fazendo tratativas com o governador Luiz Henrique da Silveira, que é o nosso governador pela segunda vez, que se reeleger com legitimidade derrotando o governo do PP, que espoliou os professores no seu mandato, para mandar a esta Casa, em forma de Prêmio Educar ou de abono, um projeto, uma medida provisória para contemplar os professores inativos porque eles também merecem, porque deram uma contribuição significativa para a educação de Santa Catarina.

Portanto, não vou aceitar, deputado Kennedy Nunes, que use o meu nome querendo fazer média, querendo fazer demagogia, querendo dizer que estou contra os aposentados, contra os inativos ou a contra a terceira idade. De forma alguma, v.exa. é quem tem que se esclarecer aqui...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente, para discutir a indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Edson Piriquito, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, pessoas que estão aqui presentes, pessoas que nos assistem através da TVAL e que nos ouvem através da Rádio AleSc Digital, a minha saudação.

Uma coisa é fato e todos nós, deputados integrantes deste Parlamento, haveremos de reconhecer. Como bem disse o deputado e amigo Darci de Matos, contra fatos não há argumentos e o professor não recebe a devida valorização, não só no estado de Santa Catarina, mas em todos os municípios, em todos os estados e em todo o nosso país. É um desafio para nós, deputados, agentes políticos, lutarmos pela valorização do professor. Sem dúvida nenhuma, basta avaliarmos os concursos públicos de ingresso no poder público, que verão quanto é ofertado ao professor, enquanto que outros profissionais com o mesmo grau de formação, com o

mesmo tempo de estudo, dependendo da atuação, recebem salários bem maiores. Então, temos, sim, o entendimento de que o professor não é devidamente remunerado em nosso estado e em nosso país. É um desafio para todos nós buscarmos a valorização desses profissionais.

Outra coisa é o seguinte: precisamos entender o que é o Parlamento e o que é o Executivo. Fez-se um carnaval, claro que jogando para a torcida, insuflando as pessoas a se manifestar de uma maneira que, creio, não gostariam de ter-se manifestado, tentando fazer com que esta Casa viesse a assumir um papel para o qual não tem a devida competência constitucional. A questão é competência! Nós não podemos aumentar a despesa do Poder Executivo em nenhum centavo. Se aumentarmos em um centavo, perdemos a competência, torna-se inconstitucional. Então, todas as emendas que foram propostas, tanto a emenda substitutiva global quanto as outras, eram inconstitucionais e este Parlamento não é o foro competente para propô-las. Aqui é o foro do debate, é o foro para a luta. Nós não temos competência para aumentar a despesa. Essa competência é exclusiva do chefe do Executivo, ou seja, o governador do estado.

É claro que não acho justo que os aposentados fiquem fora desse prêmio, e é uma obrigação de todos os parlamentares desta Casa lutar para que eles venham a ser contemplados da mesma forma como aqueles que estão em sala de aula o foram. E vou dizer mais: ainda foram beneficiados com um valor muito pequeno, a luta que nós devemos travar aqui nesta Casa é muito maior.

Agora, não vamos fazer sensacionalismo, demagogia, porque esta Casa não pode alterar, aumentar a despesa do Poder Executivo. E aqui nós tínhamos somente uma escolha: votar a favor do benefício ao professor que está em sala de aula, ou votar contra esse benefício. Entre votar contra e votar a favor, nós votamos a favor para poder beneficiar perto de 36 mil professores.

Então, ninguém aqui foi contra o professor. Quem votou a favor não foi contra o professor, não! Muito pelo contrário! Agora, se o modelo de gestão do governo é que tem que ser alterado, o desafio está nesta Casa, para se construir um movimento destinado a alcançar o modelo ideal de contemplação ao profissional do magistério.

O que fizeram com o deputado Professor Grandó foi uma grande injustiça, mas ele é muito maior do que isso e com certeza não será abalado. E o nosso desafio aqui, com responsabilidade, é discutir o modelo de política pública e saber respeitar aquilo que nós podemos e aquilo que não podemos fazer, mas nunca utilizando as pessoas como massa de manobra, essas valorosas pessoas que muito já contribuíram para a educação catarinense.

Assim, eu creio que deixamos claro aquilo que é feito como um circo e aquilo que é feito como um trabalho sério, com responsabilidade.

Era essa a minha participação, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência informa que estamos a discutir a Indicação de n. 0106/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, dirigida ao governador do estado e ao secretário de Educação, que solicita a concessão aos professores aposentados do Prêmio Educar.

Estão inscritos para discutir ainda os srs. deputados Kennedy Nunes, Professor Grandó, Joares Ponticelli, Reno Caramori, Antônio Aguiar, Elizeu Matos, Manoel Mota e Sílvio Dreveck.

Com a palavra, por até cinco minutos, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e os que nos ouvem pela Rádio AleSc Digital, colegas de imprensa, eu estava ouvindo e discordo de algumas coisas que o deputado Edson Piriquito falou agora, dizendo que fizeram disso aqui como um circo.

Ninguém é palhaço aqui dentro, com todo o respeito para com os profissionais da área da arte, mas, deputado Edson Piriquito, nós não podemos dizer que quando a Oposição vem para a tribuna - e v.exa. já foi oposição, como vereador - é motivada pelas galerias, porque se assim fosse, hoje e em outros dias eu não estaria aqui falando, pois, na maioria das vezes, nas sessões parlamentares sempre há poucas pessoas e não existe esse tipo de ação.

Mas vou falar especificamente do deputado Darci de Matos, que me citou aqui, até porque no dia da votação eu o conclamei a votar. Agora é engraçada uma coisa, deputado Darci de Matos, v.exa. fala hoje aqui, mas não se manifestou no dia. V.Exa. está dizendo que não havia condições. Não havia condições por quê, deputado Darci de Matos? A Presidência, pelo que sei, não cerceou o seu direito à palavra. Não havia condições por quê? Qual é a condição que um parlamentar pode ter em falar ou não? A condição que ele pode ter é a de usar a palavra. Não havia condição por quê?

Por que v.exa. não veio naquele dia, quando eu o chamei e convoquei-o? Por que v.exa., que em Joinville, nossa terra natal, também é um pré-candidato a prefeito, não veio aqui e disse: deputado Kennedy Nunes, a emenda que v.exas. estão colocando é inconstitucional? Por que v.exa. não rebateu? Espera passar as coisas para depois entrar com uma indicação para se refazer com os professores inativos, dizendo que pediu, que falou com o secretário tal, que falou com o fulano de tal e está pedindo porque é favorável?

Deputado, não é assim que se fala! E esta Casa dá total liberdade e três opções, deputado Renato Hinnig, para um parlamentar exercer o seu direito de voto. Vamos relembrar? "Sim", "não" e "abstenção".

Eu não votei contra o projeto que estava aí, o Projeto Educar, porque eu entendo que os 36 mil, ou 35 mil professores que estão em sala de aula merecem. Agora, não dessa forma! Não dessa forma, deputado Manoel Mota, que o seu governo coloca, na qual o professor tem que pedir a Deus para não ficar doente, porque se ficar doente vai ficar sem o abono e vai ter que ir para a fila da Saúde, que está um caos! O seu governo concede o abono para quem está em sala de aula. Agora, se o camarada pegar uma gripe, se pegar uma virose, se pegar uma dengue ele está roubado, porque não vai ter esse abono.

Além disso, a emenda modificativa não era inconstitucional, porque não gerava despesa. Ela só pedia que o mesmo valor que iria ser gasto para o abono fosse colocado de uma forma linear, ou seja, 5% para todos os professores. Não haveria aumento de despesa.

Agora, engraçado que nem o deputado líder do governo, muito menos o deputado Manoel Mota ocuparam a tribuna. Somente o deputado Elizeu Mattos, que foi o único corajoso que subiu à tribuna e enfrentou, democraticamente. Parabéns pela sua atuação, deputado, v.exa. demonstrou aqui a sua coragem, demonstrou que não se intimida com o público aqui dentro e nem depois vem dizer que não falou porque faltou condição. V.Exa. veio aqui, falou e defendeu aquilo que entende que deva defender.

Agora, nem isso aconteceu. O que eu venho dizer aqui é que nesta Casa se conhece as ações, deputado Reno Caramori, daqueles que falam e fazem e daqueles que falam e não fazem.

Eu estou nesta Casa, abster-me de votar e conversei com o meu líder, inclusive, porque a posição do partido era para votar contra. Eu pedi licença ao meu líder e abster-me, assim como o deputado Reno Caramori que, parece-me, também se absteve, porque eu entendo que a posição de abstenção foi em respeito ao professor que está em sala de aula, mas que se ficar doente não receberá o abono.

Então, é melhor se abster do que vir aqui dizer que não teve condições de falar. Isso é fugir da realidade e depois entrar com um requerimento para pedir que o governo atenda os aposentados!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli e, logo a seguir, o deputado Reno Caramori.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, a professora Jessi, presidente da Associação Catarinense de Professores, aqui está com grande número de professores aposentados, aliás, estão aqui em vigília há muito tempo. Semanalmente estão aqui na Casa.

A impressão que temos, deputado Kennedy Nunes, é que este governo começou ontem. Eles falam como se tivessem assumido o governo ontem, deputado Reno Caramori, tamanha está sendo a pressão que devem estar sentindo por parte dos grupos de terceira idade. Como eu disse aqui, na terça-feira, o segmento da sociedade catarinense mais organizado na atualidade é a terceira idade. Não existe nenhum segmento da sociedade que se reúna semanalmente, mas a terceira idade se reúne em todos os municípios. Aliás, louva-se, deputado Edson Piriquito, o bom trabalho que fazem os municípios privilegiando e prestigiando a terceira idade. E em cada clube desses há pelo menos duas, três, quatro, meia dúzia de professoras aposentadas. E até pela atividade do professor, geralmente são líderes, são formadores de opinião.

O governo já deve ter sentido, professora Jessi Helena Oliveira! a reação na base, na ponta, e agora está dizendo que vai encaminhar um projeto, que deve ser outra modalidade de abono, para contemplar o aposentado.

Que bom! Essa é a demonstração de que a Oposição está fazendo o seu papel, deputados Flavio Ragagnin, Kennedy Nunes, Reno Caramori e meu líder, Silvio Dreveck. Não fosse a Oposição estar aqui cobrando, cumprindo com o seu papel constitucional, apresentando emendas, fazendo substitutivos, discursando, pedindo, implorando, o governo não iria atender. Essa é a verdade dos fatos.

E ainda querem calar-nos, deputado Kennedy Nunes! Ainda vem o líder do PMDB ameaçando cassar mandato porque nós viemos aqui cobrar do governador! E diz-se democrático, deputado Reno Caramori. Discrimina o aposentado, nós cobramos e aí ameaça cassar o mandato, porque estamos defendendo o aposentado.

Ora, esse governo não começou ontem! Olhem aqui, olhem para trás, deputados do governo! Mais uma vez os sindicatos, os servidores públicos de Santa Catarina estão protestando! Essa é uma cena que se repete a cada semana. Abram os olhos, tirem essa venda que está nos olhos do governo disfarçada na propaganda oficial de que está tudo bem; disfarçada nas inverdades que o próprio governador passou a acreditar, que deu 140% de aumento para os professores. Meu Deus do céu, caiam na realidade! Não fiquem cegos como deixaram o governador cego, acreditando, quando dizem que o seu governo é um mar de rosas, que estão todos felizes.

Não é verdade isso! O magistério está triste, está doente. A professora está indo para a sala de aula doente para não perder o abono! E a demonstração de que isso está fazendo despencar a qualidade de ensino está na matéria do *Diário Catarinense* de ontem, que mostra que a avaliação dos alunos da escola pública de Santa Catarina no Enem, deputado Edison Andrino, despencou em nível nacional. Isso é consequência. Santa Catarina teve um dos piores desempenhos no Enem. Quanto tempo nós vamos levar para recuperar isso? E esse governo já tem seis anos.

A perda salarial, professora Jessi Helena Oliveira, dos aposentados e de todos os servidores, é de 33% nesse período, só de inflação, e o governo deu até hoje para o aposentado 1%, deputado Reno Caramori. V.Exas. sabem quanto a receita cresceu nesse período? Quase triplicou. A última arrecadação, a arrecadação do último mês do governo Amin estava na ordem de R\$ 310 milhões; a deste governo está batendo a casa de R\$ 900 milhões. Nós tivemos uma receita que saltou de R\$ 300 milhões para R\$ 900 milhões e o servidor teve 1% de aumento.

Aonde é eu está indo esse dinheiro? Na manutenção de 36 comitês eleitorais que já estão distribuindo santinhos para os candidatos do PMDB, esses comitês que eles chamam de secretarias de Desenvolvimento partidário Regional.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito, que tem a palavra por até cinco minutos, é o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, eu me inscrevi para comunicar ao deputado Darci de Matos que ele terá o meu voto de aprovação na indicação que ele propõe ao governador para que faça justiça e que pague também esse abono aos professores que estão fora da sala de aula.

Deputado Darci de Matos, v.exa. pode contar com o meu voto, porque a nossa intenção na votação do projeto original do governo, toda vez que nós nos manifestamos, que a nossa bancada se manifestou, foi acordar o governador que tinha que dar a todos os servidores da Educação, independentemente ativo ou inativo, na sala de aula ou fora dela, o Prêmio Educar. Então, v.exa. pode ter certeza de que nós vamos fazer coro com a sua indicação.

Deputado Edson Piriquito, v.exa. tem razão. Quando conversamos fora dos microfones, nós temos, muitas vezes, as mesmas intenções em bem servir.

Por isso o meu voto pela abstenção no projeto original foi em respeito a ambos: aos inativos e ativos. Eu tinha certeza de que a bancada do governo teria condições de aprovar o abono aos professores inativos. Foi uma pena que ninguém tenha tido a idéia de, na hora discussão do projeto, vir a este microfone e dizer: "Sr. governador, através deste microfone eu quero fazer-lhe verbalmente um requerimento, ou uma indicação, para que v.exa. retire esse projeto e inclua os inativos para que possamos contemplar todos os educadores".

Então, o deputado Darci de Matos, que fez menção ao nosso nome, teve oportunidade de fazer esse gesto no dia da discussão. Eu tenho certeza de que, se é que houve um acordo com o secretário da Administração, deve estar autorizado pelo governador que, tendo reconhecido o erro clamoroso cometido na formatação e no encaminhamento daquele projeto para esta Casa e, justiça seja feita, redimindo-se de um erro - e isso até é muito importante para um governante -, mandará um projeto de lei novo para cá contemplando também os inativos.

Por isso, deputados Kennedy Nunes e Flavio Ragagnin, acho que o reconhecimento do erro é louvável ao homem! Nós não somos perfeitos e temos que ter a capacidade também de entender que aquilo que se fala neste plenário, quando se mostra a discriminação de uma classe, tem que ser respeitado. Nós também, como Oposição, deveríamos ser ouvidos, e não fomos ouvidos talvez por sermos Oposição. Mas agora é um deputado da base do governo que está solicitando e quero crer que, após essa avalanche de discussões nesta Casa, onde os ânimos se acirraram muitas vezes, o deputado Darci de Matos, que foi conclamado pelo seu colega da mesma cidade para que se manifestasse pelo menos favorável, hoje tenha a oportunidade de receber o apoio - e tenho certeza de que receberá - da bancada do PP nessa indicação, fazendo justiça para que o governo pague também os inativos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito para discutir a indicação é o deputado Elizeu Mattos, que está na ordem de preferência.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, acho que esse é o momento bom de esclarecermos os fatos, justamente na apreciação dessa indicação que o deputado Darci de Matos fez.

Primeiramente, quero dizer que na terça-feira em momento algum vimos a bancada governista fazendo jogo para a platéia. Incendiaram a platéia justamente para não deixar que pudéssemos falar e explicar como ia dar-se o encaminhamento. Foram várias as tentativas do nosso líder do governo de dizer aos aposentados, que estavam aqui de verde, que já tinha sido, inclusive, publicada a intenção do governador Luiz Henrique de atender os inativos. Mas não tivemos a oportunidade de falar porque incendiaram a platéia justamente para que não pudéssemos explicar.

E não venha agora o deputado Joares Ponticelli com essa história de dizer que por pressão dele vão ser atendidos os inativos. E citou a professora Jessi, que lidera os professores. Professores, troquem de representante aqui dentro da Assembléia, pois estão muito mal representados. Se for aquela a representante, os encaminhamentos estão sendo totalmente desordenados. E mais, para prejudicar a classe dos professores.

Na verdade, vim contente para este Parlamento na terça-feira. Até tentei explicar e assomei, sim, deputado Kennedy Nunes, com coragem, à tribuna, pedindo respeito dos professores conosco, a fim de que pudéssemos explicar como seria o encaminhamento e para que não enganássemos, não iludíssemos e eles saíssem alegres e contentes em virtude de algo que seria inconstitucional e que não teria validade alguma.

O que nós queremos construir - e os professores da serra catarinense me conhecem, eu me reuni com eles antes da sessão - é um processo de educação para a Educação.

Mas eu quero aqui lembrar que se leu uma emenda substitutiva global que dizia um monte de coisas. Discursaram aqui - e nós não tivemos a mesma oportunidade - sobre mais uma mentira. Citaram, na emenda substitutiva global, algo que não existia: a licença saúde. Não estava naquela emenda substitutiva global a licença saúde, mas foi jogado para a platéia que estava. Eu li e não enxerguei a licença saúde naquela emenda substitutiva global.

Então, na verdade, você que está em casa, você que nos está assistindo, você que nos está escutando, vamos colocar os pingos nos *ii* em relação à questão da Educação. Se não fôssemos nós, que tivemos coragem, 35 mil professores não poderiam receber, hoje, o abono; e mais, os que já tivessem recebido, concedido através da medida provisória, teriam que o devolver. Tivemos coragem, sim, de votar e garantir àqueles 35 mil professores do estado o abono concedido através da medida provisória! Se fizessemos o contrário, deputado Romildo Titon, retirariamos o abono e aqueles que já o receberam teriam que o devolver.

Vamos colocar os pingos nos *iii*! Na questão da saúde, havia professor aqui pulando para cima e para baixo, apesar do atestado de saúde afirmar que não poderia dar aula. Mas para pular aqui, para cima e para baixo, gritando, insultando os parlamentares, não tinha problema de saúde.

E os bons professores? Esses estão pagando, às vezes, pelos maus, por aqueles que acham artimanhas para ficar fora da sala de aula. Temos que achar um meio para que os bons não sejam prejudicados, mas que os maus sejam, sim, penalizados pela maldade que cometem com as pessoas que têm problemas, com os professores que realmente têm problema de saúde.

Faço esse desabafo com seriedade. Não é para inventar, não é para brincar. E a indicação do nobre deputado, já houve uma sinalização do nosso governador, do nosso secretário da Educação, terá o total apoio deste parlamentar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, por até cinco minutos, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho também a esta tribuna para discutir a indicação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço, com muita honra, o eminente deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Manoel Mota, eu não costumo citar o nome de deputados criando constrangimento. Fí-lo, citando o nome do deputado Kennedy Nunes, porque o deputado Kennedy Nunes pela vez primeira citou o meu nome. Então, eu estaria respondendo ao deputado Kennedy Nunes e às suas insinuações. Não costumo fazer porque acho deslegante criar constrangimento para os pares desta Casa.

Segundo: deputado Kennedy Nunes, eu não fugi no dia da votação - e talvez v.exa. não estivesse aqui naquele momento. Eu dei um aparte tentando pedir aos professores que estavam presentes que dessem a liberdade de nós, da base do governo, também nos pronunciarmos, e fui veementemente vaiado. Eu não fugi, eu falei. Como senti que não tinha condições de verbalizar nessa tribuna, não falei posteriormente.

Terceiro: deputado Kennedy Nunes, eu não fugi, eu votei favorável ao abono do Prêmio Educar. E vou votar favorável ao Prêmio Educar ou ao abono que o governador Luiz Henrique da Silveira haverá de mandar muito em breve para esta Casa. Talvez essa tenha sido a preocupação da Oposição.

Quarto, para encerrar, deputado Manoel Mota, quem foge é aquele que se abstém. O voto de abstenção é, no meu entendimento, um voto de falta de coragem, um voto de covardia. Ou vota-se a favor ou vota-se contra!

O deputado Joares Ponticelli foi corajoso, enfrentou, votou contra, divergiu, mas se posicionou. O deputado Kennedy Nunes lavou as mãos, a exemplo do que fez Pilatos: "Não sei, vou ver! Não sou contra, mas não sou a favor! Vou estudar"! Então, eu não fugi; eu votei favorável!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O tempo é pouco e sobrou pouco para mim. Eu quero cumprimentar o eminente deputado Darci de Matos pela indicação; acho que a discussão é muito importante.

Penso que há parlamentares que se transformam quando vêm as galerias lotadas. Até parece que nunca foram governo e que são puritanos. Parece que se esqueceram de 2002, quando as moedas caíam ali. Coitado do pessoal que teve o trabalho de puxar com carrinho as moedas que eram jogadas nos parlamentares, porque descontaram os dias parados dos professores em 2002. Se estou mentindo, que me desmintam!

Agora, entendo que o governo fez o primeiro encaminhamento e vai fazer o segundo. Mas um parlamentar não poderia, num desrespeito total, jogar a população que ali estava contra os eminentes deputado Darci de Matos e Professor Grando. Acho que isso foi uma falta de ética, de cavalheirismo, de companheirismo. Penso que usaram politicamente as questões. Não se usou aquilo que é mais sagrado e democrático.

Por isto estamos tranqüilos: porque votamos a medida provisória do Prêmio Educar que vai atender os educadores que estão em sala de aula. Agora essa indicação irá ajudar, mas virá do governo outra solução para a questão dos aposentados.

Nós votamos de frente, e votar abstendo-se é esconder-se atrás do muro. O parlamentar tem que votar de frente, mostrando se é contra ou a favor. O deputado não pode ficar escondendo-se de uma ação.

Por isso aqui hoje é importante essa discussão para entendermos os fatos e dizer que eu não estou pedindo a cassação do deputado Joares Ponticelli, apesar de ele ter dito e de terem me colocado também na comissão de Ética. Mas devo dizer que um homem que é professor, que tem curso superior, deve fazer um estudo para usar um palavreado melhor e não dizer que o governador tem que sair no camburão da polícia. Isso não condiz...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, evidentemente que somos favorável à indicação do deputado Darci de Matos, até porque, desde o início dessa matéria, fomos nós que iniciamos essa demanda dos professores, tanto aqueles que estão em tratamento de saúde, como os inativos.

E o que nós vemos aqui nesta Casa é o governo e a base governista desperdiçarem as grandes oportunidades que tiveram de votar várias vezes favorável aos professores inativos que estão excluídos da medida provisória, porque tiveram a oportunidade de votar a favor dos professores aposentados, dos pensionistas e, infelizmente, não o fizeram. Tiveram a oportunidade de votar a favor das emendas, porque todas elas eram benéficas a todos os servidores da Educação: inativos, ativos ou em licença para tratamento de saúde, e assim por diante.

Hoje ouvi dizerem aqui: "Nós não podíamos votar porque era inconstitucional". Muito bem! Outra oportunidade para a base governista: se quisessem poderiam ter convencido o governo a incluir, havia tempo para isso. Tanto é que lá na comissão de Finanças e Tributação eu me manifestei dizendo que seria melhor se fosse um projeto de lei e não uma medida provisória. Mas na ânsia e na angústia de votar, tanto é que nem passou pela comissão de Educação...

Agora, nós temos que ter coragem de chegar aqui e dizer sim, votei a favor dos 35 mil professores, mas votei contra as emendas que os partidos de Oposição fizeram que estendiam o benefício aos servidores da Educação de um modo geral, ativos e inativos. Ora, para isso nós somos parlamentares. Nós estamos sujeitos ao ônus e bônus. Mas querer dizer que agora é o momento porque não se sabia se havia recursos ou se não havia, isso é demagogia. A receita do estado, no primeiro trimestre, aumentou 16,36%.

Então, é uma pena que essa oportunidade tenha sido perdida, porque mesmo que a Oposição tivesse se manifestado... Mas, então, se não era para a Oposição ter méritos, até podíamos entender, mas que a base de governo tivesse sensibilizado o governador para conceder esse benefício e estendê-lo a todos os servidores. Nós não podemos chegar nesta Casa e dizer: somos favorável, mas votaremos contra. Ou dizer que somos favorável para uma parcela e contra para a outra. Depois nós vamos ver se podemos conceder, porque o governador vai resolver.

Nós já tivemos outros exemplos que não foram bons, como o que aconteceu nesta Casa, quando foi aprovada a Lei Complementar n. 254, que até hoje o governador não cumpriu. Então, não se pode simplesmente acreditar em promessas que não serão cumpridas.

Por conta disso, como disse aqui o deputado Reno Caramori, nós vamos votar favorável, evidentemente, porque defendíamos antes a medida provisória. Não há por que sermos contrário. Apenas temos que ser autêntico e assumir o voto favorável à medida provisória ou o voto contrário, mas também dizer que votamos favorável ou contra as emendas que beneficiavam todos os servidores da educação: ativos, inativos e aqueles que teriam direito a tratamento de saúde.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, é só para fazer um apelo ao nosso presidente para que mande a sua assessoria...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Presidente Julio Garcia, sei que se está discutindo uma matéria, mas quero pedir a sua compreensão para cumprimentar o vereador Cadore, do partido do deputado Professor Grandó.

Da mesma forma, gostaria de pedir permissão para saudar também o Leandro, do departamento de Turismo da prefeitura municipal, e também o Mauro, da Amurc. É um prazer tê-los aqui na Assembléia Legislativa!

Muito obrigado, deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, primeiramente quero agradecer a solidariedade inclusive de parlamentares da Oposição, com relação ao nosso posicionamento de votar a favor do projeto. Está claro na imprensa quem votou a favor do abono, quem votou contra e quem se absteve, até porque nós temos a visão de que as mudanças, a revolução não vai ocorrer por causa de uma pessoa, mas, sim, através de um movimento como um todo na sociedade, que tem que ser amplo e democrático. E é isso o que nos propomos a discutir.

Sr. presidente, o primeiro item por que somos favoráveis à indicação do deputado Darci de Matos é o seguinte - e olhem bem o que traz o jornal:

(Passa a ler.)

"Joaninha alertava que o secretário Ivo Carminat (Articulação) explicou, em audiência, que o governo precisaria de 90 dias para fazer um estudo e apresentar uma proposta. Herneus bateu o pé em 30 dias, com o prazo vencendo dia 12. O projeto, enquanto o Centro Administrativo e os aliados no Legislativo se acertam, tramitará em regime de urgência." [sic]

Quero alertar para isso porque o sr. governador, para poder estancar a greve que estava prejudicando, sim, a população, o filho do agricultor, do trabalhador que estava sem aulas, fez uma medida provisória para propor uma negociação com quem estava ativo. Mas se comprometeu naquele mesmo dia, e saiu na televisão e na rádio CBN, que haveria um projeto específico para os aposentados, e isso está acontecendo, inclusive com prazo determinado.

O que estranho é que alguns parlamentares aqui colocam que isso está acontecendo por causa deles e das suas manifestações. Não é isso! Isso está ocorrendo pela magnitude, pela grandeza do governador, que determinou que em exatamente 30 dias, quer dizer, 12 de março, haveria um projeto específico para os aposentados e isso vai ocorrer. E nós defendemos que esse abono seja estendido também aos aposentados.

Por que somos a favor da política de abono neste momento? Somos a favor da política de abono porque diminui a diferença entre o maior e o menor salário. Quem ganha R\$ 600,00 ou R\$ 900,00, com R\$ 100,00 de abono agora e mais R\$ 100,00 de abono em agosto, terá um incremento de R\$ 200,00! É diferente daquela proposta de fazer proporcional ao percentual.

Ora, imaginem para uma pessoa que ganha R\$ 600,00, o que seriam 4% ou 5%? Daria o mínimo possível, ou seja, R\$ 30,00. Para quem ganha R\$ 900,00, daria R\$ 45,00. Mas vão ganhar R\$ 200,00! Quem ganha R\$ 1 mil, R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil não vai ter prejuízo porque terá o mesmo abono. Assim, por que a política de abono neste momento, diante da legislação pública, é mais justa, correta e fraterna? Porque o preço do arroz, do feijão, do quilowatt/hora, do gás é o mesmo para todos. Por que fazer a política do efeito cascata, na qual quem ganha mais continua ganhando mais e quem ganha menos continua ganhando menos?

Agora, o que o movimento tem que fazer, pois sou originário de um movimento que tem coerência e trabalho? É dizer que tem que lutar para incorporar esse Prêmio Educar, lutar para incorporar o abono. E é a isso que me proponho, e está aqui um aliado para no futuro fazer essa luta. Vejam que o aposentado vai ter mais do que a paridade, porque o abono oferece essas vantagens. Mais do que isso, proponho-me a lutar - e virá um projeto nesse sentido - para que a pessoa que ficar doente, tirar licença-maternidade ou licença-prêmio não seja prejudicada. Portanto, o nosso posicionamento é claro. Volto a dizer, votamos a favor do abono. Isso é o quê? É mostrar que a luta continua avançando.

A crítica, a autocrítica faz parte da ciência da política: é a tese e a antítese, mas há a dialética. O movimento cresce com isso. Se houve um enfrentamento e não havia correlações de força, cabe avaliar o movimento dos professores ao longo da sua história. Todos os parlamentares sabem, e houve o reconhecimento aqui, que as emendas eram inconstitucionais porque apresentavam aumento de despesa. Mas nós vamos conseguir isso e o tempo irá provar, se Deus quiser, com certeza!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O último orador inscrito para discutir a indicação é o deputado Romildo Titon, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

A Presidência registra, com satisfação, a presença, em plenário, do ex-deputado estadual, ex-presidente desta Casa e ex-deputado federal, Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, também quero fazer aqui a minha justificativa com relação ao meu apoio a esta indicação do deputado Darci de Matos.

Srs. deputados, nunca tinha visto, na história deste Parlamento, o que vimos aqui na última terça-feira, ou seja, a deslealdade de alguns colegas com outros, o jogo de cena que foi montado, a demagogia que aqui foi feita perante o público que estava presente. Por isso eu, hoje, quero votar favoravelmente a esta indicação, porque agora, deputado Professor Grandó, penso que é o caminho correto.

O deputado Joares Ponticelli, que tanto criticou aqui a bancada da Situação, como outros parlamentares também o fizeram, mas principalmente esse deputado, faz parte da comissão de Constituição e Justiça e sabe que aquela é a comissão que analisa a constitucionalidade, a legalidade das leis. Então, sabe perfeitamente, e todos tinham conhecimento, que as emendas não teriam sobrevivência legal, não resistiriam, de forma alguma, deputado Kennedy Nunes, porque estavam criando mais despesas. E v.exa. sabe que parlamentar algum pode fazer projeto de lei e emenda que aumente despesa para o Orçamento do estado.

Todos nós sabíamos disso, mas estava sendo feito um jogo de cena. Fizeram o papel da Oposição, mas não tinham o direito de ser desleais como o foram com alguns colegas, tentando jogar para o público, pois estavam aqui colegas que são honrados. Não agiram da forma correta! Ninguém vota aqui de cabresto como foi dito pelo deputado Joares Ponticelli. Ninguém chegou aqui por acaso, todos chegaram até aqui porque a sociedade lhes deu a oportunidade, através do voto direto e secreto. Ninguém está aqui votando de cabresto.

Por isso quero, neste momento, ir pelo caminho correto, da lealdade, ou seja, sugerindo e reivindicando ao governador.

Eu ouvi aqui, deputado Edson Piriquito, palavras que me deixaram indignado, no sentido de que bateram, deram lambadas em aposentados. Eu não vi cena nenhuma dessas aqui! Aliás, deputados Edson Piriquito e Elizeu Mattos, o que se via na platéia, naquele dia, era os aposentados sentados quietinhos, fazendo a sua manifestação legítima.

Agora, existia um grupo aqui que ninguém sabe se era de professor. E se realmente era de jovens professores, eles deveriam estar na sala de aula, fazendo encenações. Mas não me diz respeito falar sobre isso agora, aqui, porque não é necessário. Porém nós não sabemos nem se ali estavam realmente pessoas que eram educadores. Nós sabemos que esse movimento foi montado, esse jogo de cena. Por isso quero aqui repudiá-lo, porque ninguém estava aqui por acaso. Penso que deve haver lealdade.

Deputado Joares Ponticelli, com todo o respeito, v.exa. faz oposição e ninguém tem que falar nada se está certo ou errado. V.Exa. deve fazer da forma que achar melhor e nós contestamos quando achamos que devemos. Agora, ser desleal com os colegas, deputado?! Eu não sei ontem, deputado Joares Ponticelli, do plenário. V.Exa. tentou jogar-me contra a minha bancada. A bancada havia tomado a decisão de obstruir a votação. Eu não sei porque não havia 21 deputados, mas também não ando votando de cabresto aqui, não! Ninguém vota de cabresto! Cada um age da forma que deve agir, como v.exa. faz aqui, votando a favor ou contra. Agora, eu não vou fazer isso porque ameaçaram aqui, perante o público, levar a lista de quem estava votando contra o substitutivo global. Está claro quem votou contra os professores! Mas nós necessitamos fazer uma lista, uma placa para colocar quem votou contra os professores, aqueles que votaram "não" à medida provisória do governador.

Essa é uma coisa que nós temos que deixar claro: quem votou contra os professores foram aqueles que votaram contra a medida provisória.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Na forma do Regimento, a Presidência encaminhará esta indicação, certamente a mais discutida desta sessão legislativa, ao governador do estado e ao secretário da Educação.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Gostaria de assinar esta indicação, bem como pediria a todos os parlamentares que assinassem, porque é algo positivo em favor do nosso aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Darci de Matos, pedem para subscrever a indicação o deputado Professor Grandó, Edson Piriquito, Elizeu Mattos, Manoel Mota e Romildo Titon.

A Presidência comunica ainda que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0107/2008, de autoria do sr. deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, esta nova indicação é pela nossa insistência já há alguns anos, mostrando que não é somente na época da estiagem que as autoridades se preocupam com a falta de água.

Nós, por várias vezes, da tribuna desta Casa, mostramos a necessidade de socorrer aqueles municípios que têm por destino, por localização ou coisa que o valha, a falta de água, em virtude da estiagem que aumenta em determinadas épocas.

Muito pouco foi feito. E nós nos preocupamos muitas vezes, sr. presidente, com coisas que podemos até chamar de elefante branco, mas não nos preocupamos com a situação do criador de aves, de suínos, de bovinos, que trabalha para a manutenção da sua família e que precisa de água para a irrigação dos hortigranjeiros na pequena propriedade e também para a produção de proteínas, através da criação de peixes, cultura muito incentivada no oeste catarinense.

Por isso, a nossa indicação é no sentido de tentar acelerar o governo para que tome uma atitude e que, realmente, implemente um programa que já existe, que é o programa de cisternas.

Por várias vezes demonstrei aqui que dos meus sete aos meus 15 anos eu não tomei água da fonte, só água da chuva, que era captada através do telhado da nossa casa e ia para um reservatório. E assim nós passávamos o ano todo.

Por isso, a nossa insistência, sr. presidente e srs. deputados, para que o governo acorde e tome uma atitude cabível e real. E não adianta depois arrumar uma lona para armazenar mil litros de água, porque isso não vai resolver nada. Nós precisamos de cisternas planejadas com, no mínimo, 200 mil litros de água, para que possa fazer frente à estiagem na criação de frangos e suínos.

Dessa forma, solicito aos srs. deputados que aprovelem esta indicação e que também nos ajudem, através desta Casa, a fazer com que possamos realmente e efetivamente socorrer o nosso produtor rural, principalmente na época da estiagem.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Rio do Sul, Santiago do Sul e Itapema, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Matos Costa, Timbó Grande e Rio Negrinho, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça, cumprimentando-o pela instalação dos postos de atendimento e conciliação na praia do Ervino e Enseada, na comarca de São Francisco do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da concessionária Bourbon Comercial de Veículos, em Tubarão, cumprimentando-o pela inauguração.

A Presidência defere de plano.

O SR. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só gostaria de pedir aos deputados da base do governo que estão aqui em volta, ao deputado Elizeu Mattos e aos outros aqui, que voltem para o plenário, para que possamos cumprir o horário regimental, que é até às 13h.

Eu acredito que esta não possa ser uma ação do deputado Manoel Mota, que não é querer não votar os pedidos de informação, mas, sim, terminar a sessão agora.

Nós temos duas formas de contagem: a contagem de votos para votar e para encerrar a sessão. Pelo que eu vejo, a manifestação do deputado Manoel Mota é para que a sessão se encerre agora. E nós queríamos pedir que os deputados da base do governo voltassem para o plenário para que não perdêssemos essa hora tão importante para discutir as matérias aqui, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, na forma do Regimento Interno, encerra a presente sessão, convocando outra, solene, para hoje, às 19h, quando Paulo Konder Bornhausen, ex-deputado e ex-presidente da Assembleia Legislativa, receberá o título de Cidadão Catarinense.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para lamentar, mais uma vez, a ação comandada pelo líder do PMDB, que esvazia o plenário outra vez para impedir que pedidos de informação sejam encaminhados e que o governador explique, por exemplo, deputado Moacir Sopelsa, por que usou o avião do governo para fazer campanha em Criciúma. Não pode, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. conhece a Constituição. É vedado, é proibido!

De novo, o líder do PMDB, o democrático líder, aquele que quase bateu nos professores aqui na terça-feira, retira os deputados do PMDB, da base do governo, do plenário. É a quarta vez consecutiva que o líder do PMDB coloca a democracia catarinense em xeque. Ele está, infelizmente, sendo seguido pelos seus e muitos, no cabresto, estão saindo para não aprovar pedidos de informação que comprometem a imagem do governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 009ª SESSÃO SOLENE DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008, ÀS 18H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

COMEMORAÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DO COLÉGIO LA SALLE, DE

XANXERÊ

PROPOSIÇÃO DEPUTADO GELSON MERÍSIO

SUMÁRIO

PREFEITO AVELINO MENEGOLLA - Ressalta a importância do Colégio La Salle para o desenvolvimento de Xanxerê e da região.

SECRETÁRIO JÚLIO CÉSAR BODANESE - Enfatiza os largos serviços prestados à comunidade do meio-oeste pelo Colégio La Salle.

IRMÃO ADÃO URBANO BERGMANN - Discorre sobre a história do Colégio La Salle, de Xanxerê.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Enaltece as virtudes e os valores passados a várias gerações pelo Colégio La Salle, nos seus 50 anos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Esta sessão solene está sendo transmitida ao vivo para todo o estado de Santa Catarina através da TVAL, dos canais da NET e também das antenas parabólicas. Por isso o nosso aguardo até abrir o sinal para que possamos fazer esta sessão, a fim de que Santa Catarina conheça um pouco da história do Colégio La Salle e também possa conhecer um pouco da nossa Expo-Femi, uma vez que estamos fazendo o evento juntamente com a exposição da nossa feira.

Convido o secretário de Desenvolvimento Regional, sr. Júlio César Bodanese, neste ato representando o sr. governador Luiz Henrique da Silveira, para fazer parte da mesa;

Excelentíssimo sr. Avelino Menegolla, digníssimo prefeito municipal de Xanxerê;

Excelentíssimo sr. Enori Barbieri, digníssimo vice-prefeito do município de Xanxerê;

Excelentíssimo sr. Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel, digníssimo presidente da Câmara Municipal de Xanxerê;

Ilustríssimo irmão Adão Urbano Bergmann, digníssimo diretor do Colégio La Salle;

Ilustríssimo irmão Gilmar Staub, digníssimo diretor do Colégio La Salle Peperi, de São Miguel d'Oeste, que neste ano também completa o seu cinquentenário;

Excelentíssimo sr. Dávio Leu, digníssimo prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam;

Ilustríssimo sr. Ademir Gasparini, digníssimo presidente da nossa comissão central organizadora da Expo-Femi 2008;

Excelentíssimo sr. Dionísio Kohl, digníssimo secretário municipal da Educação de Xanxerê;

Ilustríssimo sr. Adelar Centofante, digníssimo presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle;

Excelentíssimas autoridades, sras. e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado, com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao Colégio La Salle, pelos seus 50 anos de fundação.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional, interpretado pela ex-aluna Janaina Monego.

(Procede-se à interpretação do hino.) (Palmas)

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades:

Senhor João Romão, prefeito municipal de Garuva;

Senhor José Schotten, prefeito municipal de São Martinho e presidente da Amurel;

Senhor Romário Zapelini, prefeito municipal de Pedras Grandes;

Senhor Lirio Dagort, prefeito municipal de Xaxim;

Senhor Leonir José Macetti, prefeito municipal de Ipuauçu;

Senhora Clarice Rodigheri Schneider, prefeita municipal de Bom Jesus;

Senhor Jandir Luiz Carmignan, vice-prefeito do município de Faxinal dos Guedes;

Senhor Sérgio Brunetto, vereador do município de Xanxerê;

Senhorita Karine de Bortoli, princesa da Expo-Femi 2008;

Senhorita Janaina Stein, princesa da Expo-Femi 2008;

Senhorita Bruna Mussio, rainha da Expo-Femi 2008;

Professor Amaro Lang, um dos professores mais antigos do Colégio La Salle, meu professor de matemática dos idos tempos;

Senhora professora e diretora Elídia Stivem Bastos, que representa todos os demais professores do Colégio La Salle, os quais saúdo com muita alegria.

Neste momento convido para fazer uso da palavra o sr. Avelino Menegolla, prefeito municipal de Xanxerê.

O SR. PREFEITO AVELINO MENEGOLLA - Boa-noite a todos!

Excelentíssimo sr. deputado Gelson Merísio, que conduz os trabalhos desta sessão solene;

Excelentíssimo sr. secretário de Desenvolvimento Regional, Júlio César Bodanese;

Excelentíssimo sr. Enori Barbieri, vice-prefeito do município de Xanxerê;

Ilustríssimo irmão Adão Urbano Bergmann, sempre Irmão Adão;

Excelentíssimo sr. presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Arnaldo Lovatel;

Ilustríssimo sr. presidente da Fecam, Dávio Leu;

Ilustríssimo sr. presidente da Expo-Femi 2008 Ademir Gasparini;

Excelentíssimo sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê.

Desejo cumprimentar as demais pessoas que fazem parte da mesa, assim como toda a equipe da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que está presente aqui e que trabalharam muito hoje para organizar este momento importante, no qual está sendo homenageado um dos colégios que mais contribuíram para o desenvolvimento do nosso município e da nossa região.

Participei também da sessão solene da Câmara Municipal de Vereadores, juntamente com o Colégio La Salle, e vi o carinho que as pessoas têm com o Colégio La Salle do nosso município. Podem ter certeza de que este colégio já tem dado muitos frutos ao nosso município, preparando as pessoas e com isso hoje nós temos o nosso município desenvolvido.

Estávamos comentando hoje que a beleza da nossa feira é devido à organização e também à limpeza do nosso parque, o que faz parte da cultura da nossa gente. Isso vem através da educação da qual o Colégio La Salle faz parte.

Então, estamos muito felizes neste momento, assim como toda a família lassalista, que dá essa alegria ao povo xanxerense de preparar as pessoas para que elas possam contribuir para o desenvolvimento do nosso município e da nossa região.

Parabéns a todos! Sucesso e gostaria de comemorar os 100 anos junto com o Colégio La Salle!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Neste momento, convido para fazer uso da palavra, para deixar sua mensagem, o secretário de Desenvolvimento Regional, sr. Júlio César Bodanese, em nome do governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. JÚLIO CÉSAR BODANESE - Excelentíssimo deputado estadual Gelson Merísio, que hoje conduz esta sessão solene da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina; distintas autoridades presentes que fazem parte da mesa, já nominadas pelo protocolo, a nossa saudação.

Senhoras, senhores, srs. prefeitos, srs. vereadores, srs. professores, srs. ex-professores, alunos, homenageados, colegas dos bancos de aula do Colégio La Salle, que hoje estão aqui conosco confraternizando, o nosso cumprimento e o nosso boa-noite.

Gostaria de cumprimentar, de uma forma especial, dois ex-professores meus que hoje estão aqui, a sra. Eloá, minha professora de biologia no 2º ano do ensino fundamental, e o professor Amaro, nosso professor de matemática.

Quero trazer a todos o abraço do nosso governador Luiz Henrique da Silveira e dizer-lhes do nosso sentimento de alegria de poder estar aqui comemorando e saudando os 50 anos do Colégio La Salle.

O Colégio La Salle, e mencionei antes para o irmão Adão, antes de ser um educador, um formador de ensinar a ler, escrever e fazer contas, muito mais me ensinou. Acho que muito do meu caráter, da minha personalidade devo ao Colégio La Salle, aos meus professores, aos meus mestres e aos meus colegas.

Então, para mim é muito significativo, neste momento, poder representar o governador do estado nesta solenidade de agradecimento a tudo que este colégio já prestou de serviços à comunidade, não só de Xanxerê, mas de muitos municípios da microrregião. Encontramos ex-alunos, pessoas que ajudam na formação de novos cidadãos e que fazem o desenvolvimento da nossa região.

Por isso, um abraço a todos vocês que, de uma forma ou de outra, ajudaram e ajudam a construir essa grande pedra na educação, na cultura do nosso povo, da nossa cidade, que é o Colégio La Salle e toda irmandade que hoje está aqui presente, os ex-alunos, os professores, enfim, todos aqueles que apostam no método lasalista de ensinar.

Um abraço a todos vocês e temos certeza de que é uma justa homenagem que a sociedade catarinense presta, hoje, ao Colégio La Salle, através do irmão Adão Urbano Bergmann, de Xanxerê, e do irmão Gilmar Staub, de São Miguel d'Oeste, que também está completando 50 anos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

Antes disso, quero dizer que todos que receberem o diploma da Assembléia Legislativa e também as placas comemorativas tiveram os seus nomes aprovados por unanimidade pelos membros do Poder Legislativo.

Esta é uma comenda oficial daquela Casa em reconhecimento à importância que cada um dos professores e dos diretores têm para a vida dos alunos, para a vida do nosso município e do nosso estado.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

O Poder Legislativo catarinense homenageia o Colégio La Salle pelos seus 50 anos investidos no compromisso com a educação e formação de crianças e adolescentes, disseminando conhecimento educacional no estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Gelson Merísio para fazer entrega, em nome do Poder Legislativo, de placa em homenagem ao Colégio La Salle, na pessoa do irmão Adão Urbano Bergmann, diretor do colégio.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo homenageia o irmão Adão Urbano Bergmann, que por décadas permaneceu à frente da direção, cargo que ocupa atualmente. Esta homenagem reflete o seu trabalho em prol da educação e formação de crianças e adolescentes de Xanxerê.

Fará a entrega da homenagem ao irmão Adão Urbano Bergmann o sr. deputado Gelson Merísio.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Gelson Merísio para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, à sra. Elídia Stieven Bastos, professora de língua portuguesa e literatura e única mulher diretora e leiga do colégio, pela sua dedicação à educação e formação de crianças e adolescentes de Xanxerê.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Há 40 anos o Colégio La Salle teve como professor Amaro Lang, que em todos os momentos invocava a pedagogia de La Salle para que os jovens buscassem um norte seguro e promissor. O professor convive há três gerações nos bancos do colégio: pai, filho e neto.

Citação do professor: "Nestas comemorações do cinquentenário, encerro orgulhosamente minhas atividades de professor e, por que não dizer, de educador deste sempre lembrado educandário."

Convido o sr. deputado Gelson Merísio para fazer a entrega da homenagem ao professor Amaro Lang, pelos seus 40 anos dedicados à educação e formação de crianças e adolescentes de Xanxerê.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

A seguir o Poder Legislativo presta homenagem, com certificado, àqueles que muito contribuíram para o engrandecimento do Colégio La Salle nesses 50 anos de história.

Convido para fazer a entrega de certificado o sr. Avelino Menegolla, prefeito municipal de Xanxerê, ao irmão Ivo Bertilo Ames, vice-diretor do colégio.

(Pausa)

Na ausência do irmão Ivo Bertilo Ames, convido outra pessoa do colégio para receber o certificado.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega de certificado o sr. Avelino Menegolla, prefeito municipal de Xanxerê, ao irmão Cristian Sala.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convido para fazer a entrega de certificado o sr. Avelino Menegolla, prefeito municipal de Xanxerê, ao sr. Idelar Centofante, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Neste momento faremos a entrega de certificado aos colaboradores e funcionários.

Convido o sr. Avelino Menegolla, prefeito municipal de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado ao sr. Adir Baggio.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Enori Barbieri, vice-prefeito do município de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Alda Pianta Friedrich.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Enori Barbieri, vice-prefeito do município de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Carla Amélia Strehl Marques Gasparetto.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos a sra. Carla Franco Faraco para receber das mãos do sr. Enori Barbieri, vice-prefeito do município de Xanxerê, o certificado.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o sr. Enori Barbieri, vice-prefeito do município de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Daiane Dal Bello.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o vereador Arnaldo Thomaz Lovatel, presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Danny Elson Kufner.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o vereador Arnaldo Thomaz Lovatel, presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado ao sr. Ebraim Mauro dos Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o vereador Arnaldo Thomaz Lovatel, presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Edina Cristina Rodrigues Ruaro.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o vereador Arnaldo Thomaz Lovatel, presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Edivandro Ceron.

(Procede-se à entrega do certificado.)

(Palmas)

Convidamos o vereador Arnaldo Thomaz Lovatel, presidente da Câmara Municipal de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Eliane Granovski.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Eliane Lucia Roman.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado ao sr. Emerson Paulo Zago.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Euline Leni de Camargo Campos.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Fernanda Laviniki Duarte.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê, para fazer a entrega de certificado à sra. Francielle Garghetti Battiston.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dionísio Kohl, secretário municipal da Educação de Xanxerê para fazer a entrega de certificado ao sr. Gerson Batistella.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Júlio César Bodanese, secretário de Desenvolvimento Regional, neste ato representando o sr. governador do estado de Santa Catarina, para fazer a entrega de certificado à sra. Ivete Testa Friedrich.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Júlio César Bodanese, secretário do Desenvolvimento Regional, para fazer a entrega de certificado à sra. Ivone Dalla Gasperina Pretto.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Júlio César Bodanese, secretário do Desenvolvimento Regional, para fazer a entrega de certificado à sra. Janete Bonatto Gonçalves.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Júlio César Bodanese, secretário do Desenvolvimento Regional, para fazer a entrega de certificado à sra. Jovildes Gabrielli Toniasso.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Júlio César Bodanese, secretário do Desenvolvimento Regional, para fazer a entrega de certificado à sra. Ledy Ribeiro da Silva.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o irmão Gilmar Staub, diretor do Colégio La Salle Peperi, de São Miguel d'Oeste, para fazer a entrega de certificado ao sr. Gerson Luiz Tonial.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o irmão Gilmar Staub, diretor do Colégio La Salle Peperi, de São Miguel d'Oeste, para fazer a entrega de certificado ao sr. Leonardo Seraglio.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o irmão Gilmar Staub, diretor do Colégio La Salle Peperi, de São Miguel d'Oeste, para fazer a entrega da homenagem à sra. Maria Helena Pegoraro Arcari.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o irmão Gilmar Staub, diretor do Colégio La Salle Peperi, de São Miguel d'Oeste, para fazer a entrega de certificado à sra. Maria Lourdes Lupatini.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado à sra. Marli Fátima Scaratti Fantinelli.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado ao sr. Marli Salete Goedel.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado ao sr. Matias Waldow.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado ao sr. Mauro Luiz Bonan.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado à sra. Neide Bressan dos Santos.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado à sra. Nelvaci Sebenello.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Dávio Leu, prefeito municipal de Massaranduba e presidente da Fecam, para fazer a entrega de certificado à sra. Neusa de Oliveira.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Ademir Gasparini, presidente da Expo-Femi 2008, para fazer a entrega de certificado à sra. Oldina Conte Giroletti.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Ademir Gasparini, presidente da Expo-Femi 2008, para fazer a entrega de certificado ao sr. Rafael Cristiano Chiossi.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Ademir Gasparini, presidente da Expo-Femi 2008, para fazer a entrega de certificado ao sr. Rafael Dias.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Ademir Gasparini, presidente da Expo-Femi 2008, para fazer a entrega de certificado à sra. Rafaela Canal.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Ademir Gasparini, presidente da Expo-Femi 2008, para fazer a entrega de certificado à sra. Rosi Maria Merisio Alixandre.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Idelar Centofante, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle, para fazer a entrega de certificado à sra. Sirlei Maria Radin Boff.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Idelar Centofante, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle, para fazer a entrega de certificado à sra. Sirley Trevisan.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Idelar Centofante, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle, para fazer a entrega de certificado à sra. Tereza Aparecida Dalla Libera.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Idelar Centofante, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle, para fazer a entrega de certificado ao sr. Valdecir Brunetto.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Idelar Centofante, presidente da Associação de Pais e Professores do Colégio La Salle, para fazer a entrega de certificado à sra. Vilma Marmontini.

(Procede-se à entrega do certificado.)
(Palmas)

Neste momento, teremos a execução do Hino do Colégio La Salle, *Sou Lassalista*.

Eu gostaria que todos, com muito carinho, com muita atenção, acompanhassem esta exibição.

(Pausa)

Nós tivemos um pequeno problema técnico, mas quero convidar todos para, daqui a 50 anos, voltarmos aqui e comemorarmos os 100 anos do Colégio La Salle.

Um grande abraço e um boa-noite.

(Procede-se à interpretação do hino.)

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Parabéns a todos, e quero dizer que falha técnica faz parte do protocolo também.

Convido, agora, para fazer uso da palavra o irmão Adão Urbano Bergmann, diretor do Colégio La Salle.

O SR. IRMÃO ADÃO URBANO BERGMANN - Excelentíssimo sr. deputado estadual Gelson Merísio, como é bom tê-lo aqui;

Excelentíssimo sr. Júlio César Bodanese, secretário de Desenvolvimento Regional, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. Avelino Menegolla, prefeito municipal de Xanxerê; Excelentíssimo sr. Enori Barbieri, vice-prefeito de Xanxerê;

Excelentíssimo sr. Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel;

Irmão Gilmar Staub, diretor do Colégio La Salle de São Miguel d'Oeste, que neste ano completa também os seus 50 anos;

Excelentíssimo sr. Dávio Leu, prefeito de Massaranduba e presidente da Fecam;

Senhor Ademir Gasparini;

Senhor Dionísio Kohl;

Senhor Idelar Centofante.

Senhoras e senhores, La Salle foi, sem dúvida, aquele que iniciou a pedagogia moderna. São muitas as teses de doutorado defendidas que comprovam as inovações de La Salle: sistema simultâneo - antes vinha aluno por aluno; substituição do latim pela língua vernácula; divisão dos alunos em classes; participação dos alunos.

Quando notou que precisava haver uma formação para professor, fundou o seminário para mestres. Havia um seminário para padres e ele, então, fundou o seminário para mestres, que atualmente é o magistério.

Irmãos, senhores do Brasil, 50 anos em Xanxerê, 50 anos em São Miguel d'Oeste, sem dúvida alguma, esta homenagem, forjada por todos aqueles que estudaram no Colégio La Salle e tiveram nele sua formação, trouxe um resultado pelo qual nós estamos aqui.

O Colégio La Salle, fundado quatro anos após a emancipação do município de Xanxerê, cresceu e fundou a Escola de Contabilidade, dando o diploma aos contadores de toda a região. Ginásio, Científico, Contabilidade e depois, vendo que esta região é agrícola, fundou o Técnico Agrícola, que no ano passado completou 30 anos e está abrindo agora 262 alunos.

Outro fato para o qual quero chamar a atenção é que os pais, os mestres e o grêmio estudantil sempre viveram em harmonia neste colégio. E dessa harmonia surgiram grandes líderes, os quais gostaria de citar: prefeito Hélio Winckler, deputado federal Valdir Colatto, deputados estaduais Gelson Merísio e Wilson Santin e secretário de estado Antônio Gavazzoni.

O deputado Gelson Merísio lutou no grêmio estudantil, mas sempre querendo o engrandecimento do colégio. A mesma coisa ocorreu com o secretário o Antônio Gavazzoni; hoje, ambos estão prestando um serviço importante para Santa Catarina.

Parabéns pelo tempo que você passou no Colégio La Salle, deputado, e por tanta coisa útil que trouxe para o nosso educandário e para a nossa cidade; foram tempos bonitos que agora são lembrados em fotografias. Muito obrigado por tudo!

Aos poucos o Colégio La Salle resolveu pedir o apoio de professores leigos. E lá se iniciou a participação dos professores leigos no trabalho do Colégio La Salle. E aqui nós queremos prestar uma homenagem, em nome dos colegas, em nome dos alunos, ao professor Amaro Lang, uma homenagem realmente merecida, que já recebeu também da Assembléia Legislativa.

Peço ao professor Amaro que venha aqui na frente para receber, em nome dos professores, esta homenagem que lhe presta a direção do colégio e todos os diretores que por ele passaram.

(Palmas)

E aí é que se diz: uma vez lassalista, sempre lassalista.

Quero colocar um agradecimento todo especial, nesta noite, a todos os prefeitos que mandaram congratulações pelos 50 anos do Colégio La Salle, e à Câmara de Vereadores, pela bonita homenagem. Muito obrigado porque realmente foi sensacional a homenagem que comoveu todos.

Quero agradecer sensibilizado à significativa homenagem da Assembléia Legislativa, homenagem esta que estendo a todos aqueles que viveram nesses 50 anos no Colégio La Salle.

Um agradecimento também a todos os prefeitos que estão presentes e que estão na direção dos municípios, pelo auxílio que têm prestado sempre, em forma de bolsa de estudo, para os alunos que estudam no Colégio Agrícola. Este é o investimento que os municípios precisam fazer, porque, realmente, muitos profissionais se formaram no Colégio Agrícola. Não só o deputado Wilson Santin, mas muitos médicos e dirigentes rurais, que estão atuando em todo o Brasil. Continuem a apoiar porque é um grande serviço que podem prestar a Santa Catarina.

Eu quero agradecer a todos aqueles que já foram professores do Colégio La Salle e prestar a minha homenagem ao irmão Inocêncio Athanásio, primeiro diretor; ao irmão Miguel Ody, agora padre; ao irmão João Munaro; ao irmão Albano Thiele; ao irmão Jerônimo Rogério Brandelero; ao irmão Reinaldo Gossler; ao irmão Antônio Kummer; ao irmão Henrique José Longo, ao irmão Olir Fachinello; ao irmão Jacir Chini e à professora Elídia Stieven Bastos, que estiveram na direção.

A todos que estiveram aqui para essa homenagem tão bonita, o nosso muito obrigado, mas um abraço especial aqueles que estão levando com valor e muita valentia a obra do Colégio La Salle, muitas vezes com sacrifício, mas firmes no sentido de que a obra educativa e não somente matemática, física, português etc., a obra humana precisa continuar.

Esse apoio que temos recebido, o apoio de todos os professores e de todos os antigos alunos fez e faz a grandeza do Colégio La Salle.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Prezado amigo, secretário Júlio César Bodanese; Prezado amigo, prefeito Avelino Menegolla;

Nosso amigo, vice-prefeito Enori Barbieri;

Prezado amigo Arnaldo Lovatel, presidente da Câmara de Vereadores;

Irmão Adão Urbano Bergmann, diretor do Colégio La Salle;

Irmão Gilmar Staub, diretor do Colégio La Salle Peperi, de São Miguel d'Oeste;

Prezado amigo e visitante ilustre, prefeito Dávio Leu;

Prezado amigo Ademir Gasparini, presidente da comissão central organizadora da Expo-Femi 2008;

Prezado Dionísio Kohl, secretário da Educação do município de Xanxerê;

Prezado presidente da nossa APP;

Senhores professores, alunos e ex-alunos, que nesta noite aqui se encontram.

Talvez a emoção que foi manifestada aqui pelo professor Amaro e prontamente compartilhada com seu ex-aluno Júlio Bodanese e com a maioria das pessoas que estão aqui, represente, com a sua singeleza, com a sua sinceridade, o que passa no coração e na mente de cada um daqueles que passou, que estudou e que conheceu o Colégio La Salle.

Não posso também deixar de lembrar o irmão Daniel, que é um espírito sempre vivo entre nós, que juntamente com o professor Amaro dividia as nossas aulas de matemática. Quando temos boas lembranças, essas perduram pela vida, e cada um daqueles que passou pelo Colégio La Salle leva para suas carreiras, para suas vidas não apenas o ensinamento didático, não apenas o ensinamento que os livros e os currículos incluíram, mas, fundamentalmente, o sentido amplo da palavra dignidade, o respeito ao ser humano, a consciência do que é servir à comunidade.

Quando a Assembléia Legislativa aprovou essas homenagens, procuramos fazê-las extensivas a todos os servidores, professores e irmãos, porque o colégio é constituído não apenas pela instituição, não apenas pelos dirigentes, mas por todos aqueles que fazem parte dele, os alunos, os servidores, os professores.

Essa homenagem é também um estímulo, um incentivo para os novos professores, para aqueles que virão no futuro e que têm a imensa obrigação de fazer com que essa história maravilhosa continue por muitas outras décadas e várias outras gerações, com o acompanhamento dos irmãos lassalistas, que, a par da questão pedagógica, trazem na questão religiosa o marco, o centro de tudo aquilo que é importante para o aluno, para as famílias, para os seres humanos.

Não tenho nenhuma dúvida de que a história do Colégio La Salle, que hoje tem, nos seus 50 anos, apenas uma etapa cumprida, estender-se-á por muitos e muitos anos.

Parabéns, irmão Urbano! Parabéns a todos os irmãos lasalistas! Parabéns a todos os professores, professoras, alunos, dentre os quais ainda me considero, porque o aprendizado La Salle não se aplica apenas nas salas de aulas, mas se aplica pelo exemplo, no que representa no dia-dia. Tenho muito orgulho de, na Assembléia Legislativa ou em qualquer lugar que vou, dizer que estudei no Colégio La Salle. Tenho certeza de que o Júlio, como secretário Regional; o Antônio, como secretário da Administração; qualquer servidor

público municipal; qualquer operário de uma empresa, de uma indústria, todos têm muito orgulho de dizer que estudaram no Colégio La Salle.

A minha única angústia, prezado irmão, do tempo em que estive no La Salle, como o senhor disse, eu, que fui presidente do grêmio estudantil, é não ter sido presidente do Internacional do Colégio La Salle. Apesar de não ter sido possível, é com muita alegria e muito carinho que eu fiz parte daquela grande família, na qual permaneço até hoje.

Um grande abraço, parabéns a todos vocês e que Deus continue abençoando-os.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pela aluna Camila Feltrin.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão, nos termos do Regimento Interno, convocamos outra, solene, para as 19h30min, para a concessão do título de Cidadão Catarinense ao ex-deputado Paulo Konder Bornhausen.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 010ª SESSÃO SOLENE DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE A PAULO KONDER BORNHAUSEN

SUMÁRIO

DARCI DE MATOS - Saúda o homenageado e discorre sobre as razões que o levaram a propor a concessão do título de Cidadão Catarinense a Paulo Konder Bornhausen.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Em nome das bancadas com assento na Alesc, homenageia Paulo Konder Bornhausen e ressalta seus feitos e virtudes.

PAULO KONDER BORNHAUSEN - Deixa clara a satisfação da sua trajetória política, do seu amor pelo estado de Santa Catarina e a gratidão pela homenagem recebida; traça um paralelo entre a política do passado e a do presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Renato Hinnig e Cesar Souza Júnior para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo sr. desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. conselheiro Wilson Wan-Dall, presidente em exercício do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo sr. Jorge Konder Bornhausen, ex-governador e ex-senador da República;

Convido para completar a mesa dos trabalhos desta sessão solene o homenageado, ex-deputado, ex-presidente da Assembléia Legislativa, dr. Paulo Konder Bornhausen, acompanhado do autor do requerimento que ensejou a presente sessão, deputado Darci de Matos.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores deputados, a presente sessão foi convocada a requerimento do deputado Darci de Matos, subscrito pela Mesa Diretora, mereceu a aprovação unânime dos parlamentares que compõem esta Casa e tem o objetivo de outorgar o título de cidadão catarinense ao ex-deputado Paulo Konder Bornhausen.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar de Santa Catarina, sob a regência do maestro subtenente Almir José.

(Procede-se à execução do hino nacional.)

(Palmas)

A Presidência registra com satisfação a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo ex-governador dr. Antônio Carlos Konder Reis;

Excelentíssimo ex-vice-governador Victor Fontana;

Senhor secretário municipal de Urbanismo José Carlos Rauen Ferreira, neste ato representando o prefeito municipal;

Excelentíssimo sr. desembargador César Abreu;

Excelentíssima sra. desembargadora Maria do Rocio;

Excelentíssimo sr. desembargador João José Ramos Schaefer;

Excelentíssimo sr. desembargador Ivo Sell;

Excelentíssimo sr. desembargador Amaral e Silva;

Excelentíssimo sr. desembargador Newton Trisotto;

Excelentíssimo sr. desembargador Fernando Carioni;

Excelentíssimo sr. desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz;

Excelentíssimo sr. desembargador João Henrique Blasi;

Senhor Georgino Mello e Silva, neste ato representando a Procuradoria-Geral Federal;

Senhor procurador-geral junto ao Tribunal de Contas do Estado, Márcio de Souza Rosa;

Senhor Juarez de Magalhães Rigon, cônsul honorário do Chile;

Senhor Ruy Hülse, ex-deputado estadual;

Senhor Sebastião Netto Campos, ex-deputado estadual;

Senhor Paulo Melro, ex-deputado federal;

Senhor Mário Cilião de Araújo, ex-deputado estadual;

Doutor Murilo Capella, diretor de Relações Internacionais, representando a Associação Médica Brasileira;

Senhor Saulo Vieira, diretor presidente do Sapiens Parque;

Senhor Carlos José Portella Nunes, presidente do conselho deliberativo da ADVB;

Senhor José Moacir Schmidt, gerente jurídico, neste ato representando a Tractebel Energia;

Senhor Zilto Espírito Santo, neste ato representando o CDL;

Senhor Vinícius Lummertz, secretário de estado da Articulação Internacional.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, autoridades presentes e imprensa, primeiramente quero saudar efusivamente o presidente desta Casa, deputado Julio Garcia; o representante do governador de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira; o secretário Especial de Articulação Internacional, dr. Vinícius Lummertz. Quero também fazer uma saudação especial ao excelentíssimo sr. desembargador Francisco Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ao excelentíssimo sr. conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall, presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado, ao excelentíssimo sr. dr. Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça, ao excelentíssimo sr. Jorge Konder Bornhausen, ex-governador do estado de Santa Catarina. Quero, finalmente, fazer uma saudação especial e efusiva ao nosso homenageado desta noite, dr. Paulo Konder Bornhausen, bem como à sua esposa, dona Ivete Bornhausen, aos seus filhos, Ricardo e Patrícia, e aos demais familiares que se fazem presentes nesta sessão.

Sr. presidente, o título de Cidadão Catarinense podemos afirmar que é concedido a pessoas que não tiveram o privilégio de nascer aqui, mas que por opção inteligente adotaram Santa Catarina como o seu estado. O dr. Paulo Konder Bornhausen,

filho do saudoso governador Irineu Bornhausen, tinha um vínculo profundo consolidado com o nosso estado. Nasceu, por contingência, no estado do Rio de Janeiro e logo voltou para Santa Catarina.

Eu apresentei, sr. presidente, esta proposição por entender que já era hora, já era momento de esta Casa prestar essa justa homenagem ao dr. Paulo Konder Bornhausen, que foi deputado estadual e que teve o privilégio de presidir esta Casa. E se tomarmos conhecimento do currículo do dr. Paulo Konder Bornhausen, vamos constatar que se trata de um cidadão que tem uma extensa folha de serviços prestados a Santa Catarina e ao Brasil.

Vou enumerar rapidamente alguns cargos relevantes que foram ocupados pelo homenageado em nosso estado: deputado estadual; presidente da Assembléia Legislativa; presidente do Instituto Nacional do Pinho, hoje Ibama; diretor do Banco do Brasil; secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina. Mas, mais do que isso, o dr. Paulo Konder Bornhausen recebeu, em Santa Catarina, no Paraná e no Rio Grande do Sul, 33 títulos de cidadão honorário.

Esse dado nos dá a certeza e a convicção de que o senhor, dr. Paulo, realmente teve e tem uma vida voltada aos anseios da comunidade catarinense e de todo o nosso Brasil. O senhor interagiu com a nossa comunidade, cumpriu e cumpre ainda hoje, como analista político, como grande *gourmet*, como empresário, como político, como pai exemplar, como cidadão catarinense, um papel de destaque em nossa comunidade. O senhor tem uma vida voltada para os pleitos, para o dia-a-dia de Santa Catarina e ao longo dos anos conseguiu deixar seu nome gravado na história deste estado.

Também, como representante do município de Joinville, não poderia deixar de fazer uma observação: o senhor tem uma ligação especial e única com o município, com a maior cidade de Santa Catarina. O senhor morou alguns anos em Joinville, disputou a prefeitura em 1960 e fez 48,2% dos votos naquela cidade. E se eu for candidato, espero que eu tenha um pouquinho mais de sorte do que o senhor, dr. Paulo.

Portanto, o senhor deu uma larga contribuição para o desenvolvimento político, social e econômico da cidade de Joinville.

Justifico, sr. presidente, a iniciativa deste requerimento pertinente, importante, porque estamos homenageando uma figura emblemática, significativa, que tem uma história de sucesso no estado e no Brasil.

Encerro as minhas palavras lançando mão de um pensamento do ex-chanceler alemão, Bismarck, que a meu ver caracteriza bem este momento solene, histórico e relevante para esta Casa e para o nosso estado: "O principal é fazer história, não escrevê-la".

Muito obrigado e parabéns.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra também com satisfação a presença do ex-deputado Volney Collaço de Oliveira e do desembargador Napoleão Xavier do Amarante.

Convido para fazer uso da palavra, em nome de todas as bancadas com assento nesta Casa, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Excelentíssimo sr. presidente deste Poder, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo homenageado desta noite, sr. Paulo Konder Bornhausen;

Excelentíssimo ex-governador do estado, ex-senador e sempre líder do nosso partido Democratas, sr. Jorge Bornhausen;

Excelentíssimo sr. Jorge Mussi, ministro do Superior Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo sr. conselheiro Wilson Wan-Dall, presidente em exercício do Tribunal de Contas deste estado;

Excelentíssimo sr. desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Vinícius Lumertz, secretário especial de Articulação Internacional, neste ato representando o sr. governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. deputado Darci de Matos, meu colega e autor da proposição.

Cumprimentando as autoridades com assento à mesa, cumprimento todas as autoridades aqui presentes, todos os deputados, desembargadores e líderes que prestigiam esta reunião realmente muito qualificada, que hoje enche de orgulho a Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Dr. Paulo Konder Bornhausen, tive a felicidade, antes de me decidir a ser candidato a deputado estadual, de ler os *Retratos Políticos de Uma Época I e II* e também as *Pesquisas e Arquivos Políticos do PKB*, e foi um mergulho na história recente da política catarinense. As campanhas municipais em estradas precárias, num tempo em que as distâncias eram maiores e o mundo, longe de ser plano, como hoje se apregoa, era acidentado como as estradas do interior de Guarani. Um tempo de partidos bem definidos e de partidário militante, de política debatida nos cafés, de debate acirrado através da imprensa. Em que pesem os jornais e jornalistas claramente vinculados a correntes políticas, era um tempo, ousado afirmar, de política letrada.

Os textos, os debates que emergem das páginas dessas obras que Paulo Konder Bornhausen deixa para a memória catarinense contêm espírito e mesmo uma erudição já não vista nos debates de hoje. É fato que a virulência dos ataques não era das mais brandas. Paulo Konder Bornhausen é um raro caso de político que dedica numerosas páginas de seus livros de memórias autobiográficas para reproduzir as críticas dos adversários. Isso demonstra a preocupação com a recriação do ambiente histórico acima das vaidades pessoais. Creio que essas obras são fundamentais para o senso histórico e para a formação dos atuais homens públicos em Santa Catarina. Todos deveriam dedicar-se um pouquinho a lê-las.

Paulo Konder Bornhausen presidiu o Poder Legislativo catarinense que hoje o homenageia, sendo um dos presidentes mais jovens de sua história. Viu o sonho de governar o seu estado desfeito em função de mudanças eleitorais introduzidas com o governo militar, mas se dedicou com brilho a destacadas funções públicas, sempre com sucesso, inclusive sucessos internacionais. Soube com sabedoria ser o homem das próprias circunstâncias, como dizia Ortega y Gasset.

Paulo Konder Bornhausen nunca deixou de reafirmar o seu amor por Santa Catarina nas funções públicas e privadas que desenvolveu durante sua carreira, sempre reafirmou esse amor de ser catarinense, mesmo que por acidente geográfico não tivesse nascido neste estado. Embora a sua base eleitoral na época fosse o norte do estado, tendo disputado a prefeitura de Joinville, tendo feito o que certamente caberá ao nosso deputado Darci de Matos nesta oportunidade, mesmo tendo essa vinculação forte com o norte do estado, é um florianopolitano por excelência.

Amante das coisas desta ilha, da boa conversa e com destaque da boa mesa, sendo a gastronomia uma das suas atividades reconhecidamente preferidas, são laços de amizades, laços fraternais, particularmente a esta cidade que Paulo Konder Bornhausen representa exemplarmente.

Por fim, gostaria de dizer, nesta noite, que os representantes do povo de Santa Catarina homenageiam e reconhecem esse cidadão decididamente e hoje legalmente catarinense, um homem público de honra, de caráter, que dedicou anos de vida a este estado e ao seu povo. E hoje escrevemos com certeza mais uma página de sucesso do retrato político da nossa época.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra a presença do ministro Hélio Mosimann, do empresário Mário Petrelli e do dr. Roberto Bornhausen, irmão do homenageado.

Convido neste momento o autor da proposição que ensejou esta sessão solene, deputado Darci de Matos, para fazer a entrega do título de Cidadão Catarinense ao ex-deputado e ao ex-presidente desta Assembléia, Paulo Konder Bornhausen.

Solicito que o cerimonial faça a entrega de flores à sra. Ivete Dalcanale Bornhausen, esposa do homenageado.

(Procede-se à entrega do título e das flores.)

(Palmas)

Peço ao homenageado que permaneça neste local porque o Poder Legislativo presta-lhe mais uma homenagem por sua meritória carreira como homem público, pelo exemplo de coerência e dignidade com que atuou e presidiu o Parlamento catarinense.

Convido para fazer a entrega da homenagem o deputado Cesar Souza Júnior. (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Para matar a saudade da tribuna, convido para fazer uso da palavra o homenageado da noite, Paulo Konder Bornhausen.

O SR. PAULO KONDER BORNHAUSEN - (Passa a ler)

"Senhor presidente, deputado Julio Garcia;

Senhor deputado Darci de Matos, autor do projeto que me confere o título de Cidadão Catarinense;

Senhor presidente do Tribunal de Justiça;

Senhor ministro Jorge Mussi;
Senhor conselheiro Wilson Wan-Dall;
Senhores ex-governadores Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Bornhausen;
Senhor ex-vice-governador Vitor Fontana;

Senhor deputado Cesar Souza Júnior, que me honrou com a sua saudação;
Senhor representante de sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, secretário Vinicius Lummertz;

Senhores deputados federais;
Senhores prefeitos e representantes de prefeitos;

Senhores vice-prefeitos;
Senhores vereadores;
Senhores desembargadores;

Meus caros colegas da Legislatura de 1954 a 1958, ex-deputados Volney Collaço de Oliveira, Laerte Ramos Vieira, Ruy Hülse e Lecian Slovinski, os sobreviventes;

Senhores deputados;
Meus familiares, minhas amigas e meus amigos que me dão a honra de suas presenças.

Cedo aprendi duas máximas e não mais as esqueci. Uma na minha meninice, com a leitura de Monteiro Lobato. 'Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada que o homem fez no mundo teve início de outra maneira, mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum'. A outra, mais tarde, na minha juventude, lendo Hipócrates, o pai da Medicina, como foi conhecido, que afirmava: 'A vida é breve, a arte é vasta, a ocasião, instantânea, a experiência, incerta e o juízo, difícil'.

Este é o sonho que vivo nesta noite, difícil é o juízo em defini-lo.

Receber o título de Cidadão Catarinense, condição que por adoção sempre possuí, é uma missão tão honrosa, tão desvanecedora, como complexa, para quem se aproxima dos seus 79 anos de vida e que, em primeiro lugar, humildemente a Deus agradece por essa benesse rara, neste momento de extrema felicidade pessoal e da qual, estou certo, compartilham todos que me querem bem.

Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, cumpre-me, antes de quaisquer outras considerações que ousarei fazer, agradecer a honraria que me é concedida pela benevolência dos atuais membros do Poder Legislativo catarinense, acolhendo o projeto de autoria do meu querido amigo, deputado Darci de Matos, do qual me orgulho ter sido seu modesto eleitor, admirador que sou de s.exa., cujo conhecimento e amizade tiveram início em 1994, quando fui escolhido coordenador da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em Santa Catarina, e fi-lo meu representante para a região de Joinville. Ali previ sua radiosa trajetória política, pelo reconhecimento do seu talento, humildade, perseverança, honestidade e raro senso de organização, o que a história não me desmentiu, eleito que foi vereador, presidente da Câmara Municipal, prefeito de Joinville interinamente e, no último pleito, guindado a um assento nesta Casa do Povo por expressiva e consagrada votação. E, se Deus ouvir as minhas preces, Darci, é o futuro prefeito de Joinville.

Fico-lhe muito grato, meu caro amigo, deputado Darci de Matos, por lembrar-se de prestar esta homenagem ao velho companheiro de batalhas cívicas, e estendo os meus agradecimentos, em primeiro lugar, ao jovem deputado Cesar Souza Júnior, cujas palavras muito me tocaram e cujo futuro antevejo brilhante. Estendo também os meus agradecimentos aos srs. deputados, sem distinção partidária, que compõem este egrégio Poder, que tem a presidi-lo, reeleito por unanimidade, a figura ímpar de presidente Julio Garcia, que soube seguir os ensinamentos de que 'liderança é baseada em imaginação, não em dominação, em compreensão, não em intimidação'.

Não podem as senhoras e os senhores imaginar a emoção de que estou tomado, o quanto ansioso sempre estive, na esperança de que um dia tal honraria viesse a me ser concedida e desse-me a oportunidade, ainda que no ocaso da vida, de subir novamente a esta tribuna, como fizera pela vez primeira aos 25 anos de idade, em 1954, eleito que fui o segundo mais votado deputado do estado.

Já em 1956, por decisão da maioria dos srs. membros daquela legislatura, iria ocupar a Presidência deste Poder. Ainda como deputado, com o trágico desaparecimento do querido governador Jorge Lacerda, aceitei o convite de seu substituto legal, governador Heriberto Hülse, e exerci as funções de secretário do Interior e Justiça. Daí para frente, alternando-se os anos, dediquei 17 deles à vida pública e fi-lo, posso afirmar, sem falsa modéstia, com esforço, zelo, honestidade, brindado quase sempre pelo sucesso, malgrado os tropeços que a vida, a todos sem exceção, ainda mais quando se tem a felicidade de tê-la longa, a ninguém poupa, pois, a não ser Deus, que pode fazer as coisas só, nós dependemos de muitos.

Por isso, a minha primeira e saudosa lembrança é dirigida aos meus pais, Marieta Konder Bornhausen e Irineu Bornhausen, que me deram a vida e ensinaram-me a vivê-la. Estão gravados no meu coração, como o estão na história para os que não tiveram a aventura de conhecê-los.

Meus irmãos, aqui presentes, Roberto e Jorge, expoentes que alcançaram o ápice das carreiras que seguiram, Roberto como magistral banqueiro, nacional e internacionalmente reconhecido, e Jorge como um dos mais brilhantes e exemplares políticos da nossa história republicana.

Minha mulher Ivete, amante, amiga, companheira de todas as horas, nos momentos de tristezas e alegrias que o destino nos reservou e, por que não dizer, com efetivo orgulho, nesta raríssima união de 54 anos de vida em comum. Para ela cabem bem os versos de Alexandre Puskin, poeta, novelista e dramaturgo russo do século XVII: 'Eu vos amei, às vezes mudo, sem cor de espera. Ora acanhado, ora de ciúme de arder! Eu vos amei com ternura sincera. Deus queira, amada, assim o seja até o fim'.

Meus adorados filhos, Ricardo e Patrícia, o genro José Antonio e a nora Lili, que só nos deram alegrias e presentearmos com um tesouro representado pelos queridos netos, Eduardo, Daniel, Fernando, Olivia e André, sem me esquecer de meus saudosos sogros, Gianne e Alberto Dalcanale, com os quais muito aprendi.

Finalmente, os amigos, que de tantos me maltrataram e seria injusto citar sequer um deles.

A todos, no entanto, recorde o conceito do escritor inglês, Gilbert Christerson: 'Há grandes homens que fazem com que todos se sintam pequenos. Mas o verdadeiro grande homem é aquele que faz com que todos se sintam grandes'. E para mim todos eles o são.

Antes de abordar temas de real importância, principalmente para aqueles que por decisão popular são responsáveis pelo presente e pelo futuro do nosso estado e do nosso país, mister que eu inicialmente faça, por dever de justiça, sr. presidente, referência toda especial a dois municípios catarinenses: Joinville, que me acolheu em 1953, precisamente em 13 de abril daquele ano, iniciando-me ali na nobre profissão de advogado, inscrito pelo n. 173 da OAB catarinense, abrindo na rua do Príncipe, no andar térreo da casa que foi a minha primeira residência, meu escritório de trabalho, com o colega de turma da PUC, o gaúcho Plínio Joselino Azambuja Bueno, que, graças ao bom Deus, continua sendo meu íntimo e grande amigo. Joinville, que apesar das lutas internas locais do para mim e imortal partido UDN, União Democrática Nacional, fez-me seu candidato à prefeitura municipal já em 1960, quando fui agraciado por 48,2% dos votos válidos dos eleitores joinvilenses, derrota configurada na abertura das últimas urnas, eleição ganha pelo sr. Helmuth Falgatter, joinvilense, diretor da Drogaria e Laboratório Catarinense, apoiado por todos os outros partidos existentes à época, o PSD, PRP, PSP, PR, PTN, PSB e PL, além de contar com o decisivo e ostensivo apoio do excelente prefeito em exercício, o sr. Baltazar Bucheler. Sinceramente, tenho as minhas dúvidas até hoje de quem ganhou com o resultado, se fui eu ou se foi Joinville. Porém, de uma coisa estou convicto, se eleito tivesse sido, sem falsa modéstia, a história política de Santa Catarina teria sido outra.

Continuei advogando naquela cidade, prestigiado por sua sociedade, até os idos de 1964 e residindo na bela residência que construímos no alto de um morro, no bairro Floresta. No exercício da profissão de advogado tive a felicidade, sr. presidente do Tribunal de Justiça, de ter como juizes o dr. Francisco Oliveira, seu ilustre pai, dos saudosos desembargadores Eugênio Taulois Trompowski, Norberto Miranda Ramos, Euclides de Cerqueira Cintra e Eduardo Carneiro da Luz.

O outro município que faço questão de realçar e mesmo reverenciar é Guaramirim. Emancipado em 1953, e como distrito de Joinville, anteriormente, chamava-se Bananal. Foi nele que me iniciei na política, participando com muito empenho, no mesmo ano, da eleição do seu primeiro prefeito, quando nos saímos vitoriosos, elegendo o udenista Rudolfo Jahn. Em 1954, os eleitores de Guaramirim não me esqueceram, pelo contrário, foram os principais responsáveis pela minha eleição para ocupar um lugar nesta Casa, recebendo 2.212 votos, dos seus 2.840 eleitores, conferindo-me uma inédita, inesquecível e histórica votação.

Meus amigos, se me fosse possível, diria, como João Cabral de Melo, que tenho quatro 'aldeias' na minha vida. Essas, por certo, seriam o Rio de Janeiro, Joinville, Guarimir e Florianópolis, a nossa amada, bela e mágica ilha.

Senhoras e senhores, srs. deputados, nada mais importante ao dirigir a palavra aos srs. legisladores que constituem o Poder básico do regime democrático, porque deles emanam nossas leis, função essas ultimamente muitas vezes usurpada pelos Poderes Executivos, com as nefastas medidas provisórias, quase sempre sem as condições essenciais de urgência e constitucionalidade.

Sou democrata, parlamentarista por convicção, embora acredite que, no atual estágio de instrução precária da nossa população, não seja possível implantá-lo com a brevidade que gostaria. Mas há muita coisa a fazer. Não há tempo a perder, pois já o perdemos demais.

Houve época, muito recente, em que os gritos de guerra emanados do povo eram 'diretas já'. Hoje esse grito latente, embora haja um silêncio injustificável de um modo geral, é 'reforma já'. A Constituição, nossa Carta Magna, na qual se alicerça o regime democrata, ou foi algumas vezes rasgada ao longo da recente história de nossa República, quando da implantação da ditadura de Getúlio Vargas e do regime militar de 1964, ou foi, e é, múltiplas vezes descumprida, desrespeitada, vilipendiada indistintamente pelos poderes constituídos.

Só para nos atermos, a Constituição vigente de 1988, elaborada no calor das chamadas da redemocratização, oxigenada e inflamada pelas paixões suscitadas à época, além de ser desnecessariamente extensa e detalhista, contrariando o que deveria ser, precisa e sintética, está ultrapassada e contém absurdos que tornam passíveis de abusos e, como dito foi, com a sua grave constante inobservância, implantando a insegurança jurídica à cidadania. Daí porque embora de competência do Congresso Nacional, os legisladores catarinenses devem ter um grande empenho no sentido de que haja uma nova Constituição concisa e objetiva que, sem ferir direitos adquiridos, reflita a situação presente e possa ser cumprida sem riscos aos cidadãos brasileiros, estabelecendo com clareza seus direitos e seus deveres, de forma correta e sucinta.

Não param aí as necessidades reformistas. A repectuação tributária é inadiável para os estados e municípios, possibilitando-se, através de uma reforma tributária ampla - e não uma reforma tipo 'operação tapa buracos', como a que foi agora encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional -, na qual haja a desconcentração dos recursos, hoje confinados nos Cofres da União não só através dos percentuais desproporcionais na partilha dos impostos, como pela adoção abundante das chamadas contribuições que, inicialmente, provisórias, tornam-se permanentes, como há pouco, a título de exemplo, tentou-se novamente fazer com a CPMF, felizmente derrubada pelo Senado, atendendo aos clamores populares.

A redução dos tributos exorbitantes pagos pelos contribuintes, um dos maiores do mundo, é urgente e imprescindível. Esses tributos terão que ser revisados e reduzidos. Os juros, os mais elevados do planeta, completam a força que degola o desenvolvimento acelerado do país, exatamente em período, até bem pouco tempo, de espetacular crescimento mundial, que propiciou elevadas taxas alcançadas do PIB dos países emergentes.

Por outro lado, temos que dar um basta nos gastos perdulários do governo, como assistimos recentemente, por exemplo, ao escândalo dos cartões corporativos e dos bilhões de reais destinados às ONGs fantasmas, cujo destino é por todos ignorado e acobertado até agora pelos que defendem o atual governo.

De nada vale, sr. presidente, mudar a metodologia do cálculo do PIB nacional, como recentemente foi feito para divulgar pela mídia melhores índices, se temos em contrapartida a criação absurda de cargos em comissão com elevados salários, sem concurso público, gerando brutal aumento de gastos na folha do governo, o desemprego crescente, a péssima distribuição de renda, a infra-estrutura deficiente destruída pelo tempo e pelo descaso dos seus responsáveis, a educação precária, o caos na Saúde e a violência, constituindo-se esta num novo poder, o poder do crime organizado, resultado da impunidade que grassa no país. A reação, sr. presidente, contra a corrupção é algo específico da classe média. Para quem está recebendo o Bolsa Família, a moralidade e a ética política, infelizmente, vem em segundo lugar. Essa é uma verdade triste, mas incontestável.

Minhas senhoras e meus senhores, fome, melhor distribuição de renda, aumento de emprego, mais saúde, mais educação, menos violência, não se resolvem com esmolas eleitoreiras, com assistencialismo criminoso. Sábias as palavras de Darci Ribeiro: 'Nossa pobreza não é uma fatalidade. É uma enfermidade que tem cura', e eu acrescento as não menos sábias palavras do escritor francês Jean de La Bruyère: 'Se a pobreza é a mãe, a falta de espírito público é o seu pai'. E o remédio, meus amigos, é a redução dos gastos governamentais, o aumento substancial e indispensável de recursos para a Saúde, Educação, o combate racional à violência. Os nossos governantes deveriam compreender que a maioria das nossas mazelas serão curadas pela educação, pela especialização da instrução do povo, eis que só com ela haveremos de nos tornar uma nação mais saudável, soberana, justa e feliz.

Para não me prolongar em demasia, deixei para o fim para falar da reforma política, da ambiental e do mal crônico da burocracia. A reforma política faz-se indispensável para pôr fim à descarada e desmoralizante infidelidade partidária que, pelos números atuais, virou um achincalhe ao regime dito democrático em que vivemos.

Há igualmente necessidade da implantação do financiamento público para as campanhas, com o intuito de reduzir a corrupção eleitoral. Necessário também se torna a implantação do regime distrital capaz de melhor qualificar a nossa representação popular. É preciso que haja partidos fortes como o foram num passado não muito distante, em que nele se nascia e nele se morria, sob pena de que os que assim não procedessem fossem execrados pela sociedade. No tempo em que fiz política, lealdade e integridade eram moedas corrente.

Não poderia deixar de falar também sobre o meio ambiente, hoje cantado em prosa e verso. Todos o discutem. Conferências se realizam em todas as partes do mundo. Previsões catastróficas são anunciadas. Imensa é a literatura que trata da matéria. Sobre o assunto, o que mais sensato li foi do atual presidente da Febraban, Fábio Colletti Barbosa. Indagado se um país como o Brasil pode crescer sem afetar negativamente o meio ambiente, respondeu: 'Esse é um dilema falso. É possível respeitar o meio ambiente, ser lucrativo, crescer, quando se é ambiental e socialmente responsável'.

Penso que está certo. O que percebe na prática é que as empresas e os cidadãos que gerenciam melhor o impacto ambiental crescem e ganham muito mais. A radicalização, a verdadeira onda de terrorismo criada, reflete-se diretamente no desenvolvimento e no bem-estar dos cidadãos. Para exemplificar, vejamos o caso de Florianópolis, vítima dessa fobia, dessa visão distorcida. Enquanto o lixo é depositado sob as cabeceiras das pontes, enquanto as favelas crescem, subindo desordenadamente os morros, até em nossas praias, como a favela do Siri, na praia dos Ingleses, tornando-se ninhos do crime organizado, sob a complacência das autoridades ambientais, aqui, em nome do meio ambiente, as marinas estão proibidas, os hotéis em locais turísticos de incomparável beleza são impedidos de ser edificadas e até os clubes de golf são considerados letais.

Ações descabidas, impeditivas do desenvolvimento geral e, particularmente, da indústria turística e energética trazem consigo o atraso, o desemprego e as injustiças sociais. Basta lembrar que dezenas de usinas hidrelétricas e termoeletricas estão paradas, embargadas por falta de licença dos órgãos responsáveis; melhor diria, irresponsáveis órgãos ambientais.

Há que haver racionalidade e procurar-se o equilíbrio da defesa do meio ambiente com o desenvolvimento sustentável, ambos indispensáveis ao futuro do universo. Foi por isso que, idealizado pelo meu filho, Ricardo Dalcanale Bornhausen, de iniciativa do excelentíssimo sr. governador Luiz Henrique da Silveira, realizou-se em novembro próximo passado, com sucesso indiscutível, a I Eco Power, em Florianópolis, um dos mais importantes eventos internacionais realizados no país, tratando de energia renovável, alternativas energéticas e sustentabilidade, com a participação das maiores autoridades nesses temas. Cientistas, empresários, autoridades e ativistas do mundo inteiro transformaram Florianópolis, com a presença de dois Prêmios Nobel da Paz, Muhammad Yunus e Mohan Muasinghe, em destacado centro internacional da discussão do desenvolvimento sustentável, com repercussão mundial.

Finalmente, sobre o grande mal de um país emergente e que por certo irá amenizar o tom dessa minha longa catilinária, vou reproduzir trechos do irônico artigo do ex-ministro da Fazenda, Gustavo Krause, 'Malditos Burocratas'. Começa ele: 'Atenção: não se trata de preconceito. É conceito mesmo.

A burocracia, como o chato, é um ser onipresente. Está em todo lugar. Ser burocrata é ter uma visão do mundo e assumir um estilo de vida. Significa isto dizer que há burocratas de todos os matizes. Existem até amantes burocratas. São aqueles que, em vez de dar a segunda, tiram xerox da primeira'. E continua: 'Burocracia é o sujeito que não pensa, repete. Não cria, copia. Não discute, obedece. Não reflete, arquiva.

Todo burocrata é sádico e necrófilo - sente gozo quando diz maquinalmente: 'Lamento, mas o senhor perdeu o prazo'. Ou então: 'Volte amanhã, o expediente encerrou'.

É necrófilo porque adora um arquivo morto. Os burocratas necrófilos acolhem dois tipos: os carimbocratas que cultuam o deus carimbo e os paperófilos, que se alimentam de papel sob firme pensamento de que são saladas, guisados, grelhados ou deliciosos pudins. Da burocracia emanam os grandes males'. E, finalmente, acrescenta: 'Na atualidade brasileira, não conheço uma única pessoa que não tenha sido vítima da presença tirânica da irresponsável burocracia, e nós a mantemos, como contribuintes'. E termina: 'Não conheci um programa de governo, em todos os tempos e em qualquer nível e sob o patrimônio de qualquer partido, que não possa repetir 'no meio do caminho tem um burocrata, tem um burocrata no meio do caminho. E o que fazer? Eu não sei. Por acaso vocês sabem?'

Antes de finalizar, desculpando-me pelo pesado sacrifício que estou impondo aos que me prestigiaram neste momento divinal para a minha pessoa, como cidadão, vou-lhes narrar três episódios pitorescos ligados a esta Casa.

O primeiro ocorreu às vésperas das eleições em que fui eleito deputado. Dom Daniel Hostin, bispo de Lages, era amigo e admirador do grande brasileiro Nereu Ramos, o mais destacado político catarinense da história da República e meu ferrenho adversário. Foi dom Daniel que me crismou, na Igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, no Rio de Janeiro, e considerava-se, por isso, meu padrinho, chamando-me de afilhado, a quem eu tratava com um carinho todo especial. Uma semana antes das eleições foi visitar-nos, em Joinville, e revelou o desejo de arrumar, foi como se expressou, alguns 'votinhos' para mim em Lages. Fiquei entusiasmado e fui buscar as cédulas com o meu nome, pois era com cédulas nominais, colocadas nas urnas, que se processavam as eleições. Coloquei cerca de 1.500 numa caixa de papelão para sapatos e entreguei-lhe. Imediatamente me advertiu: 'É muito, afilhado, reduza o número de cédulas, porque pretendo arrumar-lhe uns 150 votos entre as minhas beatas e filhas de Maria'. Incontinentemente, reduzi o número de cédulas para 500, imensamente feliz, afinal, era a promessa de um bispo e padrinho. Pensei comigo: esses votos são favas contadas. Terminada a apuração dos votos em Lages, procurei conhecer o número de eleitores que teriam sufragado o meu nome naquela cidade e encontrei: Paulo Konder Bornhausen - zero votos! Fiquei estupefato, decepcionado. No dia seguinte, recebi um fonograma com os seguintes dizeres: 'Querido afilhado, bem que você me preveniu que as eleições não são sérias. Nossos votos desapareceram. Bênçãos do padrinho dom Daniel'.

Os outros dois, testemunhados pelos meus colegas de legislatura aqui presentes, foram os seguintes.

Eleito deputado, embora conhecido como Paulinho, como o é hoje o meu sobrinho, brilhante deputado federal, Paulo Roberto Barreto Bornhausen, registrei, na Mesa da Assembléia, os meus nomes parlamentares: Paulo Konder Bornhausen ou Paulo Bornhausen.

Na bancada do PSD, Partido Social Democrático, meu intransigente adversário, havia um deputado que se considerava 'donô' do município de Mafra, o deputado Pedro Kuss, que nunca se conformou com a minha votação nos seus domínios, 600 votos, mais de 10% do eleitorado daquele município na época. Era um baita homenzarrão, de dois metros de altura, um 'armário', como dizem hoje os jovens, e feio como a necessidade, por isso mesmo ironicamente apelidado de Marta Rocha, que havia sido eleita Miss Brasil naquele ano.

Toda vez que eu subia a esta tribuna, sr. presidente, sempre me aparteava: Paulinho para cá, Paulinho para lá. Até que me cansei e solicitei a palavra, pela ordem, ao presidente de então da Assembléia, deputado Braz Joaquim Alves, nos seguintes termos: 'Sr. presidente, solicito que v.exa. exija do deputado Pedro Kuss que me chame pelo meu nome parlamentar, Paulo Konder Bornhausen, sob pena de que, se não o fizer, daqui para a frente só chamarei s.exa. pelo diminutivo ou aumentativo do seu sobrenome'.

É evidente que ele nunca mais me aparteou.

O outro episódio foi também em plenário. A maioria do governo Jorge Lacerda era precária, e eu sempre tinha, como presidente da Casa, que decidir pelo voto Minerva.

Certa feita seria apreciada uma alteração da Lei do Selo, que corresponderia hoje ao ICMS, quando antes de iniciar a Ordem do Dia o deputado Laerte Ramos Vieira, líder da maioria, comunicou-me o sumiço do deputado do Partido Democrata Cristão, Henrique Ramos da Luz, eleito por Ituporanga. Estávamos em minoria. Retirei-me momentaneamente da sessão e conversei com o primeiro-secretário, deputado Volney Collaço de Oliveira, inteligente, experiente e que por duas vezes já exercera a Presidência da Casa. Naquele tempo eram usuais as chamadas folhinhas, calendários que continham a data do dia, a posição da lua e no verso o santo do dia, com o resumo da sua vida. Voltamos ao plenário, e o deputado Volney saiu da mesa e de posse de uma dessas folhinhas pediu a palavra, pela ordem, para enaltecer o santo do dia, Santo Eustáquio, perorou, como sabia

fazer como ninguém, sobre a devoção ao mesmo na sua amada Laguna e em todo o sul catarinense e, verbalmente, requereu que a sessão fosse encerrada em homenagem a Santo Eustáquio.

Ignorando as normas regimentais, apertei a campainha e encerrei a sessão, sob protestos, gritaria, xingamentos, comandados principalmente pelos deputados Ivo Silveira, Estivalet Pires e Lenoir Vargas Ferreira, a tropa de choque do PSD. Protestos à parte, salvara a mensagem e livrara o Executivo da derrota. A juventude é marcante pela sua contundência, mas consciente estava, no entanto, de que meu gesto truculento era para o bem do nosso estado.

Meus amigos, minhas queridas amigas, desculpem-me, peço-lhes outra vez, por este longo pronunciamento, fruto, por certo, da oportunidade grandiosa, para mim, de receber tão honroso título no final da minha caminhada terrena. Comovido, agradeço a todos e como comecei citando duas máximas, termino, primeiro, parafraseando o ex-ministro e embaixador Roberto Oliveira Campos, uma das mais brilhantes inteligências que conheci em toda minha longa vida: 'Em nenhum momento consegui a grandeza, mas em todos procurei tenazmente escapar da mediocridade'.

Como diria o notável jurista, meu amigo, Saulo Ramos: 'Para mim, hoje, a saudade é um soluço de lágrimas retidas. Sinto a umidade delas em minha alma'. Finalizando, recorro ao filósofo grego Plutarco: 'Sou tudo o que fui, o que sou e o que serei'.

Obrigado a todos, do fundo do meu coração, hoje partido pela emoção de que estou tomado."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ouviram também essa pérola, os ex-deputados Lecian Slovinski, Laerte Ramos Vieira, Egídio Martorano, Cláudio Ávila da Silva e Francisco de Assis Filho, cuja presença registramos.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para o coquetel no *hall* deste Poder, convocando, na forma do Regimento Interno, outra sessão solene para o dia 14 de abril, às 19h.

Antes de encerrar a presente sessão, teremos a execução do Hino de Santa Catarina pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Almir José.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 061, de 18/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no caput do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Art. 1º Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, prevista no artigo 32, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 01 a 70, do Anexo VI, e os índices de

vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserta no Anexo XIII, da referida Resolução, passam a vigorar conforme os Anexos I e II deste Ato.

Parágrafo Único. A retribuição financeira prevista no caput deste artigo não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e de Procuradores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Anexo I

Nível	Índice
1	1,6863
2	1,7441
3	1,8039
4	1,8658
5	1,9298
6	1,9959
7	2,0644
8	2,1352
9	2,2084
10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1701
21	3,3096
22	3,4231
23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343
30	4,4829
31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301

Nível	Índice
36	5,4879
37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7143
43	6,9039
44	7,0999
45	7,3027
46	7,3169
47	7,3351
48	7,3492
49	7,3666
50	7,3859
51	7,5125
52	7,7294
53	7,9539
54	8,1860
55	8,4260
56	8,6743
57	8,9311
58	9,1967
59	9,4714
60	9,7556
61	10,0494
62	10,3534
63	10,6678
64	10,9929
65	11,3292
66	11,4459
67	11,5638
68	11,6829
69	11,8033

35	5,3060
----	--------

70	11,9248
71	-

Anexo II
Correlação Anexo XIII

Código	Código	Índice
PL/DCA-1	PL/DAS-1	7,3257
PL/DCA-2	PL/DAS-2	8,6902
PL/DCA-3/DASU-1	PL/DAS-3	10,0549
PL/DASU-2	PL/DAS-4	11,4193
PL-DASU-3	PL/DAS-5	12,7840
PL/DASU-4/DCA-4/3-CC	PL/DAS-6	14,1484
PL/DAT-1	PL/DAS-7	15,5132

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 062, de 18/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento na Instrução Normativa nº TC-03/2007, que dispõe sobre a instauração e organização de processo de tomada de contas especial no âmbito da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, e ainda do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas,*

DESIGNAR o servidor Ademar Francisco Koerich, matrícula nº 0356, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-65, para realizar, a partir da publicação deste Ato e, no prazo de 180 dias, as tomadas de contas especial, com observância das normas estabelecidas na Instrução Normativa nº TC-03/2007, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente da ausência de prestação de contas dos empenhos/2006 relacionados no Anexo deste Ato.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

ANEXO DO ATO Nº de 18/04/2008

EMPENHO	ENTIDADE
883	Assoc. de Moradores Bairro Santo Antônio
885	Assoc. Dramático Musical Jaraquense
937	Assoc. Catadores de Mat. Recicláveis Vila Verde
964	Liga de Futebol de Salão da Grande Florianópolis
1054	Clube de Mães de Fé
1102	Atlético Esporte Clube
1372	Assoc. Coral Santa Cecília
1643	Assoc. de Moradores do Jardim Nova York
1768	Assoc. Comunitária Sam Real
1878	Assoc. Torcedores do Criciúma Esporte Clube Guerrilha Jovem
1982	Grupo de Idosos Padre Santa Guerra
1999	Assoc. Esportiva Santuário Nossa Senhora Aparecida
2138	Núcleo de Inclusão Trabalho e Oportunidade Social
2208	APP da Fanfarra Rítmica Águia Dourada
2295	Clube de Mães Águas Medicinais
2297	Clube de Mães Renascer
2333	Assoc. Casa de Repouso Irmã Norberta
2340	Assoc. dos Moradores do Loteamento Bel Recanto
2355	Lar Beneficente do Idoso São José
2392	Assoc. Benef. Dos Trab. Em Turismo Hospitalidade de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Criciúma e Região Sul de SC
2398	Assoc. Brusquense de Bicycross
2489	União Comunitária de Chapecó
2611	APP Basquetebol Região Sul
2638	Sociedade Tangarense de Artes Recreativas
2671	Assoc. Esporte Clube R E M F de Talentos
2758	Tenda Espírita Caboclo Cobre Verde
2759	Conselho Comunitário dos bairros Magalhães e Navegantes
3003	Assoc. Moradores Parque das Andorinhas
3044	Assoc. dos Moradores do bairro Lot. 6
3077	Assoc. dos Moradores do Lot. Aurí Bodanese
3189	Assoc. dos Moradores do Lot. Fritz Koegler
3190	Centro de Assessoramento Educação Popular
3256	APP ER José Paqualini
3345	Instituto Despertar para o Turismo
3441	Assoc. dos Moradores do Bairro Vila Real
3442	Assoc. dos Moradores Bairro Sertão Santa Luzia
3496	APP El Pedra de Amolar Baixo
3512	Assoc. dos Moradores do Bairro Aeroporto
3656	Bonsucesso Esporte Clube
3667	Centro Reabilitação Dep. Químicos e outros Desvios Comportam Filhos de Deus
3694	Assoc. de Moradores de Paz
3697	Assoc. Catarinense de Língua e Cultura Italiana

3706	Assoc. Com. Esport. e Rec. Cult. Santa Tereza
3803	APP do Centro Educ. Infant. Estrela da Manhã
3813	Clube de Mães Chama de Amor Linha Sede Flores
3915	Instituto Consciência Jovem - São Carlos
3989	Assoc. de Moradores da Vila Floresta
4012	Assoc. Atlético Cultural Amigos da Aldeia
4072	Assoc. Pequenos Agric. de Butiazinho
4087	Adm do Baixo Vale Canoas
4113	Rede Feminina de Combate ao Câncer
4126	Assoc. Indígena baixa Samburá
4128	Assoc. dos moradores do Bairro Magalhães
4147	Assoc. dos Moradores do Parque Residencial Floresta
4181	Assoc. Clube de Mães Rio dos Anjos
4192	Assoc. Bom Samaritano Bem Estar Social
4194	Sociedade Esporte Clube Gigantinho
4244	Assoc. Beneficente Cambajuba
4247	Assoc. dos Pecadores Artesanais C. P. Grossa
4256	Conselho Comunitário Bairro Jardim do Lago
4306	Assoc. dos Moradores de Morro Comprido
4317	Assoc. de Moradores da Comunidade de Linha Campinas
4321	Assoc. Comunitária do Bairro Pinheiro
4327	Grupo de Idosos Sagrado Coração
4401	Centro espírita Nossa Senhora da Glória
4442	Assoc. de Moradores de Vila Lourdes
4463	Assoc. Comunitária Acesso Aeroporto
4481	Assoc. de Moradores São João Tadeu
4505	Assoc. de Moradores do Bairro Nova Brasília
4509	Clube de Trabalho 4-s União da Saudade
4526	Assoc. Corpo de Bombeiros Comunitário
4579	Assoc. de Moradores do Rio Novo - Amorino
4582	Soc. Esp. Rec. Cultural São Roque
4653	Assoc. Moradores do Bairro Marili
4673	Rotary Club de Blumenau Norte
4699	Assoc. dos Médicos dos Hosp. Gov. Celso Ramos
4705	Assoc. de Morad. Do Conj. Hab. Angelo Guollo
4723	Sociedade Coral Harmonia
4746	Cons. Comunit. Do Dist. De Santa Cruz
4760	Assoc. de Idosas (Grupo da Amizade)
4769	Assoc. dos Empreendedores do Prado
4778	Movimento Afro Brasileiro Mãe Olímpia
4783	Esporte Clube 13 de Maio
4927	Assoc. Com. Esport. Rec. Cult. Santa Tereza
4937	Assoc. de Surf Imbitubense
4954	Adega Assoc. de Esporte Galiuzzi
4988	Projeto Casa de Palha
4990	Assoc. de Morad. do Bairro São Francisco
5001	Assoc. dos Motorista de Salete
5009	Assoc. Voluntárias Hospital Miguel Couto
5011	Assoc. Comum. Braçõnortense
5019	Grupo de Mães Amigas da Comunidade
5038	Santa Helena Futebol Clube
6370	Tijucas Clube
6567	Soc. Bomb. Comunit. De Timbó e Região
6698	CTG Fogão de Lenha
6704	Assoc. Assist. Cult. Formação Prof. Ação VIP
6745	Grupo de Dança Isabel
6903	Moto Clube 100 Fronteiras
6911	Assoc. dos Morad. do Bairro Santa Luzia
6936	Assoc. de Rádiod. Alter. P. Torres
7011	Assoc. de Morad. da Vila Boa Vista
7020	APP da Fanfarra Rítmica Alto Vale
7143	Assoc. de Morad. da Comun. Fragosos
7147	Náutica Futebol Clube
7148	Socied. Cult. Carnav. Filhos do Rei
7170	Assoc. Esportiva América
7223	Assoc. dos Amigos Renais de Videira e R.
7240	Assoc. de Defesa do Meio Ambiente
7265	Assoc. Amigos D. Passa Vinte e Jardim Acquarius
7294	APP Escola Fund. Francisco Bertelli

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 063, de 18/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **IWANA LUCIA LENTZ**, matrícula

nº 1437, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenadora de Taquigrafia das Comissões, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, IONE TEREZINHA REIS DE MELO, que se encontra em licença para tratamento de saúde no período compreendido entre 04 de abril e 03 de maio de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 064, de 18/04/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0339/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **JUAREZ JOSE TORTATO**, matrícula nº 1088, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 14 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 065, de 18/04/2008

Altera denominação de Seção da Coordenadoria de Saúde e Assistência

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

ALTERAR a denominação "*Seção Interativa*" consignada no Anexo Único do Ato da Mesa nº 038, de 18 de março de 2008, referente às funções de confiança da Coordenadoria de Saúde e Assistência, bem como no Anexo I do Ato da Mesa nº 039, de 18 de março de 2008, que designa servidores para as funções de confiança de Chefia de Seção, para fazer constar a nova denominação "*Seção de Naturologia Aplicada*".

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 24 de abril de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 012/2008, destinado a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO CONTENDO NO MÍNIMO 40 VAGAS PARA OS VEÍCULOS DOS DEPUTADOS DA ALESC**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 30 de abril de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 17 de abril de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 05 de maio de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 013/2008 destinado a **LOCAÇÃO DE 02 (DUAS) UNIDADES DE ILHAS DE EDIÇÃO NÃO LINEAR, INCLUSAS A MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 05 de maio de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 17 de abril de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 246/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio e das diligências deliberadas na sessão do dia 15/04/2008, a licitação modalidade Pregão nº 006/2008, referente à aquisição de 800 (oitocentas) doses de vacina contra gripe, mono-dose, seringa cheia, dose adulta e individual, obteve o seguinte resultado:

Item Único - Aquisição de 800 (oitocentas) doses de vacina contra gripe, mono-dose, seringa cheia, dose adulta e individual, para a Coordenadoria de Saúde da ALESC.

Vencedora: IMUNOSUL DIST. VACINAS E PROD.

Valor do Último Lance: R\$ 24.800,00

Florianópolis, 15 de abril de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato N.º 043/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 022/2008, celebrado em 16/04/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Westsoft Consultoria E Tecnologia Da Informação Ltda..

OBJETO: aquisição de cota para financiar a confecção do documentário sobre a vida do ex-governador Jorge Lacerda.

VALOR GLOBAL: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PRAZO/DATA: 16 de junho de 2008 (prazo para o lançamento oficial do Documentário).

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais). Sub-Elemento: 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 0014/2008; Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93; e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 16 de abril de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 044/2008

REFERENTE: Protocolo de Intenções CL n.º 003/2008-00, celebrado em 03/04/2008.

1º PARTICIPE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

2º PARTICIPE: INSTITUTO BRASILEIRO DE CADASTRO E GESTÃO TERRITORIAL - IBC

OBJETO: estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o IBC e a ALESC, através da Escola do Legislativo.

VIGÊNCIA: a partir de sua assinatura até 31/12/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; e autorização administrativa.

Florianópolis, 03 de abril de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Dr. Nerilson Almeida Silva Junior - Diretor-Executivo IBC

Dr. Jacir Antonio Rambo - Diretor-Administrativo

Dra. Tatiana Shigunov - Diretora-Jurídica

Dr. Carlos Loch - Coordenador-Geral

*** X X X ***

Extrato Nº 045/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 075/2007, celebrado em 20/12/2007.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: OTREBOR - Supervisão Assessoria e Gerenciamento de Serviços e Obras de Engenharia Ltda.

OBJETO: ALTERAR QUALITATIVA E QUANTITATIVAMENTE O OBJETO, visando formalizar a adequação das alterações realizadas no projeto original, ACRESCENTANDO, MODIFICANDO E SUBTRAINDO DIVERSOS ITENS.

VALOR GLOBAL: o valor global do contrato passa de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais) para R\$ 140.582,12 (cento e quarenta mil quinhentos e oitenta e dois reais e doze centavos).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente Contrato a vigência compreendida entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "a" e "b" e seu § 1º da Lei nº 8.666/93; Item 12.7 do Edital Pregão 040/2007; e Autorização administrativa.

Florianópolis, 17 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Roberto Napoleão Filho - OTREBOR

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 464, de 18/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0474/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **ADILSON AGENOR PERES**, matrícula nº 1201, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 36% (trinta e seis por cento), a contar de 28/03/2008.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 465, de 18/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0439/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER ao servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, **LICENÇAS-PRÊMIO** referentes aos quinquênios compreendidos entre 02/08/1992 a 07/07/1994, de 04/05/1995 a 17/03/1998 e de 21/07/1998 a 03/10/1998, e 04/10/1998 a 03/10/2003.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 466, de 18/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0442/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER a servidora **MARIA JOSÉ WERNER SALLES**, matrícula nº 1530, **LICENÇAS-PRÊMIO** referentes aos quinquênios compreendidos entre 04/09/1997 a 15/10/2002 e de 16/10/2002 a 15/10/2007.

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 467, de 18/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MILTON ANTONIO BIZATTO**, matrícula nº 3449, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-8, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de abril de 2008 (Deputado Narcizo Parisotto).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

PORTARIA Nº 468, de 18/04/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **SILVANA DE FATIMA VIEIRA SOARES**, matrícula nº 4177, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-17, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 07 de abril de 2008 (Liderança do PTB).

Hildo Tramontin

Diretor Geral, em exercício

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 002/2008

Dá nova redação ao *caput* do art. 14 da Lei Complementar nº 175, de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 365, de 2006, que institui a ajuda de custo para as Escrivanias de Paz do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 14, da Lei Complementar nº 175, de 28 de dezembro de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 365, de 07 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. As Escrivanias de Paz será repassada, além do ressarcimento pelos atos gratuitos, ajuda de custo:

a) no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para aquelas cuja população da respectiva circunscrição geográfica não seja superior a 3.000 (três mil) habitantes;

b) no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para aquelas cuja população da respectiva circunscrição geográfica seja superior a 3.000 (três mil) habitantes, até o limite de 5.000 (cinco mil) habitantes;

c) no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para aquelas cuja população da respectiva circunscrição geográfica seja superior a 5.000 (cinco mil) habitantes, até o limite de 10.000 (dez mil) habitantes."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/047/2007

A emenda e o art.1º do Projeto de Lei nº 047.5/2007 passam a ter a seguinte redação:

"Proibe a realização de eventos de moda com modelos com índice de massa corpórea (IMC) abaixo de 18,5 kg/m².

Art. 1º Fica proibida no âmbito do Estado de Santa Catarina a realização de eventos de moda com modelos que possuam o índice de massa corpórea (IMC) inferior a 18,5 kg/m².

Sala da Comissão em

Deputado Serafim Venzon

APROVADO EM 1º TURNO

em sessão de 26/03/08

APROVADO EM 2º TURNO

em sessão de 09/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 047/07

Proibe a realização de eventos de moda com modelos com índice de massa corpórea (IMC) abaixo de 18,5 kg/m².

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida no âmbito do Estado de Santa Catarina a realização de eventos de moda com modelos que possuam o índice de massa corpórea (IMC) inferior a 18,5 kg/m².

Art. 2º A modelo participante dos eventos no ato de sua inscrição, obrigatoriamente, deverá apresentar atestado médico não inferior a 180 (cento e oitenta) dias que comprove seu índice de massa corpórea.

Parágrafo único. O referido atestado deverá permanecer com os organizadores durante a realização do evento.

Art. 3º O descumprimento desta Lei acarretará as seguintes sanções:

I - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); e

II - multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no caso de reincidência.

Art. 4º As multas previstas do artigo anterior deverão ser aplicadas cumulativamente ao organizador do evento e a agência da modelo.

Art. 5º Em se tratando de empresa sediada no Estado de Santa Catarina a reincidência prevista no inciso II, art. 3º, acarretará também na cassação do alvará de funcionamento das respectivas empresas.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 048/08

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Amigos da Gabiroba, no Município de Ituporanga.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Amigos da Gabiroba, com sede no Município de Ituporanga.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 049/08

Declara de utilidade pública a Associação Caminhos para a Vida, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Caminhos para a Vida, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 051/08

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lar do Menino Deus, no Município de Lages.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Lar do Menino Deus, com sede no Município de Lages.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 052/08

Declara de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento de Ibirama e Região - ADIR, no Município de Ibirama.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento de Ibirama e Região - ADIR, com sede no Município de Ibirama.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 059/08

Declara de utilidade pública a Arte Positiva, no Município de Tubarão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Arte Positiva, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida nos estatuto se houver; e

IV - balancete contábil."

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 121/07

Declara de utilidade pública o Centro Holístico Luzes da Esperança, com sede no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Holístico Luzes da Esperança, com sede no Município de Florianópolis, e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
 III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e
 IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
 Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
 *** X X X ***

EMENDA AO PL/152/2007

O art. 2º do Projeto de Lei nº 152/2007, passa a tramitar com a seguinte redação:

Art. 2º Os imóveis previstos no artigo anterior serão adaptados às necessidades especiais e haverá preferência aos portadores dessas necessidades.

§ 1º A prioridade de seleção entre os candidatos portadores de deficiência observará ordem de inscrição, prevalecendo o estudo sócio-econômico familiar realizado pela equipe técnica do órgão responsável pelo cadastramento.

§ 2º As adaptações previstas no *caput* levarão em consideração a deficiência apresentada pelo interessado, averiguadas e dimensionadas no momento da sua inscrição, salvo se os imóveis forem destinados a famílias carentes, conforme estabelece o art. 4º.

O art. 5º do projeto de Lei nº 152.5/2007, passa a tramitar com a seguinte redação:

Art. 5º As inscrições, cadastramentos, concessões e demais providências que gerarão o direito estabelecido nesta Lei, sujeitam os beneficiários ao cumprimento das condições e pré-requisitos disciplinados nas diretrizes da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Ficam sequencialmente renumerados os artigos 5º e 6º constantes do Projeto de Lei nº 152.5/2007.

em,

Deputado José Natal Pereira

APROVADO EM 1º TURNO
 em sessão de 09/04/08
 APROVADO EM 2º TURNO
 em sessão de 09/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 152/07

Dispõe sobre destinação de imóveis populares construídos aos portadores de deficiência.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a destinar no mínimo 10% (dez por cento) de todos os imóveis populares construídos por meio dos Programas Habitacionais promovidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como apartamentos, casas e lotes urbanizados, a pessoas portadoras de deficiências.

§ 1º As deficiências de que trata este artigo serão comprovadas por documentos médico-periciais de maneira a caracterizar a impossibilidade ou a diminuição da capacidade de trabalho do indivíduo.

§ 2º Quando a aplicação do percentual citado no *caput* deste artigo resultar número fracionário será considerado o número inteiro imediatamente posterior.

§ 3º Deverão fazer constar, em campo apropriado do documento ou ficha de inscrição, informação sobre se o candidato ou interessado na aquisição possui familiar portador de deficiência física sob sua dependência legal, recaíndo, em caso positivo, os direitos desta Lei.

Art. 2º Os imóveis previstos no artigo anterior serão adaptados às necessidades especiais e haverá preferência aos portadores dessas necessidades.

§ 1º A prioridade de seleção entre os candidatos portadores de deficiência observará ordem de inscrição, prevalecendo o estudo sócio-econômico familiar realizado pela equipe técnica do órgão responsável pelo cadastramento.

§ 2º As adaptações previstas no *caput* levarão em consideração a deficiência apresentada pelo interessado, averiguadas e dimensionadas no momento da sua inscrição, salvo se os imóveis forem destinados a famílias carentes, conforme estabelece o art. 4º desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação já definida no orçamento para Programas Habitacionais.

Art. 4º Caso o número de pessoas selecionadas, com direito à reserva aludida no art. 1º, não atinja o percentual de 10% (dez por cento), os imóveis remanescentes poderão ser destinados a pessoas idosas, portadoras de deficiências crônicas e, ainda, remanescendo moradias, poderão ser beneficiadas famílias carentes situadas à margem de qualquer atendimento, por intermédio de grupos sociais organizados.

Art. 5º As inscrições, cadastramentos, concessões e demais providências que gerarão o direito estabelecido nesta Lei, sujeitam os beneficiários ao cumprimento das condições e pré-requisitos disciplinados nas diretrizes da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar esta matéria, nos termos da Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PL/0332.7/2007

O Projeto de Lei nº PL/0332.7/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis e adota outras providências, na forma que especifica."

Art. 1º Quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente ficará sujeito às seguintes sanções administrativas:

I - Multa;

II - Apreensão do produto;

III - Perdimento do produto;

IV - Interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 1º A desconformidade referida no "*caput*" deste artigo será comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidades e órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades junto a ele credenciadas e com registro no Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre elas o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, para a realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, mediante seu Departamento de Justiça e Cidadania/Gerência do Programa de Defesa do Consumidor - PROCON estadual, aplicar as sanções administrativas, respeitado o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa. § 3º - As sanções administrativas previstas nesta Lei poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 3º A pena de multa será aplicada nos termos previstos na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

§ 4º Aplicada a pena de perdimento, o produto apreendido será incorporado ao patrimônio do Estado.

§ 5º A interdição poderá ser temporária ou definitiva, na forma estabelecida por esta Lei.

§ 6º O interessado poderá interpor recurso para a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão que aplicar a sanção administrativa.

Art. 2º Sempre que testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras do combustível revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente serão de pronto adotadas as seguintes providências, pelo agente fiscal, mediante termo próprio:

I - Apreensão do combustível;

II - Lacreção e interdição do respectivo tanque ou bomba.

§ 1º A lacreção e a interdição de tanque ou bomba de combustível não poderão exceder o período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º.

§ 2º Na hipótese de resistência do proprietário ou de empregados do estabelecimento, será requisitado o auxílio de força policial.

Art. 3º Serão coletadas 3 (três) amostras de cada compartimento do tanque que contenha o combustível a ser analisado, classificadas como:

I - Amostra nº 1, denominada "prova", para ser encaminhada à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou à entidade ou órgão por ela credenciado ou com ela conveniado para realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades e órgãos junto a ele credenciados e com registro no Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre eles o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, para realização de ensaios relativos à qualidade de combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente;

II - Amostra nº 2, denominada "testemunha", para ser entregue ao estabelecimento ou ao detentor do combustível;

III - Amostra nº 3, denominada "contraprova", para ser conservada no PROCON estadual.

Art. 4º Comprovada a desconformidade do produto, na forma estabelecida no § 1º do art. 1º desta Lei, o interessado será notificado, por via postal, para apresentar defesa administrativa ao PROCON estadual, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º Se, ao teor da defesa prévia, for requerida nova análise do combustível, a ser procedida na Amostra nº 2, a lacração e interdição de tanque ou bomba serão mantidas pelo tempo necessário para a realização do ensaio.

§ 2º Fica facultada a transferência do combustível para depósito de terceiro, a requerimento do interessado, local onde permanecerá até o desfecho da discussão administrativa.

§ 3º A nova análise do combustível será efetuada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidade ou órgão por ela credenciado ou com ela conveniado; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades credenciadas junto ao Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre elas o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, para a realização de ensaios relativos à qualidade de combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente e correrá a expensas do interessado.

§ 4º Na hipótese de resultado divergente na Amostra nº 2, que ateste a conformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, o PROCON estadual encaminhará a Amostra nº 3 à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou à outra entidade ou órgão por ela credenciado ou com ela conveniado, para realização de novo ensaio; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades e aos órgãos junto a ele credenciados e com registro no Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre eles o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, para a realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

§ 5º Se a defesa for acolhida, haverá a imediata restituição do produto.

Art. 5º Não apresentada a defesa ou corroborada, na conclusão do processo administrativo, a desconformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, será imposta a pena de perdimento.

§ 1º Se não houver condições técnicas para o reprocessamento, o produto será retirado de circulação e inutilizado.

§ 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à remoção, transporte e reprocessamento do produto, podendo para tanto firmar acordos ou promover contratações com órgãos públicos e empresas.

Art. 6º Será decretada a interdição do estabelecimento na ocorrência isolada ou cumulativa das seguintes hipóteses:

I - Reincidência na prática da infração descrita no art. 1º desta Lei;

II - Rompimento de lacre assegurado da inviolabilidade de bomba ou tanque colocado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, pelo PROCON estadual, pelo Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO/SC ou por órgãos conveniados;

III - Cassação da eficácia da inscrição do estabelecimento no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 1º A reincidência referida no inciso I deste artigo pressupõe a prolação de prévia decisão administrativa definitiva, confirmatória da infração em causa.

§ 2º O rompimento do lacre a que se refere o inciso II deste artigo será documentado por termo circunstanciado.

§ 3º Cassada a eficácia da inscrição do estabelecimento, a Secretaria de Estado da Fazenda comunicará o fato, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) À Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, para a decretação da interdição a que se refere o inciso IV do artigo 1º desta lei;

b) À Agência Nacional de Petróleo - ANP, informando as providências tomadas no âmbito de sua competência e solicitando providências para o cancelamento do registro do produto.

Art. 7º Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade quando o quadro societário do estabelecimento for integrado por pessoas interpostas.

Parágrafo único. Na hipótese do "caput" deste artigo, serão notificadas e responsabilizadas as pessoas que, individualmente ou conluídas em sociedades de fato, tiverem dado causa à infração descrita no art. 1º ou contribuído para a prática do ato infracional.

Art. 8º Presume-se ocorrido dano ou prejuízo ao consumidor que comprovar haver adquirido, do estabelecimento varejista, combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente.

Art. 9º Sempre no interesse de incrementar a eficiência e a amplitude de sua ação em defesa dos consumidores de combustíveis do Estado de Santa Catarina, poderá a Secretaria Executiva da Justiça e da Cidadania, mediante convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda, delegar à administração tributária as incumbências de apuração da infração referida no art. 1º e de imposição das penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo do desempenho das atribuições que lhe são próprias.

Parágrafo único. Na hipótese do "caput" deste artigo, correrão no âmbito da Secretaria Executiva da Justiça e da Cidadania os procedimentos administrativos instaurados em consequência das sanções aplicadas pelos agentes da fiscalização tributária.

Art. 10. Para uma maior proteção aos consumidores de combustíveis a concessão de inscrição no ICMS, para atividade econômica de importação, distribuição e de Transportador-Revendedor-Retalhista - TRR, de combustível automotivo derivado ou não de petróleo, além das demais disposições regulamentares, fica condicionada à comprovação:

I - do preenchimento dos requisitos determinados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP relativos à atividade em que se enquadre o contribuinte;

II - da integralização do capital social;

III - da capacidade financeira dos integrantes e dos representantes legais, mediante a apresentação de cópia da declaração do Imposto de Renda dos últimos três anos e respectivos recibos de entrega;

IV - da propriedade do imóvel, do contrato de locação, de arrendamento ou de outro instrumento com firma reconhecida, pertinente a localização do estabelecimento;

V - da autorização de operação em instalações próprias ou mediante contrato de cessão ou locação de espaço em instalações de terceiros devidamente registrado em cartório, com capacidade de estocagem mínima de trezentos mil litros, situadas em território catarinense, excetuando-se desta obrigação somente o Transportador-Revendedor-Retalhista - TRR;

VI - da regularidade fiscal municipal, estadual e federal da empresa interessada e suas filiais; e

VII - das atividades exercidas pelos integrantes e representantes legais da empresa nos últimos vinte e quatro meses, mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, do contrato de autônomo ou do contrato social, na condição de sócio-gerente.

§ 1º O responsável legal deverá ser residente e domiciliado neste Estado, devendo apresentar os seguintes documentos dos integrantes e da empresa:

a) cópia autenticada da Cédula de Identidade das pessoas físicas integrantes da empresa, e se for o caso, do seu procurador;

b) cópia autenticada do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, das pessoas integrantes da empresa, e se for o caso, do seu procurador;

c) comprovante da inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

d) certidão negativa de tributos na unidade federada de origem da matriz e filiais;

e) cópia autenticada do instrumento público de mandato do procurador outorgado pelo responsável pela empresa, se for o caso;

f) comprovante de endereço das pessoas físicas e jurídicas integrantes da empresa e, se for o caso, do seu procurador, com data de emissão, de no máximo 60 (sessenta) dias anterior a data do protocolo;

g) carteira de identificação do contabilista responsável no Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SC; e

h) outros documentos que a Secretaria de Estado da Fazenda considerar pertinentes e relevantes.

§ 2º As exigências contidas neste artigo aplicam-se também no caso de alteração de atividade ou do quadro societário.

Art. 11. Para proteção do consumidor contra a adulteração dos combustíveis e proteção ao meio ambiente, os postos revendedores deverão exibir obrigatoriamente o Livro de Movimentação dos Combustíveis - LMC, escriturado e atualizado diariamente, contendo no mínimo os estoques e as movimentações de compra e venda dos produtos dos últimos seis meses, corretamente preenchido, conforme instruído pela Portaria nº 26, de 13 de novembro de 1992, do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, Portaria nº 116, de 5 de julho de 2000, da Agência Nacional do Petróleo - ANP, e demais legislações da agência reguladora, devidamente acompanhado das respectivas notas de compra dos produtos junto às distribuidoras credenciadas na ANP e na Secretaria de Estado da Fazenda. Os postos revendedores, que não apresentarem o LMC atualizado, constando inclusive o volume de abertura do LMC do dia de realização da fiscalização do PROCON estadual, designado nesta Lei como órgão competente para fiscalizar os termos deste artigo, e as notas fiscais de compra dos combustíveis, ficarão sujeitos ao pagamento de multa nos termos do art. 57, parágrafo único, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - Lei federal nº 8.078, de 1990.

Parágrafo único - A multa prevista no *caput* será arbitrada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator; e aplicada mediante procedimento administrativo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado Onofre Santo Agostini

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/04/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 09/04/08

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva tem como objetivo propiciar a proteção ao consumidor às irregularidades na produção e comercialização de combustíveis no Estado de Santa Catarina.

É de conhecimento de todos que a adulteração de combustíveis pode ocasionar aos consumidores significativos danos de ordem econômica, em razão de problemas mecânicos nos motores dos veículos, prejuízos ao erário em razão da sonegação fiscal vinculada à adulteração, além de estimular a concorrência desleal.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 332/07

Dispõe sobre a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis e adota outras providências, na forma que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Quem adquirir, transportar, estocar, distribuir ou revender produto combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente ficará sujeito às seguintes sanções administrativas:

I - multa;

II - apreensão do produto;

III - perdimento do produto;

IV - interdição parcial ou total do estabelecimento.

§ 1º A desconformidade referida no *caput* deste artigo será comprovada por laudo elaborado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidades e órgãos por ela credenciados ou com ela conveniados; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades junto a ele credenciadas e com registro no Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre elas o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, para a realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

§ 2º Caberá à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, mediante seu Departamento de Justiça e Cidadania/Gerência do Programa de Defesa do Consumidor - PROCON estadual, aplicar as sanções administrativas, respeitado o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º As sanções administrativas previstas nesta Lei poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

§ 4º A pena de multa será aplicada nos termos previstos na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).

§ 5º Aplicada a pena de perdimento, o produto apreendido será incorporado ao patrimônio do Estado.

§ 6º A interdição poderá ser temporária ou definitiva, na forma estabelecida por esta Lei.

§ 7º O interessado poderá interpor recurso para a Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão que aplicar a sanção administrativa.

Art. 2º Sempre que testes preliminares realizados imediatamente após a coleta de amostras do combustível revelarem indícios ou evidências de desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente serão de pronto adotadas as seguintes providências, pelo agente fiscal, mediante termo próprio:

I - apreensão do combustível;

II - laçação e interdição do respectivo tanque ou bomba.

§ 1º A laçação e a interdição de tanque ou bomba de combustível não poderão exceder o período de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º.

§ 2º Na hipótese de resistência do proprietário ou de empregados do estabelecimento, será requisitado o auxílio de força policial.

Art. 3º Serão coletadas 3 (três) amostras de cada compartimento do tanque que contenha o combustível a ser analisado, classificadas como:

I - Amostra nº 1, denominada "prova", para ser encaminhada à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou à entidade ou órgão por ela credenciado ou com ela conveniado para realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades e órgãos junto a ele credenciados e com registro no Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre eles o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, para realização de ensaios relativos à qualidade de combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente;

II - Amostra nº 2, denominada "testemunha", para ser entregue ao estabelecimento ou ao detentor do combustível;

III - Amostra nº 3, denominada "contraprova", para ser conservada no PROCON estadual.

Art. 4º Comprovada a desconformidade do produto, na forma estabelecida no § 1º do art. 1º desta Lei, o interessado será notificado, por via postal, para apresentar defesa administrativa ao PROCON estadual, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º Se, ao teor da defesa prévia, for requerida nova análise do combustível, a ser procedida na Amostra nº 2, a laçação e interdição de tanque ou bomba serão mantidas pelo tempo necessário para a realização do ensaio.

§ 2º Fica facultada a transferência do combustível para depósito de terceiro, a requerimento do interessado, local onde permanecerá até o desfecho da discussão administrativa.

§ 3º A nova análise do combustível será efetuada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP ou por entidade ou órgão por ela credenciado ou com ela conveniado; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades credenciadas junto ao Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre elas o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, para a realização de ensaios relativos à qualidade de combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente e correrá a expensas do interessado.

§ 4º Na hipótese de resultado divergente na Amostra nº 2, que ateste a conformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, o PROCON estadual encaminhará a Amostra nº 3 à Agência Nacional do Petróleo - ANP ou à outra entidade ou órgão por ela credenciado ou com ela conveniado, para realização de novo ensaio; ou encaminhada pelo PROCON estadual às entidades e aos órgãos junto a ele credenciados e com registro no Conselho Regional de Química de Santa Catarina, entre eles o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade de Combustíveis, para a realização de ensaios relativos à qualidade do combustível, conforme as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

§ 5º Se a defesa for acolhida, haverá a imediata restituição do produto.

Art. 5º Não apresentada a defesa ou corroborada, na conclusão do processo administrativo, a desconformidade do combustível com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente, será imposta a pena de perdimento.

§ 1º Se não houver condições técnicas para o reprocessamento, o produto será retirado de circulação e inutilizado.

§ 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à remoção, transporte e reprocessamento do produto, podendo para tanto firmar acordos ou promover contratações com órgãos públicos e empresas.

Art. 6º Será decretada a interdição do estabelecimento na ocorrência isolada ou cumulativa das seguintes hipóteses:

I - reincidência na prática da infração descrita no art. 1º desta Lei;

II - rompimento de lacre assegurado da inviolabilidade de bomba ou tanque colocado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, pelo PROCON estadual, pelo Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO/SC ou por órgãos conveniados;

III - cassação da eficácia da inscrição do estabelecimento no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

§ 1º A reincidência referida no inciso I deste artigo pressupõe a prolação de prévia decisão administrativa definitiva, confirmatória da infração em causa.

§ 2º O rompimento do lacre a que se refere o inciso II deste artigo será documentado por termo circunstanciado.

§ 3º Cassada a eficácia da inscrição do estabelecimento, a Secretaria de Estado da Fazenda comunicará o fato, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - ao PROCON estadual, para a decretação da interdição a que se refere o inciso IV do art. 1º desta Lei;

II - à Agência Nacional do Petróleo - ANP, informando as providências tomadas no âmbito de sua competência e solicitando providências para o cancelamento do registro do produto.

Art. 7º Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade quando o quadro societário do estabelecimento for integrado por pessoas interpostas.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, serão notificadas e responsabilizadas as pessoas que, individualmente ou conluídas em sociedades de fato, tiverem dado causa à infração descrita no art. 1º ou contribuído para a prática do ato infracional.

Art. 8º Presume-se ocorrido dano ou prejuízo ao consumidor que comprovar haver adquirido, do estabelecimento varejista, combustível em desconformidade com as especificações fixadas pelo órgão regulador competente.

Art. 9º Sempre no interesse de incrementar a eficiência e a amplitude de sua ação em defesa dos consumidores de combustíveis do Estado de Santa Catarina, poderá a Secretaria Executiva da Justiça e da Cidadania, mediante convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda, delegar à administração tributária as incumbências de apuração da infração referida no art. 1º e de imposição das penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo do desempenho das atribuições que lhe são próprias.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, correrão no âmbito da Secretaria Executiva da Justiça e da Cidadania os procedimentos administrativos instaurados em consequência das sanções aplicadas pelos agentes da fiscalização tributária.

Art. 10. Para uma maior proteção aos consumidores de combustíveis a concessão de inscrição no ICMS, para atividade econômica de importação, distribuição e de Transportador-Revendedor-Retalhista - TRR, de combustível automotivo derivado ou não de petróleo, além das demais disposições regulamentares, fica condicionada à comprovação:

I - do preenchimento dos requisitos determinados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP relativos à atividade em que se enquadre o contribuinte;

II - da integralização do capital social;

III - da capacidade financeira dos integrantes e dos representantes legais, mediante a apresentação de cópia da declaração do Imposto de Renda dos últimos três anos e respectivos recibos de entrega;

IV - da propriedade do imóvel, do contrato de locação, de arrendamento ou de outro instrumento com firma reconhecida, pertinente a localização do estabelecimento;

V - da autorização de operação em instalações próprias ou mediante contrato de cessão ou locação de espaço em instalações de terceiros devidamente registrado em cartório, com capacidade de estocagem mínima de trezentos mil litros, situadas em território catarinense, excetuando-se desta obrigação somente o Transportador-Revendedor-Retalhista - TRR;

VI - da regularidade fiscal municipal, estadual e federal da empresa interessada e suas filiais; e

VII - das atividades exercidas pelos integrantes e representantes legais da empresa nos últimos vinte e quatro meses, mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social, do contrato de autônomo ou do contrato social, na condição de sócio-gerente.

§ 1º O responsável legal deverá ser residente e domiciliado neste Estado, devendo apresentar os seguintes documentos dos integrantes e da empresa:

I - cópia autenticada da Cédula de Identidade das pessoas físicas integrantes da empresa, e se for o caso, do seu procurador;

II - cópia autenticada do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, das pessoas integrantes da empresa, e se for o caso, do seu procurador;

III - comprovante da inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV - certidão negativa de tributos na unidade federada de origem da matriz e filiais;

V - cópia autenticada do instrumento público de mandato do procurador outorgado pelo responsável pela empresa, se for o caso;

VI - comprovante de endereço das pessoas físicas e jurídicas integrantes da empresa e, se for o caso, do seu procurador, com data de emissão, de no máximo 60 (sessenta) dias anterior a data do protocolo;

VII - carteira de identificação do contabilista responsável no Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SC; e

VIII - outros documentos que a Secretaria de Estado da Fazenda considerar pertinentes e relevantes.

§ 2º As exigências contidas neste artigo aplicam-se também no caso de alteração de atividade ou do quadro societário.

Art. 11. Para proteção do consumidor contra a adulteração dos combustíveis e proteção ao meio ambiente, os postos revendedores deverão exibir obrigatoriamente o Livro de Movimentação dos Combustíveis - LMC, escriturado e atualizado diariamente, contendo no mínimo os estoques e as movimentações de compra e venda dos produtos dos últimos seis meses, corretamente preenchido, conforme instruído pela Portaria nº 26, de 13 de novembro de 1992, do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, Portaria nº 116, de 5 de julho de 2000, da Agência Nacional do Petróleo - ANP, e demais

legislações da agência reguladora, devidamente acompanhado das respectivas notas de compra dos produtos junto às distribuidoras credenciadas na ANP e na Secretaria de Estado da Fazenda. Os postos revendedores, que não apresentarem o LMC atualizado, constando inclusive o volume de abertura do LMC do dia de realização da fiscalização do PROCON estadual, designado nesta Lei como órgão competente para fiscalizar os termos deste artigo, e as notas fiscais de compra dos combustíveis, ficarão sujeitos ao pagamento de multa nos termos do art. 57, parágrafo único, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - Lei federal nº 8.078, de 1990.

Parágrafo único - A multa prevista no *caput* será arbitrada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do infrator; e aplicada mediante procedimento administrativo.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 407/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência nos parques e áreas de lazer.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam os parques e as áreas de lazer, públicos ou privados, inclusive os integrantes de condomínios residenciais localizados no Estado de Santa Catarina, obrigados a manter brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiências.

Art. 2º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 499/07

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Irmã Úrsula Heidemann de Turvo, no Município de Turvo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Irmã Úrsula Heidemann de Turvo, com sede e foro no Município e Comarca de Turvo.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 501/07

Institui a Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, objeto da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a ser comemorada anualmente do dia 13 ao dia 19 de julho.

Art. 2º A Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, tem como objetivo:

I - informar a sociedade catarinense em geral que o ECA, em vigor desde 1990, é um importante instrumento de direitos, deveres e prevê medidas sócio-educativas para os jovens infratores como sujeitos com direitos e deveres a serem cumpridos;

II - conscientizar e sensibilizar a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público dos deveres para com as crianças e os adolescentes;

III - mobilizar a sociedade em geral e o Poder Público no combate a todo tipo de exploração e violência contra os direitos das crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina; e

IV - garantir a proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 512/07

Institui a Política Estadual de Saúde Vocal do Professor no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Saúde Vocal do Professor no Estado de Santa Catarina, objetivando a prevenção de disfonias e problemas vocais em professores da rede estadual de ensino.

Parágrafo único. A Política Estadual de Saúde Vocal do Professor deverá abranger assistência preventiva na rede pública de saúde, com a realização de curso teórico-prático anual, objetivando orientar os professores sobre o uso adequado da voz.

Art. 2º Será garantido o pleno acesso a tratamento médico fonoaudiológico ao professor, quando detectada alguma disfonia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar produtos apreendidos pelas autoridades às instituições filantrópicas.

Art. 1º O Poder Executivo Estadual fica autorizado a doar os produtos apreendidos pelas autoridades competentes no exercício do poder de polícia sempre que possível, às instituições filantrópicas, esgotados os prazos para a interposição de recursos.

§ 1º Não se aplica o disposto no *caput* a produtos falsificados ou que possam prejudicar a saúde de quem os utilizar.

§ 2º Os alimentos e produtos perecíveis apreendidos serão doados, preferencialmente, às instituições que cuidam de idosos e crianças, independentemente do esgotamento do prazo recursal.

§ 3º Os alimentos e medicamentos somente poderão ser doados após a inspeção pelos órgãos competentes.

Art. 2º Não será permitida a comercialização dos produtos doados, nos termos desta Lei, pelas entidades beneficiadas, salvo com autorização expressa do órgão competente.

Art. 3º O Poder Executivo, por ato próprio, estabelecerá critérios e procedimentos para as doações e indicará o órgão competente para dar cumprimento a esta Lei.

Parágrafo único. As instituições filantrópicas a serem beneficiadas deverão estar cadastradas e habilitadas no órgão responsável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

Deputado Darci de Matos

APROVADO EM 1º TURNO

em sessão de 09/04/08

APROVADO EM 2º TURNO

em sessão de 09/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 547/07

Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar produtos apreendidos pelas autoridades às instituições filantrópicas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O Poder Executivo Estadual fica autorizado a doar os produtos apreendidos pelas autoridades competentes no exercício do poder de polícia sempre que possível, às instituições filantrópicas, esgotados os prazos para a interposição de recursos.

§ 1º Não se aplica o disposto no *caput* a produtos falsificados ou que possam prejudicar a saúde de quem os utilizar.

§ 2º Os alimentos e produtos perecíveis apreendidos serão doados, preferencialmente, às instituições que cuidam de idosos e crianças, independentemente do esgotamento do prazo recursal.

§ 3º Os alimentos e medicamentos somente poderão ser doados após a inspeção pelos órgãos competentes.

Art. 2º Não será permitida a comercialização dos produtos doados, nos termos desta Lei, pelas entidades beneficiadas, salvo com autorização expressa do órgão competente.

Art. 3º O Poder Executivo, por ato próprio, estabelecerá critérios e procedimentos para as doações e indicará o órgão competente para dar cumprimento a esta Lei.

Parágrafo único. As instituições filantrópicas a serem beneficiadas deverão estar cadastradas e habilitadas no órgão responsável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N. PL/0559.2/2007

O Projeto de Lei nº PL/0559.2/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Institui o Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 27 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em
Deputado Elizeu Mattos

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/04/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 09/04/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 559/07

Institui o Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer - RFCC, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 27 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 592/07

Denomina João Paulo o Ginásio de Esportes da EEB Gertrudes Müller, do Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado João Paulo o Ginásio de Esportes da EEB Gertrudes Müller, do Município de Canoinhas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 619/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de banheiros masculinos e femininos, bem como de bebedouros de água potável, na rede bancária do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de instalação de banheiros masculinos e femininos e disponibilização de bebedouros de água potável, nas dependências dos bancos oficiais e particulares do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Os banheiros citados no *caput*, deverão conter ainda, instalações adequadas para deficientes físicos de ambos os sexos.

§ 2º Os postos de serviços ou correspondentes bancários ficam facultados a realizar as instalações dos banheiros masculinos e femininos, caso as dependências físicas do imóvel não ultrapassem 18 m² (dezoito metros quadrados).

§ 3º Todo e qualquer estabelecimento bancário ou financeiro instalado em grandes centros comerciais, shoppings, supermercados, lojas de departamentos ou similares que possuam no seu entorno a disponibilização de banheiros de acesso ao público, ficam isentos da aplicação do *caput* desta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará as normas e adequações da presente Lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação das normas contidas nesta Lei serão realizadas com recursos próprios das instituições bancárias e ou financeiras.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 632/07

Denomina Terezinha Gaio Basso o Hospital Regional de São Miguel d'Oeste.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Terezinha Gaio Basso o Hospital Regional de São Miguel d'Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***